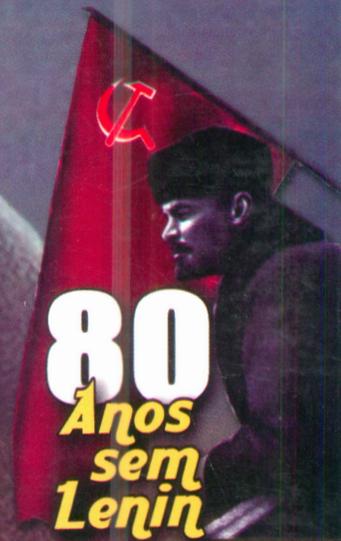


Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 9 - Ano 2004



80
Anos
sem
Lenin

Iraque: calvário dos Estados Unidos

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional

Nº 9 - 2004



Marxismo Vivo

Editora do Instituto José Luiz e
Rosa Sunderman.
Rua Humaitá, 476
Bela Vista – São Paulo-SP
Cep 01321-010
Telefone 11-3105.6316

Impressão

XAMÃ
Editora e Gráfica
Rua Loefgreen, 943
042505-001-São Paulo-SP
Telefone 5081-3939

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editores

José Welmowicki
Martín Hernández
Nazareno Godeiro

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Mercedes Cezar

Entre em contato com *Marxismo Vivo*

 www.marxismalive.org marxismalive@marxismalive.org

Marxismo Vivo Revista de Teoria e Política Internacional
São Paulo – Brasil – Editora do Instituto José Luiz e Rosa Sunderman Instituto
José Luiz e Rosa Sunderman
ISSN: 1806-1591
2000, nº 1, julho/setembro
2001, nº 2, outubro/janeiro
2001, nº 3, maio
2001, nº 4, dezembro
2002, nº 5, abril
2002, nº 6, novembro
2003, nº 7, novembro
2004, nº 8, março,
2004, nº 9, julho

Sumário



APRESENTAÇÃO



ANO 2004



JOSÉ WELMOWICKI E CECILIA TOLEDO

- Islã: da porta sublime à porta do inferno.
Sete séculos de luta pela libertação nacional 7
- Os novos cruzados. O Islã nas garras do
imperialismo britânico e norte-americano 11
- Guerra Irã-Iraque: corre o sangue do povo iraquiano 21
- Invasão do Kuwait em 1990:
uma vez mais, o povo iraquiano entrega seu sangue 23
- A nova guerra colonial, a questão da libertação nacional
e o problema da direção revolucionária 25
- Iraque: o Baath, o PC e a crise de direção revolucionária 30



PEDRO VILLA

- Bolívia: as tarefas da revolução 33



RAED EL ARABI

- A crise do plano sionista e a possibilidade histórica
da revolução palestina 43

PONTOS DE VISTA

MARTÍN HERNÁNDEZ

Um vendaval oportunista percorre o mundo.
Sobre os caminhos da esquerda 51

EDUARDO ALMEIDA NETO

Brasil: Um novo partido velho 55

LUIZ FERNANDO DA SILVA

Intelectualidade, frente-populismo e
a esquerda socialista e democrática no Brasil 67

ROBERT PARIS

Depois das eleições regionais na França:
Qual deve ser a política da extrema esquerda? 75

DOSSIÊ

JONAS POTYGUAR

A atualidade de Lenin aos 80 anos de sua morte
Tempos de confusão 81

O imperialismo abre uma época de guerras e revoluções 86

O Estado e a Revolução 93

Insurreição e organismos de poder operário 96

Ditadura do proletariado e democracia "pura" 100

Partido revolucionário leninista ou partido de
"simpatizantes" filiados? 105

O movimento operário é internacional por
natureza. Viva a Internacional! 112

DOCUMENTOS

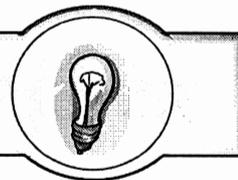
PRT - ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Declaração sobre os atentados ocorridos em Madri 117

PST - COLOMBIA

Atentados em Madri: atos de guerra 119

Apresentação



A manchete do número anterior de *Marxismo Vivo* perguntava: *Iraque: um novo Vietnã para os Estados Unidos?* Em outras palavras: a principal potência econômica e militar do planeta será novamente derrotada pelas massas de um país do Terceiro Mundo?

Nos meses transcorridos desde a última edição de nossa revista até agora, esta possibilidade deixou de ser levantada por uns poucos e passou a aparecer nas páginas dos principais jornais do mundo e inclusive na boca de importantes políticos americanos.

Só de pensar na possibilidade de que o Iraque se transforme em um novo Vietnã deixa em pânico os poderosos do mundo e enche de alegria milhões de lutadores antimperialistas.

Mas, no momento em que estamos publicando esta nova edição de *Marxismo Vivo*, possivelmente estejamos não só frente a essa possibilidade senão ante o início de um fato de relevância histórica: **a própria derrota do imperialismo norte-americano.**

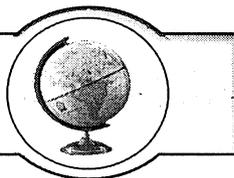
O chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas dos Estados Unidos, general Richard Myers, declarou perante o senado americano: “Não temos como vencer militarmente no Iraque”. Este tipo de posição é o que explica as nervosas negociações do governo dos EUA tentando comprometer a ONU e a OTAN na guerra. O governo americano, evidentemente, não precisa de respaldo militar mas sim de respaldo político. Mesmo que possivelmente não sirva para ganhar a guerra, pode servir para amenizar os efeitos da derrota.

Os sinais de derrota não estão somente nas centenas de soldados americanos mortos no Iraque. Também aparecem em outros países: na Espanha, Aznar, colaborador direto de Bush, foi derrotado nas eleições; na Itália, o partido de Berlusconi, outro aliado dos EUA na guerra, só conseguiu 22% dos votos nas recentes eleições; na Inglaterra, o Partido Trabalhista de Blair, o cão de guarda de Bush, sofreu uma derrota espetacular nas eleições municipais (ficou em terceiro lugar) e nos EUA as pesquisas eleitorais indicam que Bush muito provavelmente será derrotado nas próximas eleições presidenciais.

No entanto, a vitória das massas iraquianas não está garantida, por uma razão muito simples. Como ainda não conseguiram construir uma direção revolucionária, essa vitória está ameaçada. Por exemplo, os jornais do mundo todo têm destacado corretamente o papel do líder religioso xiita, Al Sadr, que está incentivando o enfrentamento armado contra as forças de ocupação, mas, este líder religioso, ao não ser revolucionário, não pode levar até o fim o combate contra o imperialismo. Já fez uma declaração reconhecendo o novo governo interino “iraquiano”, que não passa de um fantoche das forças de ocupação.

Como dizíamos anteriormente, este número de *Marxismo Vivo* desenvolve, centralmente, dois temas. Por um lado, várias questões referentes ao Iraque e, por outro, um tema que diz respeito ao Iraque e ao restante do mundo: **a construção da direção revolucionária a partir dos ensinamentos que nos deixou o grande dirigente da Revolução Russa, Lenin.** Em 2004 se completam 80 anos de sua morte. Muitos povos souberam aprender com a experiência da revolução russa e de seu máximo líder. Nossa modesta intenção é tentar ajudar a que isso se dê também no Iraque. 🗳

Ano 2004



 JOSÉ WELMOWICKI E CECILIA TOLEDO

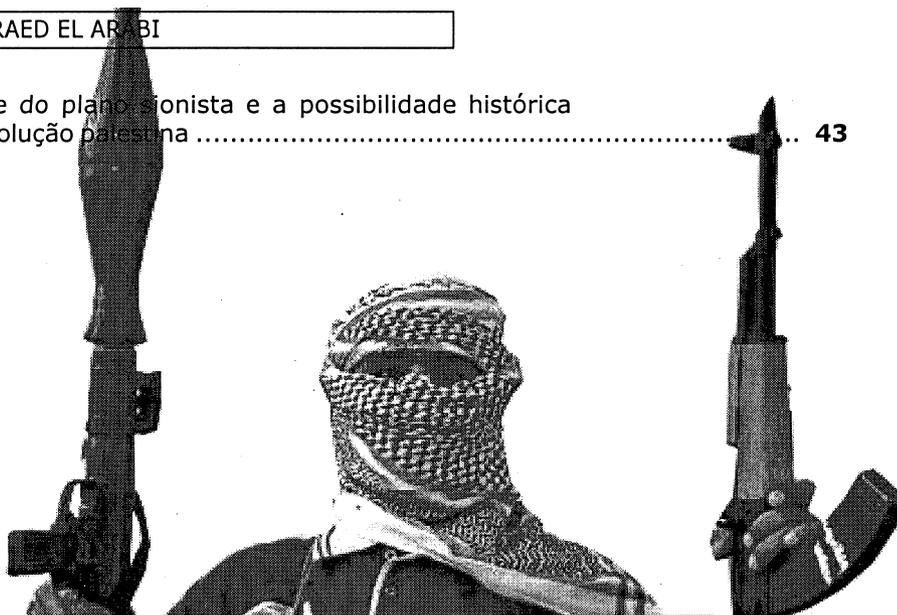
Islã: da porta sublime à porta do inferno. Sete séculos de luta pela libertação nacional	7
Os novos cruzados. O Islã nas garras do imperialismo britânico e norte-americano	11
Guerra Irã-Iraque: corre o sangue do povo iraquiano	21
Invasão do Kuwait em 1990: uma vez mais, o povo iraquiano entrega seu sangue	23
A nova guerra colonial, a questão da libertação nacional e o problema da direção revolucionária	25
Iraque: o Baath, o PC e a crise de direção revolucionária	30

 PEDRO VILLA

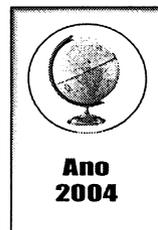
Bolívia: as tarefas da revolução	33
--	----

 RAED EL ARABI

A crise do plano sionista e a possibilidade histórica da revolução palestina	43
---	----



Islã: da porta sublime à porta do inferno. Sete séculos de luta pela libertação nacional



JOSÉ WELMOVICKI E CECILIA TOLEDO

Porta Sublime é como ficou conhecida a corte que dominava o mundo árabe na época do Império Otomano. Depois da primeira guerra mundial, o Islã passou a padecer sob o domínio de outro Império, muito mais sanguinário, o britânico, e agora padece sob as botas do infame imperialismo americano. Nestes artigos fazemos uma retrospectiva de alguns dos principais acontecimentos que marcaram essa conturbada história. Para isso, usamos duas fontes básicas: a revista *Correio Internacional* n. 7, de agosto de 1984, dedicada à guerra Irã-Iraque e a de n.19, de maio de 1986, dedicada ao Islã, com artigos importantes escritos por Gabriel Massa e Jan Poliansky, e o livro de Tariq Ali, *Bush na Babilônia*, recentemente lançado no Brasil. Nosso objetivo é oferecer aos leitores de *Marxismo Vivo* um panorama do Islã, ressaltando os momentos mais importantes de sua história, tão rica e tão complexa, no sentido de colaborar para uma melhor compreensão do que vem ocorrendo hoje no Iraque.

Este primeiro artigo aborda, de forma sucinta, o surgimento do Islã, tendo em conta que desde os princípios da civilização, o Oriente Médio jogou um papel importante na história da humanidade.

Durante mais de dois milênios, diversos impérios tentaram dominar a região do Oriente Médio, vital pelo comércio e produção de alimentos. Sucederam-se os egípcios, assírios, babilônios, persas, gregos, romanos e bizantinos. Os gregos e bizantinos deixaram importantes contribuições culturais, mas nenhum desses impérios conseguiu impregnar com sua cultura os povos do Oriente Médio, e menos ainda dar-lhes uma unidade política que sobrevivesse à dominação imperial.

Árabe, qualificativo que hoje identifica a mais de 180 milhões de pessoas, desde o Saara Ocidental até o Iraque, no começo do século VII só identificava a população da península arábica. A limitação de recursos nas franjas litorâneas fazia com que os excedentes de população, as tribos mais débeis, fossem obrigadas a emigrar para o deserto. Essas tribos expulsas foram se convertendo nos

ferozes beduínos. A cultura beduína era essencialmente de subsistência, baseada no pastoreio, uma agricultura mínima no oásis, e complementada pela razzia, palavra árabe que significava os ataques a outras tribos beduínas, às caravanas comerciais ou às aldeias camponesas para roubar víveres.

No início do século VII, um próspero comerciante de Meca, principal cidade de Hedjaz, na costa ocidental da península arábica, chamado Maomé, refletindo as necessidades do setor mais dinâmico da classe comercial que se desenvolvera na região, começa uma pregação religiosa-política que o levará, em menos de vinte anos, a transformar-se no líder de um estado teocrático árabe unificado.

O Islã expande sua hegemonia para além dos limites da península arábica. O instrumento religioso para isso foi a jihad, a guerra santa. A burguesia comercial cresce. As caravanas avançam atrás das tropas conquistadoras. O impressionante fluxo de riquezas que chegavam ao centro do império como botim de guerra deu aos soldados islâmicos a possibilidade de um rápido enriquecimento e sua consolidação em uma casta militar que deixou de lado suas origens beduínas.

Esta casta burocrático-militar se institucionaliza com a consolidação do império, o advento da dinastia dos omeyas ao poder e o traslado da capital para Damasco. Apesar de a forma do estado ser similar a de muitos países asiáticos, uma casta de administradores decidindo os destinos do país, a formação econômico-social subjacente tinha fortes elementos capitalistas.

Uma boa parte da produção artesanal das cidades e da produção agrícola estava especializada por zonas e destinada ao mercado, e não eram raras as oficinas com mão de obra assalariada. (Maxime Rodinson, *Islam y Capitalismo*). No campo primava a pequena propriedade privada, em geral em mãos de dhimis (estrangeiros não assimilados ao Islã) que pagavam impostos ao estado. Os poucos latifundiários recebiam a maior parte da renda em dinheiro, não em espécie, mais parecidos com a burguesia do que com os proprietários feudais europeus.

A civilização árabe era essencialmente urbana, girando em torno do comércio, do artesanato e de um crescente setor financeiro. Apesar das proibições corânicas ao empréstimo a juros, um grande setor da burguesia comercial se dedicava às atividades financeiras e aos poucos passa a controlar as grandes cidades, que vão se tornando cada vez mais autônomas.

No campo os dhimis sobreviviam sem grandes dificuldades econômicas, mas nas cidades os comerciantes e pequenos artesãos sofriam a opressão e a miséria. Seria dessas classes urbanas de onde sairia maior parte dos grandes movimentos de protesto na história do Islã.

Um aspecto essencial do império e que se conservaria no mundo islâmico foi a tolerância em relação às comunidades não-muçulmanas. É verdade que durante os primeiros anos os povos conquistados eram obrigados a adotar a fé muçulmana, uma herança da mentalidade beduína. Mas depois, o estabelecimento de um império de comerciantes e administradores percebeu que era mais vantajoso não destruir os setores sociais existentes entre os povos conquistados, mas integrá-los à sociedade muçulmana como clientes ou sócios menores dos grandes comerciantes, pagando impostos ao estado em troca de proteção. Essa política chegou ao apogeu durante o reinado da dinastia dos Abássidas, que optaram por assimilar ao Islã todos os que assim o desejassem, levando ao máximo a integração das culturas árabe e dos povos conquistados. Essa tolerância manifestou-se em grandes exemplos de convivência, como a dos muçulmanos, cristãos e judeus na Espanha árabe, em contraste absoluto com a Espanha cristã posterior à Reconquista, e a integração total dos judeus na sociedade árabe durante treze séculos. Algo que só o imperialismo e o sionismo conseguiriam, não sem grandes esforços, destruir.

A civilização islâmica

Menos de duzentos anos após Maomé, a sociedade islâmica havia chegado ao seu apogeu. Bagdá chegou a um milhão de habitantes. Foi a cidade mais rica e povoada do mundo.

Mas não reinava sozinha. Em todo o império floresciam dezenas de cidades com mais de cem mil habitantes.

Bagdá comercializava com o mundo inteiro, desde a China até a Espanha. Todas as rotas comerciais passavam pelo império árabe. O ouro do Sudão viajava ao Oriente, de onde vinham a seda e as especiarias. O tráfico de ouro e escravos se torna o sustento econômico do Islã. Uma navegação contínua animava o Mediterrâneo, o Mar Vermelho e o Índico. As embarcações árabes tocavam todos os portos da África Oriental e da Ásia Meridional. Chegavam inclusive até a Malásia e a China. O dinar, moeda árabe de ouro, era procurada por todas as partes. (Kalisky, op.cit. p.159)

Esse auge do comércio e da riqueza não esteve divorciado do desenvolvimento cultural, artístico e científico. Muito pelo contrário. Com a assimilação dos povos conquistados, a cultura chegou a um nível que não havia alcançado nem sequer na Antigüidade clássica em sua época de esplendor. O desenvolvimento da navegação, das matemáticas, astronomia e medicina são alguns dos que serviram de base para o avanço científico que promoveu o renascimento na Europa. A arte floresceu a partir da herança bizantina e persa, manifestando-se essencialmente na arquitetura e em uma impressionante produção literária. O idioma árabe transformou-se na língua dominante em todo o império e hoje é praticado do Marrocos ao Iraque, nos países islâmicos não-árabes, na Ásia Central e do Sul, e deixou para sempre inúmeras palavras no vocabulário espanhol.

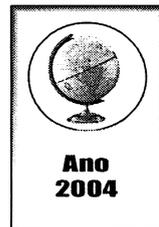
A decadência do Islã árabe

Enquanto a riqueza do império chegava ao seu ponto mais alto, as revoltas populares urbanas, fomentadas pelas enormes diferenças sociais, assim como os levantes de escravos, se espalhavam. Por outro lado, o avanço dos navegantes-comerciantes europeus no Mediterrâneo começou a minar uma das principais fontes da riqueza árabe. Tudo isso contribuiu para a instabilidade de um império que se estendia por vários milhões de quilômetros quadrados. Por outro lado, para os comerciantes não era necessária a unidade política. Bastava a unidade cultural, a língua comum e a facilidade de deslocamento no seio do mundo islâmico.

Já no ano 773 a Espanha conseguia sua independência, assumindo a denominação de Califado de Córdoba. Três séculos depois, a autoridade do califa de Bagdá era só nominal fora dos limites do Iraque, enquanto que as antigas províncias eram, de fato, reinados independentes.

O império otomano

No começo do século XIV, o caudilho Osmán consegue unificar, sob sua direção, várias tribos turcas (que depois assumiram denominações como otomanos ou osmanlis). Seu filho Orjan conquista a cidade de Bursa, na Anatólia, e cria ali a capital. A partir desse momento começa uma expansão rumo à Europa sul-oriental, destruindo o império bizantino e apropriando-se de seus territórios. A conquista de Constantinopla em 1453, chamada a partir



daí Istambul, marca a constituição do império otomano. Istambul seria o centro de expansão, por um lado, rumo ao centro da Europa e, por outro, em direção ao Islã árabe em decadência e desagregação.

Ao contrário dos conquistadores árabes, os turcos otomanos chegaram ao coração da Europa, e nos territórios aí ocupados encontraram, em parte, com estruturas de tipo feudal, impostas pelos cruzados ocidentais ao débil império bizantino. Apesar de abolida a propriedade feudal, que passou a ser propriedade do sultão, aproveitaram as divisões dos feudos, outorgados como concessão aos multezim, velhos senhores feudais cooptados pelo regime otomano. Além dos multezim, dos militares e dos diversos setores burocráticos ligados ao aparato estatal, o regime otomano também se apoiava na organização dos millets, as comunidades religiosas. Apesar de não mais haver o predomínio dos comerciantes, a tradição de tolerância não se havia perdido, tanto que cristãos e judeus chegaram aos mais altos cargos do estado

Já a partir do século VIII a aristocracia visigoda da Espanha havia começado sua resistência aos invasores árabes. Mas foi apenas três séculos depois que passariam à ofensiva. Nessa época, os incipientes setores comerciais europeus começaram a sentir-se o suficientemente fortes para disputar o controle do comércio mediterrâneo com a burguesia árabe. Esse foi o fundamento político e econômico das cruzadas.

Em dois séculos os cruzados foram derrotados pelos militares turcos em sua tentativa de

estabelecer-se na Palestina. Mas tiveram vitórias importantes: a perda para o Islã de Creta, Rodas e Chipre, e o conseqüente controle de uma boa parte do comércio marítimo, e o estabelecimento de setores de propriedade feudal tanto no Líbano como na parte europeia do império bizantino. O final da Reconquista espanhola em 1492 e a posterior conquista pelos reis católicos de várias áreas no norte da África, terminaram por afastar a navegação árabe do Mediterrâneo.

A burguesia comercial portuguesa, com um maior desenvolvimento das técnicas de navegação que a burguesia árabe, pôde chegar às costas ocidentais africanas e, depois de dobrar o Cabo da Boa Esperança, atingir as costas orientais e o Oceano Índico e o Extremo Oriente, obtendo o controle tanto do tráfico de ouro e escravos da África subsaariana como das especiarias do Oriente, assim como do comércio com a Índia. Aos poucos, os navegantes árabes foram recuperando parte do comércio no Índico. No entanto, não seriam nem eles e nem os portugueses a dominarem essa atividade. Um século mais tarde os navegantes holandeses se estabeleceriam definitivamente aí.

O mundo árabe havia sobrevivido às divisões políticas e as invasões nômades. Mas o avanço do imperialismo europeu cortou definitivamente suas principais rotas comerciais, reduzindo a possibilidade de trânsito às caravanas do deserto, como ocorrera dez séculos antes da irrupção do Islã. A sorte do Islã estava lançada. ●

Os novos cruzados. O Islã nas garras do imperialismo britânico e norte-americano



A perda do controle do comércio no Indico foi o começo do fim do império otomano no Oriente Médio. Apesar das várias tentativas durante o século XVIII de criar uma nova classe burguesa, dedicada à produção industrial, o estado osmanli continuou sendo essencialmente parasitário, incapaz de enfrentar a pujante burguesia européia, em expansão.

No final do século XVIII, os imperialismos europeus estão em condições de aspirar a algo mais do que o controle das rotas comerciais otomanas.

O homem enfermo da Europa. Assim Nicolau I, czar de todas as Rússias, chamava o império otomano. Desde o final do século XVIII, essa doença estressava os países europeus: a 'questão do Oriente', ou seja, o problema da repartição das imensas possessões da Porta Sublime. A história do século XIX esteve profundamente impregnada por ela. (C.I. n.19)

Os imperialismos europeus começaram a solucionar rapidamente a "questão do Oriente". Depois da fracassada expedição de Napoleão ao Egito, a França ocupa a Argélia e estabelece "protetorados" sobre Tunis e Marrocos, e obtém direitos especiais na Síria e no Líbano. Por outro lado, o ascenso dos ingleses é fulminante: começam por Malta (1815), depois 'protegem' a Costa dos Piratas e o conjunto dos emirados do Golfo Pérsico (1820), se atribuem Áden e Omã (1839), tomam Chipre (1878), compram a Companhia do Canal de Suez (1875), se apoderam do Egito (1882) – depois de haver esmagado a revolta de Arabi Paxá - e do Sudão (1898). Ao mesmo tempo, tomam posse dos protetorados da costa sul da Arábia (1886 a 1914). (C.I.n.19) Outros imperialismos mais débeis, como Alemanha, Rússia, Itália e Espanha também tirariam sua parte do território otomano.

O império otomano não se preocupava em alterar a estrutura social do mundo árabe. Colocara-se na posição de parasita dela, contando com a colaboração de importantes setores das velhas classes dominantes, agora em decadência e transformadas em clientes da Porta Sublime ou submetendo os seus opositores. Como diz Tariq Ali, O califa-sultão não insistiu no controle total nem na obediência, contanto que os impostos fossem pagos ao Tesouro de Istantbul. (Bush na Babilônia, p. 53).

A burguesia ocidental tinha outra concepção do imperialismo. Tratava de incorporar todos os países "atrasados" ao mercado mundial, explorando todos os seus recursos. Isso se manifestou desde a imposição do monocultivo de

algodão ao Egito, país que durante milênios havia sido auto-suficiente em alimentos, até a expropriação dos fellahs (camponeses) argelinos e a apropriação do petróleo árabe e iraniano.

Ao mesmo tempo em que a penetração imperialista destruía a antiga classe dominante, criava um novo setor privilegiado, ligado ao destino de seus amos. Na Península Arábica, o imperialismo norte-americano favorecia a tribo beduína dos Sauditas contra a tradicional família de grandes comerciantes dos Hashemitas (guardiães de Meca e, segundo a tradição, descendentes de Maomé). Nos territórios dos Sauditas havia grandes poços de petróleo. No Irã, o imperialismo britânico, e depois o norte-americano, frente à existência de uma burguesia comercial (do bazar) ainda relativamente forte, preferiram favorecer a formação de um novo setor ligado ao aparato estatal e militar, em torno da figura do Xá Pahlevi. Sempre é mais fácil negociar com uma classe social nova, cuja fonte de recursos essencial passa por sua relação com o imperialismo, do que com uma classe social antiga, que possa mostrar, de vez em quando, algum ar de independência.

O nacionalismo ligado ao Ocidente

A discussão sobre a “questão do Oriente”, nos governos ocidentais, tinha a ver com a partilha das possessões do império otomano, e coincidia com um crescente sentimento nacionalista no seio do povo árabe. O estado otomano era essencialmente parasitário, não possibilitando nenhum desenvolvimento econômico sério. Como reação a isso, muitos setores árabes começaram a colocar a necessidade de romper com o domínio otomano e buscar um desenvolvimento independente.

Em suas origens, a poderosa burguesia árabe em expansão havia sido internacionalista. Agora, em retrocesso havia séculos, debilitada e sem suas fontes de lucro, tornava-se nacionalista para defender o pouco que lhe restava.

Em muitos países coloniais ou semicoloniais, setores das classes dominantes tomaram como

referência o pujante capitalismo europeu, em particular o britânico, para desenvolver suas sociedades. O maior exemplo dessa tendência no mundo árabe foi dado por Mohammed Ali, um albanês que havia sido nomeado vice-rei do Egito pelo sultão otomano em 1805. Tentando obter a independência do Egito de Istambul, Ali buscou tecnologia e capitais ocidentais, ainda que subordinando-os às necessidades do país. Construiu um grande setor industrial estatal, mudou o regime das terras e introduziu o cultivo do algodão, mantendo a produção de cereais. Apesar de o regime imposto por Ali se parecer ao que havia caracterizado o conjunto do mundo islâmico durante séculos, na verdade tratava-se de algo totalmente novo. O regime de Ali devia mediar entre a burguesia imperialista européia em expansão e as classes locais. É o que Trotsky definiria, um século depois, como bonapartismo sui generis.

Em 1831, com o apoio da França, que via uma oportunidade para a expansão de sua influência na região, Ali fundou um estado sírio-egípcio independente. No entanto, a dinâmica do regime ameaçava provocar o rápido desmembramento do império otomano em um momento em que as potências ocidentais não estavam ainda preparadas para tomar conta dele por completo. Assim, antes de cumprir-se dez anos de independência, as tropas do sultão, junto com as inglesas e francesas, derrotaram o exército egípcio, obrigando Ali a voltar a seu antigo cargo de vice-rei e que tanto o Egito quanto a Síria voltassem à órbita do império.

Tem início a máxima penetração dos capitais imperialistas no Egito, destruindo sua indústria estatal e empurrando os capitais nacionais para o campo, obrigando ao monocultivo de algodão (o Egito deixa de ser auto-suficiente em alimentos), controlando os principais investimentos - entre eles, a construção do Canal de Suez - e impondo o conseqüente endividamento, empobrecimento e dependência do país ao imperialismo europeu.

Surgem os primeiros movimentos nacionalistas, propondo a ruptura tanto com Istambul como Londres. Em 1882 explode no Egito a

insurreição dos urabi, que exigia um regime constitucional e a ruptura com a Grã Bretanha. Sua derrota foi obtida graças à intervenção direta da frota e das tropas inglesas. Dez anos depois era fundado o Partido Nacionalista, com propostas similares às do movimento urabi.

Esses movimentos nacionalistas antiimperialistas contavam entre suas bases com um importante número de camponeses e artesãos das cidades; no entanto, sua direção continuava sendo burguesa. Eram setores da burguesia arruinados ou ameaçados pela avidez imperialista.

O Irã, independente da coroa otomana, também buscou a Europa para modernizar-se. Os resultados de sua “modernização” não foram menos nefastos para a sociedade iraniana do que haviam sido para a egípcia. Mas no Irã existia uma forte burguesia mercantil – a burguesia do bazar – que não buscava a “modernização”. Junto a ela estavam os clérigos xiitas, ulemás e aiatalás, donos de grandes extensões de terras e vinculados ao bazar.

Em 1891, encabeçada pelos clérigos, juntamente com os comerciantes do bazar e as classes populares, ocorreu a primeira insurreição antiimperialista no Irã, que se repetiria várias vezes durante o século XX, culminando com a revolução de 1979.

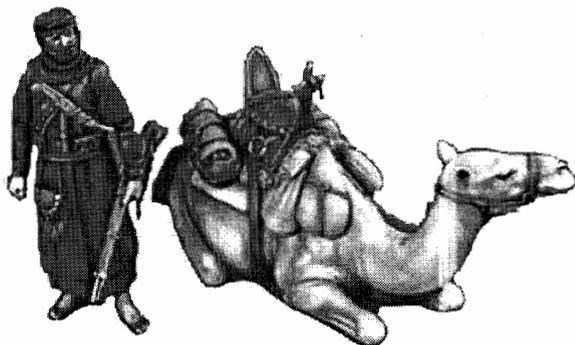
A Primeira Guerra Mundial

A primeira grande guerra de rapina imperialista em nível mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, deu pé para uma mudança no mapa político do Oriente Médio. O imperialismo queria repartir os despojos do seguramente derrotado império otomano, enquanto a burguesia árabe queria conquistar a independência.

Para obter o apoio árabe à sua luta contra os turcos, em novembro de 1918, os governos imperialistas declaram que O objetivo da França e Grã Bretanha ao continuar no Leste a guerra desatada pela ambição da Alemanha é a emancipação completa e definitiva dos povos tão longamente oprimidos pelos turcos e o estabelecimento de governos e administrações nacionais, cuja autoridade derive da iniciativa e livre escolha dos povos nativos (...) (Declaração anglo-francesa de 1918)

Enquanto as potências européias ganham com essa promessa setores nacionalistas árabes para sua luta contra o poder otomano, acertam em segredo a partilha do império, concedendo inclusive por meio da declaração Balfour, em 1917, um “Lar Nacional Judeu” em terras da Palestina. O resultado disso é que, com o fim da guerra, os povos árabes se livram do império otomano, mas caem sob o poder britânico e francês.

As vitórias e derrotas da Primeira Guerra Mundial tornaram-se a ponte para a partida de um império e a chegada de outro. Enquanto os soldados otomanos rodavam para oeste, seus substitutos britânicos e franceses marchavam para leste. (Tariq Ali, op.cit., p.55)



O Império Britânico

A dominação do Império Britânico foi um dos processos mais longos e difíceis da história do Oriente Médio. A Porta Sublime foi substituída pela Porta do Inferno. Para Tariq Ali, a autodefinição do Império Britânico foi resumida com perfeição numa frase publicada no documento que instituiu o Comitê de Defesa Imperial em 1904: “O Império Britânico é, em primeiro lugar, uma grande potência naval, indiana e colonial”. (Bush na Babilônia, p.51). A expressão “potência indiana” referia-se ao esteio humano que a Índia forneceu aos ingleses para que estes exercessem sua hegemonia colonial; os soldados indianos foram utilizados em ambas as guerras mundiais, assim como na colonização do mundo árabe durante o período entre guerras. E a Força Expedicionária que tomara as três províncias otomanas – Bagdá, Basra e Mossul – que viriam a formar as fronteiras do Estado do Iraque ao final da primeira guerra, compunha-se de soldados indianos. Em 1917, os soldados indianos ajudaram os britânicos a tomar Jerusalém e Bagdá.

A tática do imperialismo britânico era dividir para reinar, mantendo-se, o mais longe possível, dos campos de batalha, utilizando os soldados indianos e insuflando as disputas intestinas. Tariq Ali lembra que o acordo anglo-francês (Sykes-Picot) de partilha do espólio de guerra levou à divisão do oriente árabe e à criação de novos estados e novas fronteiras que deram ímpeto às correntes nacionalistas embrionárias já existentes. Os clãs hashemita e saudita foram fortalecidos pelos britânicos como dique de proteção contra o nacionalismo e as idéias sindicalistas e socialistas que vinham da Europa. (idem)

Concebido pelo Império Britânico, o Iraque foi um estado colonial desde o berço. Em seu livro, Tariq Ali mostra como isso determinou as suas estruturas e o caráter de sua burguesia, totalmente dependente das ordens e dos favores dos britânicos. Mas o povo do Iraque resistiu desde o início aos novos amos coloniais. Sobre isso, T. Ali divulga uma estatística interessante, extraída do livro de Richard Gott, *Our Empire Story* (a ser publicado), que esquematiza a his-

tória do Império Britânico: para cada dia em que este Império existiu, houve um ato correspondente de revolta dos súditos contra seu domínio. Isto é coisa para os fiéis do novo Império pensarem enquanto a situação do Iraque continua a se desenrolar e as baixas dos EUA aumentam lentamente. (Bush na Babilônia, p.60).

O tenente coronel Lawrence, o legendário Lawrence da Arábia, artífice da campanha britânica contra os turcos, escreveu um artigo a pedido do jornal *Sunday Times*, para dar à opinião pública de seu país uma visão do que ocorria na Mesopotâmia, hoje Iraque, durante a ocupação britânica no pós-guerra. Foi publicado em 23 de agosto de 1920. Aqui reproduzimos alguns trechos que lembram muito a atual ocupação do Iraque pelos EUA e ingleses:

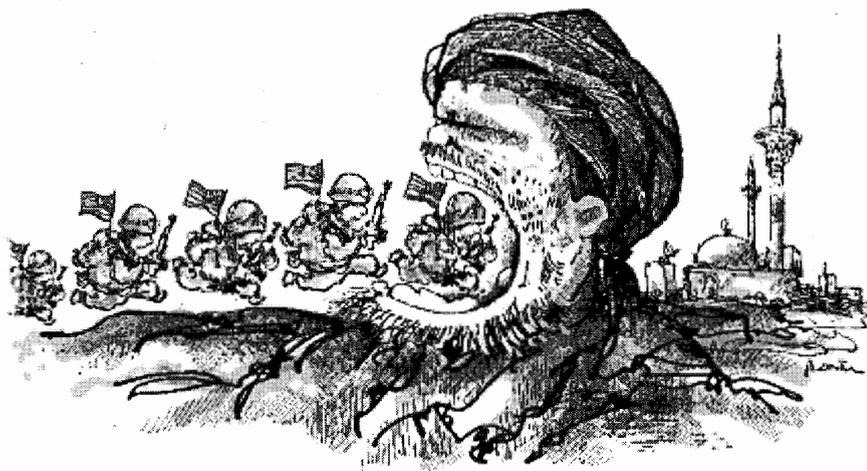
O povo da Inglaterra foi levado, na Mesopotâmia, a uma armadilha da qual será difícil escapar com dignidade e honra. Foi atraído a ela com mentiras, mediante uma constante retenção de informação. Os comunicados emitidos desde Bagdá são tardios, mentirosos, incompletos. As coisas foram muito piores do que nos disseram; nosso governo lá, mais sanguinário e ineficiente do que o povo sabe. É uma desgraça para nossa história imperial, e logo a ferida pode estar tão inflamada que não seja mais possível aplicar-lhe um remédio comum. (...) Dissemos que íamos à Mesopotâmia para derrotar os turcos. Dissemos que ficaríamos lá para libertar os árabes da opressão do governo turco, e para tornar acessíveis ao mundo os recursos de grãos e petróleo da região. A esses objetivos dedicamos um milhão de homens e quase um bilhão de libras. Este ano estamos destinando 92 mil homens e 50 milhões para o mesmo fim. Nosso governo é pior que o velho sistema turco. Esse regime mantinha uma força de 14 mil reservas locais e matava em média 2 mil árabes por ano para manter a paz. Nós temos 90 mil homens, com aviões, veículos blindados, tanques, lanchas com artilharia e trens blindados. Matamos uns 10 mil árabes revoltosos neste verão. Não podemos pensar em manter essa média: é um país pobre, escassamente povoado, mas Abd el Hamid (Sultão que governou a Turquia entre 1909

e 1910) aplaudiria se visse o que estamos fazendo. Nos disseram que a revolta tinha motivos políticos, mas não nos disseram o que quer o povo. Pode ser que seja o que o gabinete lhe prometeu. (...) Há quatro semanas o estado maior na Mesopotâmia escreveu um memorandum pedindo mais quatro divisões. Creio que era dirigido à Oficina de Guerra, que agora transferiu três brigadas vindas da Índia. Se já não é possível tirar mais homens da fronteira noroeste, de onde virá o equilíbrio? Enquanto isso, nossos infelizes soldados, indianos e britânicos, estão fazendo trabalhos de polícia em uma zona imensa, sob inclementes condições de clima e alimentação, pagando diariamente um alto preço em vidas pela política deliberadamente errônea da administração civil em Bagdá. (...) O governo em Bagdá esteve enforcando árabes nessa cidade por delitos políticos, aos que chama rebelião. Os árabes não estão em guerra conosco. Com essas execuções ilegais se busca provocar os árabes para que pratiquem represálias contra os 300 britânicos que mantêm prisioneiros? (...) Dizemos que nossa intenção na Mesopotâmia é impulsionar seu desenvolvimento para benefício do mundo. Todos os experts afirmam que a oferta de mão de obra é o fator dominante para seu desenvolvimento. Em que medida a matança de 10 mil moradores das aldeias e cidades afetará a produção de trigo, algodão e petróleo? Por quanto tempo mais permitiremos que milhões de libras, centenas de soldados imperiais e milhares de árabes sejam sacrificados por uma administração colonial que não pode beneficiar a ninguém além de si mesma?



Chantagistas e oportunistas

A desintegração do Império Otomano e a chegada dos novos amos ingleses fez com que vários grupos secretos de oligarcas se tornassem públicos e passassem a se engalfinhar pelo poder, disputando os favores e migalhas atiradas pelos britânicos. Os clãs árabes raramente precisavam de ajuda quando era hora de trocar de lado. (T. Ali, p.63) Numa dessas alas oportunistas estavam os hashemitas, que tinham sido totalmente leais aos britânicos e receberam seus prêmios por isso: Abdulah tornou-se rei da Jordânia e Faissal assumiu o trono do Iraque.



Mas como a monarquia, como tudo no país, havia sido imposta de cima para baixo, teve sua legitimidade questionada desde o princípio e por todos os lados. Faissal sabia que, em sua maioria, os ex-oficiais e burocratas otomanos que o cercavam não eram dignos de confiança e, para não ser deposto, aproximou-se cada vez mais dos britânicos. Sou um instrumento da política britânica, declarou certa vez. (T.Ali, p.62)

Com a morte de Faissal em 1933, assume o trono seu filho Gazi, que era hostil aos britânicos e acabou morrendo em um “acidente” automobilístico.

Tariq Ali resume: As três primeiras décadas do regime monárquico-imperial foram um desastre sem atenuantes para o povo local. O custo da imposição do regime colonial e de uma monarquia vinda de fora foi elevado: o uso de armas químicas e do poderio aéreo provocou 98.000 baixas. E havia a selvagem repressão política em casa, simbolizada pelos enforcamentos públicos: um dos que assim foram tratados foi o líder comunista Fahd. (p.69)

Em 1941 ocorre o golpe dos Quatro Corónis, que instaura um governo nacionalista popular no Iraque. Depois de um mês de guerra, os britânicos conseguem reocupar o país. Os nacionalistas se recusam a colaborar com os ocupantes; enquanto isso, os comunistas, seguindo a linha imposta por Moscou, abandonam toda oposição efetiva. Ainda assim, durante os anos da guerra e depois dela, o caldeirão continuou a ferver. A elite pró-britânica nunca entendeu plenamente a extensão de seu próprio isolamento. (T. Ali, p.70)

A resistência

Os curdos receberam bem os britânicos, confiantes em conquistar a autonomia. Mas quando viram que isso não ocorreria, começaram a mobilizar-se. Em 1914, os ingleses informam aos iraquianos que chegavam ali “como libertadores, e não como colonizadores”. Poucos foram enganados e houve um apoio popular avassalador às fatwas, que exigiam a guerra santa contra a ocupação dos infieis. (T. Ali, p.59).

Em sua maioria, os líderes sunitas tradicionais que tinham trabalhado intimamente com os otomanos também se sentiram marginalizados pelos britânicos e passaram a incentivar a unidade entre sunitas e xiitas para combater o inimigo comum. A população árabe como um todo sofria com as novas estruturas de dominação. A imposição meio frouxa da propriedade privada da terra no final do período otomano foi transformada num sistema impiedoso: os proprietários foram cobertos de privilégios e usados para policiar a nova ordem. A institucionalização das propriedades particulares enfraqueceu a estrutura tribal tradicional e, nas regiões onde isso aconteceu, criou uma classe de camponeses sem terra. Nas cidades, a invasão do capital estrangeiro e sua aceitação pelos empresários locais produziu mais uma divisão de classe e, o que era ainda mais perigoso para as autoridades imperiais, alimentou o surgimento de um nacionalismo radical e levou à formação de um Partido Comunista que logo se tornou o mais influente do oriente árabe. (T. Ali, pp.59-60).

Em 1948 explode uma revolta estudantil. Foram as primeiras manifestações de protesto contra o tratado de Portsmouth, que consolidava a ocupação colonial britânica. Os estudantes foram brutalmente reprimidos, vários caíram mortos, mas no dia seguinte todas as faculdades e escolas entraram em greve, conquistando a libertação dos presos. O PC chama os trabalhadores ferroviários e os pobres da cidade para se unirem aos estudantes e uma enorme passeata se forma no dia 20 de janeiro de 1948. A polícia recebeu ordem de abrir fogo e vários manifestantes foram mortos. Isso deflagrou um levante de massa sem precedentes, grandes multidões ocupam as cidades. O movimento ficou conhecido como al-watbah (o salto), significando o salto da consciência das massas que acontecera nas 48 horas anteriores. (T. Ali, p.71).

A irrupção do sionismo e o início da resistência palestina

A história do Oriente Médio, a partir de 1948, fica marcada para sempre pela presença do sionismo. Durante séculos, a radicação de

judeus na Palestina havia ocorrido, fundamentalmente, por razões religiosas e, dada a tradicional tolerância muçulmana, sem maiores conflitos.

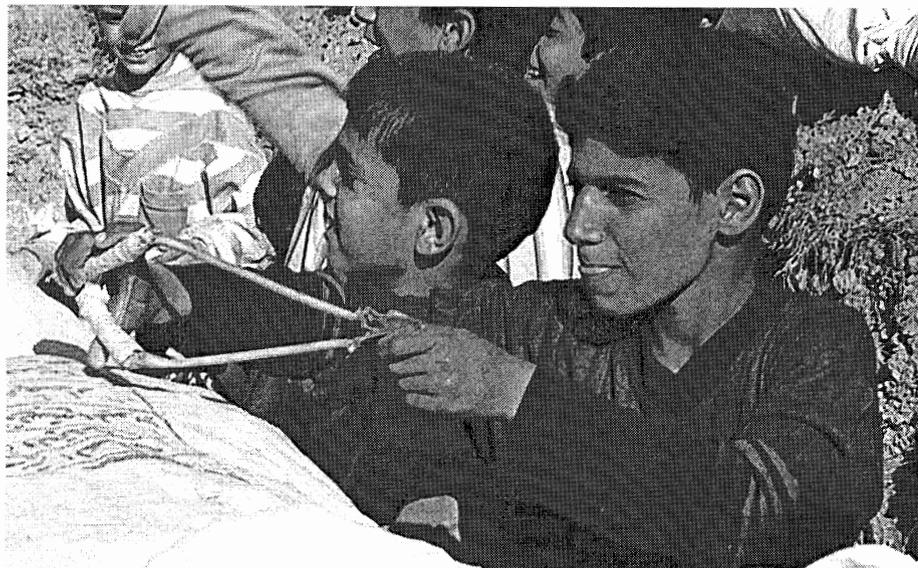
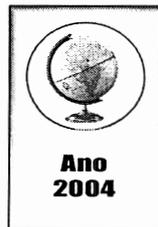
Para Nathan Weinstock, a base essencial do sionismo é a miséria das massas judias na Europa central e oriental. Fundamentalmente, esse movimento é o produto da conjunção, no século XIX, da decomposição da estrutura feudal dos impérios zarista e austro-húngaro e da fase decadente do capitalismo. O primeiro fenômeno havia minado as bases socioeconômicas da vida judaica na Europa oriental, o segundo havia bloqueado o processo de assimilação. (Le sionisme contre Israel, C.I., p.23)

A solução para esse dilema, proposta pelos grandes burgueses judeus, como os barões Hirsch e Rotschild, foi usá-los como bucha de canhão para seu empreendimento colonial. Assim, matava-se dois coelhos de uma cajadada só. O sionismo começou a concentrar uma comunidade judia cada vez mais forte na Palestina. Os sionistas atacavam de forma cada vez mais violenta os palestinos, para ficar com suas terras.

No entanto, apesar das permanentes declarações e atitudes pró-imperialistas dos dirigentes sionistas, nunca o imperialismo britânico ficou totalmente do lado deles. Enquanto faziam concessões aos sionistas, favoreciam os burgueses árabes amigos: criaram o poderoso exército jordaniano chamado Legião Árabe, sob o comando do general inglês John B. Glubb (Glubb Pashá) e, em 1945 é fundada a Liga dos Estados Árabes.

Para o imperialismo inglês, o enclave sionista destinava-se a pressionar os governos árabes a levar a cabo uma política de “colaboração” com o império. Ocorreram choques entre os sionistas e as autoridades britânicas, que tardaram em reconhecer o enclave como nação. O chamado lar nacional judeu não era, de maneira alguma, a única ou a principal carta na manga da diplomacia britânica.

Na Palestina, a primeira resistência contra o sionismo esteve dirigida pelas famílias tradicionais, em geral, grandes comerciantes. Um bom exemplo disso encontra-se no livro autobiográfico de Edward Said, onde ele conta como a sua



própria família, de comerciantes abastados, ajudava os palestinos expulsos de suas terras (Fora do Lugar, Memórias de Edward Said, Companhia das Letras, 2004) No entanto, nenhum desses setores estava a favor de romper a fundo com o imperialismo. Enquanto Nashashibi, chefe de uma das famílias palestinas mais tradicionais, dizia no VI Congresso Palestino, que a colaboração com os britânicos era compatível com o nacionalismo árabe palestino, Amim al-Husseini, líder de outra grande família declarava sua fidelidade ao rei do Hedjaz, Hussein, que já havia capitulado totalmente aos ingleses.

As lutas entre os clãs e sua colaboração direta (Nashashibi) ou indireta (al-Husseini e os hashemitas) com o imperialismo britânico sabotam as possibilidades de êxito da luta do povo palestino contra os invasores sionistas.

A primeira insurreição anti-sionista ocorre em 1929. Em 1936 uma greve geral paralisa o país. A greve dura mais de 170 dias, acompanhada de uma onda de desobediência civil, ações de guerrilha e levantes camponeses. Mas o chamado comum por parte da Arábia Saudita, Iraque e Transjordânia para suspender a greve e 'confiar nas boas intenções de nossa amiga, a Grã Bretanha', é aceito pelo Alto Comitê Árabe (presidido por al-Husseini). O fracasso das negociações com a Grã Bretanha relança um movimento, a partir desse momento dominado por seu caráter popular, insurrecional, antifeudal e antiinglês. A repressão será mais terrível ainda porque dela participam os grupos sionistas e uma parte das grandes famílias palestinas - em particular os Nashashibi. Há várias centenas de mortos e deportados: as forças vivas da resistência palestina são esmagadas. Durante vinte anos ela não ressurgirá e será reduzida a um papel menor. Amin al-Husseini, que havia mantido uma atitude antiinglesa, encontrará refúgio na Alemanha hitleriana, contribuindo para desacreditar seu povo. (C.I. p.24)

A criação de Israel em 1948 foi decidida como parte dos acordos entre EUA, Inglaterra e URSS depois da Segunda Guerra Mundial. Era outra divisão territorial que provocaria novos conflitos que levariam os governos a depender

cada vez mais da "ajuda" econômica e militar das potências. Os líderes sionistas eram serventes declarados do imperialismo. Stalin apostava na aliança contra-revolucionária estabelecida com Washington em Yalta e Potsdam e em que os elementos "socialistas" do sionismo serviriam como ponto de apoio contra os reis e sultões árabes.

No mundo árabe, a reação foi imediata. Os exércitos de vários países árabes atacaram Israel no dia seguinte de sua fundação. Mas foram derrotados. O reino da Jordânia, em acordo com os sionistas, ocupa uma parte do território palestino, segundo divisão feita pelas Nações Unidas. Os palestinos são alojados em precários acampamentos de refugiados em Gaza e Cisjordânia, ou dispersos por uma infinidade de países árabes. Mais de um milhão deles ficam em território jordaniano.

O nacionalismo árabe

A derrota dos povos islâmicos representada pela fundação de Israel tem um efeito surpreendente no seio dos países árabes. Como reação a Israel e à humilhante derrota dos exércitos árabes em 1948, surge uma forte corrente nacionalista entre setores burgueses, de classe média e de oficiais mais plebeus. A crise dos velhos regimes que ainda aceitam submissos a presença de tropas inglesas e francesas em seu território também colabora para isso.

Durante a década de 50, essa corrente chega ao poder no Egito, na Síria e no Iraque. Na maioria dos casos, por meio de golpes de estado e sobre os ombros dos oficiais nacionalistas que fizeram sua escola na derrota de 48.

O coronel Gamal Abdel Nasser foi o inspirador do golpe de estado de 1952 no Egito, que põe fim à monarquia, expulsa as tropas inglesas e começa a reforma agrária, além de um processo de industrialização. Se apoia no exército e em organizações sindicais criadas e controladas por pelegos. Busca apoio dos EUA para a "modernização" do Egito.

Em 1956, Nasser decide nacionalizar o Canal de Suez, até então administrado pelos ingleses. Quer usar os fundos do pedágio para financiar a construção de uma represa em Assuã,

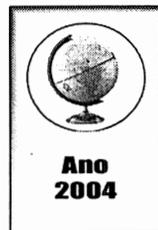
necessária ao projeto de industrialização. Mas a nacionalização de Suez é um golpe para os imperialismos europeus. Inglaterra, França e Israel invadem o Egito para recuperar o controle do estratégico canal. Os EUA, novo senhor do mundo, e a URSS, apoiam o Egito e forçam a saída das tropas ocupantes. A derrota leva a Inglaterra e a França a perder quase toda a sua influência no Oriente Médio.

A nacionalização de Suez e a derrota das potências européias e Israel produziram uma enorme onda de entusiasmo nacionalista e antiimperialista em todo o mundo islâmico. No Iraque, a elite de chantagistas que se instalara no poder, desata uma onda de repressão em grande escala, apoiada pelos EUA e Grã Bretanha. Surge o Pacto de Bagdá, um novo sistema de segurança formado por Grã Bretanha, a Turquia, o Irã, o Iraque e o Paquistão, cuja meta era instituir uma rede de bases militares para proteger o petróleo e reprimir a população, sobretudo manter acuado o inimigo comunista. Os EUA acharam mais prudente ficar de fora do Pacto de Bagdá, para vigiar de perto os seus atos. O Pacto enraiveceu os nacionalistas, visto como violação da soberania árabe. Em contrapartida, Nasser e os membros do partido Baath sírio formam a RAU (República Árabe Unida) em 1958, uma unidade entre Síria e Egito para lançar as bases da unidade árabe e isolar os regimes pró-ocidentais. Uma razão não divulgada era marginalizar a influência dos partidos comunistas árabes, informa Tariq Ali (op. cit., p.79)

No Iraque, apesar da enorme repressão, o povo vai às ruas para derrubar a ditadura. Em 14 de julho de 1958, os Oficiais Livres (os partidários de Nasser dentro do exército iraquiano) dão um golpe e tomam o poder, declarando o fim da monarquia. Em Bagdá, mais de cem mil pessoas põem abaixo a estátua de Faissal e também a do general britânico Maude, o “conquistador de Bagdá”.

Tariq Ali resume a situação interna do Iraque quando a instalação do novo regime: Vinte e três famílias – os Chalabi, Pachachi, al-Khudaivi e outras controlavam 56% do capital comercial e industrial privado do país. O petróleo estava sob o controle da Iraq Petroleum Company, de propriedade britânica. No campo, os britânicos tinham transformado os xeques tribais em donos de grandes propriedades, criando assim uma base material para a colaboração de longo prazo segundo um modelo já testado e comprovado no subcontinente do sul da Ásia: como seus colegas de Sind e Bengala, na prática os camponeses iraquianos tornaram-se servos. A educação superior era em sua maior parte reservada às classes média e alta.

Nas décadas seguintes é feita uma reforma agrária que quebra a espinha dorsal do latifúndio e em 1961 o novo regime nacionaliza o petróleo e as indústrias de base.



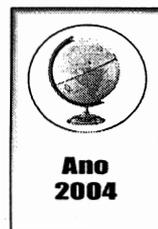
A guerra de 1967 e a ofensiva do imperialismo norte-americano

Em meados dos anos 60 o nasserismo já declinava no Islã e a península arábica assiste à consolidação das monarquias petrolíferas. Essas haviam chegado a acordos com os monopólios norte-americanos que lhes permitiam obter maiores lucros com a exploração do petróleo. No entanto, havia crise econômica e descontentamento popular nos países independentes. O imperialismo escolheu esse momento para atacar. Em 5 de julho de 1967, Israel iniciou um ataque demolidor e simultâneo contra a Síria, a Jordânia e o Egito. Em seis dias se apoderou e estabeleceu seu domínio militar sobre o deserto do Sinai (onde estão todos os poços de petróleo egípcios) e o Canal de Suez, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia (a margem ocidental do rio Jordão) e as Colinas de Golã, na Síria. Com isso, Israel quadruplicou os territórios sob seu controle. Esse foi o primeiro ataque de fundo do imperialismo norte-americano contra os países árabes independentes e marcou o fim do nasserismo.

O sucessor de Nasser (que falecera em 1970) foi Anwar el-Sadat, que aprofundou o processo de entrega ao imperialismo que havia começado com os acordos de paz firmados por Nasser. Em 1972, Sadat expulsou os 20 mil assessores soviéticos que havia no exército egípcio, e nas

grandes obras públicas, como a represa de Assuã, marcando o começo do fim da influência de Moscou na região. Com essa medida, buscava abrir caminho para um acordo geral com os EUA. Mas, antes do acordo, fez uma aliança com a Síria e lançou um ataque militar no final de 1973 contra as posições israelenses em Golã e no Sinai. Foi derrotado pela enorme máquina bélica israelense preparada pelos americanos. Sadat então rompe com os EUA? Muito pelo contrário. Nem bem assina o cessar-fogo com Israel, o Egito troca embaixadores com os EUA pela primeira vez em 20 anos, e o imperialismo começa a enviar ajuda econômica a Sadat. Poucos meses depois, ele assina um acordo com o FMI e começa a aplicar a clássica receita de “abrir” a economia (infitah, em árabe). Permite o ingresso de produtos importados, elimina a proteção da indústria, abre as portas aos investimentos imperialistas, rebaixa os salários e tudo o mais que nós já conhecemos. Em 1978 Sadat firma os acordos de Camp David e com isso o imperialismo americano mostra triunfante o primeiro país árabe a reconhecer Israel, o Egito, antes referência do nacionalismo árabe. A Liga Árabe, incluindo os sauditas, rompe relações com o Egito, isolando-o do restante do Islã, e em 1981 Sadat é assassinado pelas balas dos oficiais islâmicos. 🌐

Guerra Irã-Iraque: corre o sangue do povo iraquiano



Em 17 de setembro de 1980, Saddam Hussein anunciou a decisão de seu governo de cancelar unilateralmente os acordos de Argel, firmados em 1975 com o Xá do Irã. Começou aí uma das guerras mais prolongadas e sangrentas que o Islã já padeceu, com um grau de mortalidade tão elevado que só pode ser comparado ao da primeira guerra mundial.

Os acordos de Argel, apoiados pelo imperialismo e que colocavam o Irã do Xá como o xerife na região, outorgavam ao império persa parte da soberania sobre o Shat-el-Arab (desembocadura do Tigre e do Eufrates, única via de acesso marítimo do Iraque ao Golfo Pérsico) e sobre três pequenas ilhas iraquianas, de importância estratégica, situadas no Estreito de Ormuz.

Com o pretexto de vingar essa afronta, os exércitos iraquianos cruzam a fronteira em 21 de setembro e começam a guerra em território iraniano. No entanto, logo ficaram claros os verdadeiros objetivos da agressão iraquiana. Um deles era o velho sonho de anexar a região onde está a maior parte dos poços de petróleo iranianos. O outro era derrotar um regime que mantinha fortes tensões com o imperialismo desde a revolução de fevereiro de 1979. O debilitamento das FFAA do Irã depois da revolução, o começo da repressão contra a esquerda iraniana e a guerra civil aberta pelo regime iraniano contra os curdos indicaram a Hussein o momento de dar uma ofensiva militar contra o regime de Khomeini para acabar rapidamente com ele.

Teve uma surpresa. No Irã, o presidente Bani Sadr já havia convencido Khomeini a reconstruir o exército e a força aérea abalados, e para isso várias centenas de oficiais foram libertados da prisão. As FFAA foram reconstituídas, com armamento que o governo anterior comprara dos Estados Unidos. Um armamento muito mais moderno e sofisticado do que o das FFAA do Iraque, que foram equipadas em grande parte pela URSS.



Por baixo do pano, os EUA e a Grã Bretanha apoiavam o Iraque, porque não queriam que o governo de Saddam desmoronasse. Do lado do Irã estavam a Líbia de Kadafi e a Síria de Assad. Também em surdina, Israel enviava armamento para Teerã, porque a partir de 1973 considerava o exército iraquiano a ameaça mais séria que tinham na região (T. Ali, p.136).

Em 1982, diante da continuidade do conflito, que foi um dos mais sangrentos de toda a história do Islã, os líderes do Baath passaram por cima de Saddam Hussein e propuseram um cessar-fogo unilateral aos iranianos. Mas Khomeini não aceitou. Em 1984 o próprio Saddam pediu, e Khomeini voltou a negar. Na descrição de Tariq Ali O conflito continuou durante mais seis anos. Parecia a Primeira Guerra Mundial. O território mudava de mãos regularmente, quando unidades de blindados de exércitos contrários rodavam sobre campos cheios de cadáveres. Para ambos os lados, a vida dos soldados rasos, inclusive de meninos adolescentes, era considerada descartável. Os corpos eram varridos como folhas de outono. Gás venenoso foi usado pelo Iraque contra os iranianos e os curdos (que, alegava o regime, lutavam ao lado de Teerã). A perda de vidas foi horrenda. Ainda assim a guerra pôde continuar como se conviesse a todos assistir a esses dois Estados muçulmanos enfraquecerem-se um ao outro a cada mês. A indiferença dos Estados islâmicos igualava-se à paralisia complacente das Nações Unidas. (Bush na Babilônia, p.138)

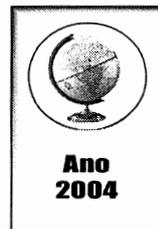
A guerra terminou em agosto de 1988, com os dois países exauridos. As estimativas apontam para mais de um milhão de baixas de ambos os lados. Os vendedores de armamentos ficaram milionários. Mas os efeitos da guerra no Irã demonstraram que a agressão militar iraquiana havia alcançado, de certa forma, o

objetivo do imperialismo e da burocracia soviética: fazer retroceder a onda revolucionária. O próprio Khomeini havia dito, quando da agressão iraquiana, que ela era um presente de Deus (C. I. n.7). Diante da falta de uma direção revolucionária alternativa à direção khomeinista, a guerra permitiu ao regime islâmico consolidar suas bases e acelerar a reconstrução de um estado burguês. As greves foram proibidas e passaram a ser reprimidas com a intervenção armada dentro das fábricas. Todas as conquistas democráticas dos soldados foram eliminadas. A campanha contra o povo curdo foi intensificada, acusado de servir aos objetivos bélicos de Saddam. A reforma agrária foi adiada. Os partidos políticos de esquerda, proibidos. No Iraque, o igualmente assassino e antipopular Saddam Hussein gozou os frutos da guerra contra-revolucionária: tornou ainda mais atroz o culto à sua personalidade. Continuou a receber dignitários ocidentais e executivos de grandes empresas, desesperados atrás de novos negócios. Entre eles, o famoso empresário e político Donald Rumsfeld, atual ministro da Defesa norte-americano.

Mas os desastres da guerra Irã-Iraque para as massas não param por aí. O Estado de Israel saiu fortalecido na região, já que o conflito foi um fator a mais do debilitamento e divisão do mundo árabe frente ao sionismo (Líbia e Síria apoiando o Irã e os demais países árabes apoiando o Iraque). A guerra serviu de pretexto para os governos árabes não ajudarem os combatentes palestinos e libaneses que enfrentavam, em junho de 1982, a invasão sionista no Líbano.

Assim, a guerra trouxe proveito apenas para o imperialismo, tanto político como econômico, já que os dois países envolvidos esgotaram suas forças, sufocaram as massas e aumentaram seu estado de dependência. 🌐

Invasão do Kuwait em 1990: mais uma vez, o povo iraquiano entrega seu sangue



O Iraque sempre tratou o Kuwait como parte de seu território. E não tanto por causa do petróleo, que só passou a ser comercializado em 1946.

Antes da penetração britânica, os povos que habitavam a região do Golfo Pérsico, os nômades beduínos, os agricultores e os moradores do litoral, coexistiam para preservar uma ordem social que lhes convinha no seio do Império Otomano. Foi a política colonial britânica que exigiu a divisão dessas sociedades pré-petróleo em todos os níveis: terras e tribos. (T. Ali, p.140) Depois da descoberta do petróleo, aumentou a cobiça colonial, alterando toda a estrutura social da região e interferindo na convivência pacífica entre as comunidades locais. O petróleo do Kuwait passou a ser explorado pelos britânicos e o grosso da renda do xequê foi investido na City londrina e na Bolsa de Valores de Londres. Nas palavras de Tariq Ali, o xequê e seu pequeno país tinham se tornado patrimônio britânico vital.



Em 1958, os kuwaitianos declaram sua independência do Iraque e três décadas depois, Saddam Hussein ameaça reverter esse quadro. Queria anexar o Kuwait com um discurso de que assim estaria promovendo sua economia e sua posição no mundo árabe. Mas o verdadeiro motivo alegado depois pelo Iraque foi que os kuwaitianos estavam vendendo petróleo a um preço mais baixo, desafiando a Opep.

O fato é que Saddam procurava consolidar sua força em toda a região, colocar-se, diante dos novos amos, os norte-americanos, como alternativa de comando no Oriente Médio. A estratégia dos EUA de apoiar-se na Arábia Saudita e no Irã para preservar a hegemonia norte-americana na região não estava dando muito certo. O Irã estava em crise total depois da guerra e o Iraque, então, queria ocupar o seu lugar nas preferências de Washington, ao mesmo tempo que cobrava a “dívida” por seus serviços na guerra contra o Irã.

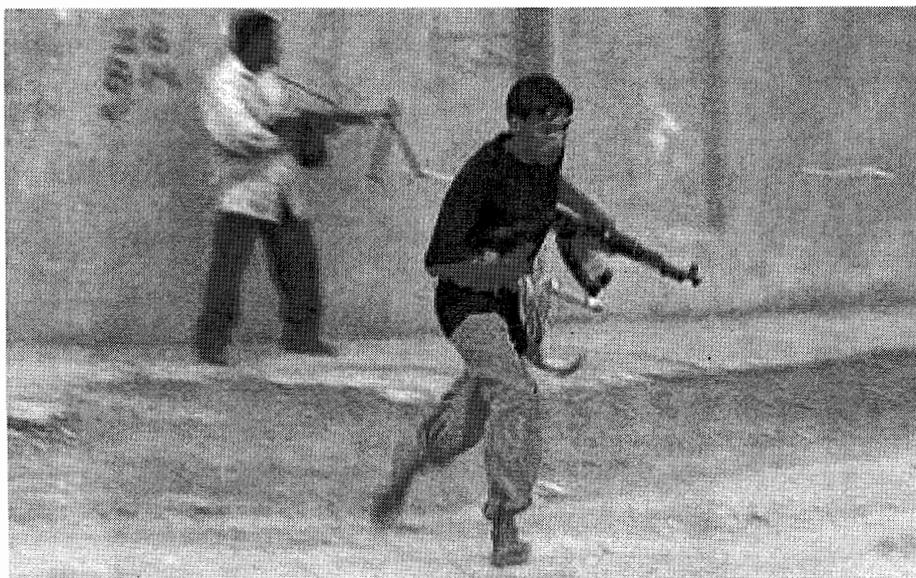
O Kuwait frustrou os intentos de Saddam. Rejeitou todas as suas propostas e no dia seguinte à rejeição, em 2 de agosto de 1990, o exército iraquiano invadiu o Kuwait. Os EUA,

numa das maiores demonstrações de poderio militar, massacraram os iraquianos, mesmo depois que eles concordaram em recuar, violando assim todas as convenções de guerra.

Saddam Hussein permaneceu no poder, mas o povo do Iraque pagou um alto preço. Além dos milhares de soldados mortos na guerra, teve de suportar doze anos de embargo econômico patrocinado pelos EUA, com a benção da ONU.

As sanções econômicas reduziram a população, cujo nível de nutrição, escolaridade e serviços públicos já estivera bem acima dos padrões regionais, a uma miséria incensurável. Antes de 1990, o país tinha um PNB per capita de mais de 3 mil dólares. Em 2001, era de menos de 500 dólares, o que fez do Iraque uma das sociedades mais pobres do planeta. (T. Ali, p.149)

Mas hoje, a resistência encarnizada a que assistimos por parte do povo iraquiano, num dos enfrentamentos mais dramáticos contra o imperialismo em todos esses séculos de história do Islã, mostram que nem os doze anos de bloqueio econômico, nem os bombardeios anglo-americanos foram capazes de dobrar o povo do Iraque. 🌐



A nova guerra colonial, a questão da libertação nacional e o problema da direção revolucionária



A invasão do Iraque recoloca na ordem do dia um problema de grande envergadura para a classe trabalhadora mundial e iraquiana, em particular: enfrentar o imperialismo para reconquistar a libertação nacional e, diante disso, a necessidade de construir uma direção revolucionária que leve a cabo essa tarefa.

A ocupação do território iraquiano não foi uma medida casuística do governo Bush, como resposta aos atentados de 11 de Setembro. Sua concretização já estava prevista no Projeto para um Novo Século Americano, preparado em 1997 pelos mesmos que assessoravam Bush já desde antes de sua eleição, mas só se pôde concretizar na conjuntura aberta com os atentados. Com a comoção criada pelos atentados, se pôs em marcha a máquina de guerra contra o Iraque, como já testemunharam vários ex-assessores de Bush, incluindo seu ex-assessor contra o terrorismo, Richard Clarke. Inclusive se pensou na hipótese de em 2001 não ir primeiro ao Afeganistão, mas ao Iraque. As mentiras sobre armas de destruição em massa deixaram claro que se tratava de uma guerra não apenas pelo petróleo, mas pela dominação de todo o Oriente Médio. Por isso, é correto dizer que um fracasso nessa aventura colonial pode significar um recuo de grande monta nos planos imperialistas de recolonização.

Nesse sentido, a luta que se trava hoje no Iraque é estratégica para a classe trabalhadora mundial. Uma derrota do imperialismo aí pode significar uma vitória para outros movimentos de libertação nacional, como a Intifada palestina e a luta dos curdos, além de apontar para um avanço na batalha aberta em diversas frentes contra os processos de recolonização do imperialismo, entre eles, a tentativa de implantação da Alca na América Latina.

A resistência se generaliza e faz ações unificadas

A heróica resistência das massas iraquianas abriram feridas no governo e no exército americanos. A revelação das torturas na prisão de Abu Ghraib são uma demonstração do que dizemos. A opinião pública mundial reagiu com justa indignação, mas não é nenhuma novidade que os exércitos ocupantes usam e abusam da tortura contra os prisioneiros de guerra. O Império Britânico generalizou a tortura para “baixar a crista” de índios e outros povos que subjuguou. Os franceses mantinham os prisioneiros argelinos em estado de terror permanente. Os americanos, que chegaram a requintes de crueldade no Vietnã, seguem um manu-

al da CIA, escrito em 1983, com instruções de como torturar e humilhar sexualmente os prisioneiros para “quebrar sua vontade”. Guantánamo já demonstrara o tipo de tratamento dado pelos americanos aos seus prisioneiros.

Mas a novidade no caso do Iraque agora é que elas vieram a público. E isso só ocorreu porque existe uma crise sem precedentes dentro do governo Bush, com queda acentuada junto à opinião pública americana depois das mentiras aludidas para invadir o Iraque, e depois de tantos meses de uma guerra fratricida e sem saída. A desmoralização do governo acabou por desmoralizar também a sua guerra e o orgulho dos soldados americanos. Eles pisaram o Iraque como donos da verdade e acabaram fazendo o papel de defensores de um mentiroso. Essa crise abriu os flancos do governo e do exército americanos, fazendo vazarem as informações sobre as torturas, que, vindo à tona, jogaram mais lenha na fogueira. Cresceu o ódio popular contra o invasor e a resistência se fortaleceu dentro do Iraque.

Ao enfrentar uma dura resistência, e baixas crescentes de soldados mortos e feridos, ao saber dos abusos que se cometem, as tropas norte-americanas têm sua moral abalada. O exército não divulga o número de desertores, particularmente dos soldados que não retornam de licenças concedidas, mas já houve um caso de desertor que denunciou o caráter da guerra e pediu para ser considerado “objeto de consciência”. Foi o sargento Mejía, de origem nicaragüense, condenado por uma corte marcial a um ano de prisão. Um dos argumentos usados por sua defesa foi sua repulsa ao abuso contra os presos.

Como resultado da pressão da resistência iraquiana e da indignação generalizada aberta com a revelação das torturas, os comandos militares dos EUA já foram obrigados a libertar mais de 700 prisioneiros de Abu Ghraib (muitos saíram fazendo o V da vitória) e prometeram liberar outros milhares de prisioneiros em breve.

O candidato presidencial democrata, John Kerry, exigiu publicamente a renúncia de Rumsfeld e circulou uma moção que, ainda que com claras intenções eleitoralistas, em poucos dias reuniu 275.000 assinaturas. Todos se olham

no espelho da Espanha e a derrota eleitoral de Aznar, que já trouxe suas conseqüências. Esses criminosos de guerra sentem como a opinião pública de seus países se volta cada vez mais contra eles. Em especial Bush, em pleno ano eleitoral, bateu seu recorde negativo de popularidade. Desesperado, promete que logo sairá do Iraque, mas Paul Bremer, a máxima autoridade ianque aí, designado pelo próprio Bush, declara que, pelo contrário, necessitarão mais soldados e mais dinheiro para sustentar a ocupação.

A revolta se espalha e os grupos guerrilheiros parecem buscar a unidade

Há poucas informações concretas sobre a organização da resistência iraquiana, mas até agora, o que se sabe é que a resistência é forte, cresce a cada dia, incorporando inclusive mulheres e crianças, bairros inteiros resistindo armados, mas esses combatentes seguem direções na maioria das vezes ligadas ao clero, os ayatollás e mesmo direções ligadas a setores burgueses descontentes.

Outro agravante é a tática dos EUA de impor uma divisão étnica e religiosa à população iraquiana. Apoiados na perseguição imposta por Saddam à minoria curda e à maioria xiita, buscam referendar essas divisões para evitar a todo custo a unidade entre sunitas e xiitas. Daí a composição do conselho de governo todo atravessado por esses critérios e o permanente alerta de Paul Bremer e outras autoridades coloniais sobre uma possível “guerra civil”.

Mas a insurreição em Fallujah e nas cidades santas do centro-sul contra os ocupantes abriram uma nova situação. A solidariedade e unidade demonstradas entre os insurretos sunitas e xiitas frente à agressão imperialista colocou na ordem do dia uma questão tradicional na história da luta pela independência iraquiana: antes de organizar-se pela fé religiosa, existe uma consciência nacional e antiimperialista que une pela base os combatentes.

Até abril havia dois tipos de resistência: uma de caráter militar, em que parecia predominar o

setor sunita; e outra em forma de protestos de massas, expressa nas mobilizações, sobretudo do setor xiíta, que foi discriminado política e economicamente pelo regime de Saddam. Mas os apelos da direção à calma ainda mantinham essas camadas da população afastadas das ações militares contra o invasor. O mais respeitado ayatolá xiíta, Ali Sistani, embora criticasse a ocupação, pedia moderação, buscando afastar a base xiíta das guerrilhas contra o invasor. Na nova situação, ambos os setores entraram em combate e passaram a unir publicamente suas lutas contra o inimigo ocupante. O grito de guerra “nem sunitas nem xiítas, somos irmãos e nunca venderemos nosso país” ouvido em uma mesquita xiíta de Bagdá expressa o repúdio ao saque a que o imperialismo submete o país. A ocupação imperialista tornou-se o inimigo comum de ambos, e acabou por unir xiítas e sunitas para enfrentá-lo. O apoio de Fallujah e bairros sunitas a Cidade Sadr e dos xiítas ao cerco de Fallujah selou essa unidade. A retirada das tropas de Fallujah foi comemorada como uma vitória.

A revolta continua a espalhar-se. Najaf e Kerbala ainda estão nas mãos do exército de Mehdi dirigido por Muktada Sadr e a revelação das torturas só terminaram de indignar e acender a revolta entre a massa de iraquianos. O imperialismo tentou criar um muro entre as duas alas muçulmanas, mas essa manobra está caindo por terra. Os dois movimentos de guerrilha se apóiam um no outro. A idéia de um combate nacional comum está em curso e também a noção adquirida nas lutas das últimas semanas de que as forças armadas norteamericanas podem ser colocadas em dificuldade, mesmo com toda a sua superioridade militar.



O maior adversário desse processo são as direções burguesas, que tratam de fazer acordos com o imperialismo norte-americano e a ONU. Aí entram os dirigentes curdos Talabani e Barzani, os xiitas que participam do conselho como Al Hakim, ou o ayatolá Sistani que trata de se colocar como oposição à ocupação, mas se manifesta contra a guerrilha, se opõe a que Sadr esteja com sua milícia em Najaf. E articula com a ONU uma saída negociada que lhes transfira algum poder, mas preserve os interesses imperialistas. Os governos árabes e islâmicos fazem uma verdadeira competição entre si de qual é mais submisso ao imperialismo e tratam apenas de negociar alguma vantagem para entregar a defesa da nação árabe e do Iraque, nisso se igualando desde Mubarak do Egito, passando pelas monarquias corruptas, a saudita, jordaniana e emirados até os governos de Irã e Síria. Daí a impotência patética da Liga Árabe para tirar sequer uma condenação clara da ocupação imperialista e medidas contra essa invasão. A política dos ayatolás iranianos é favorecer uma solução negociada via ONU, que lhes preserve alguma ingerência no futuro Iraque “soberano”. A conferência alternativa que reuniu vários líderes em Bagdá teve o mesmo sentido, colocou-se contra a ocupação, mas pede uma negociação com a ONU e trata de arranjar novos interlocutores para substituir o desgastado Conselho e acertar com o imperialismo uma saída.

O papel cúmplice da ONU

Frente a esse isolamento, as esperanças do imperialismo americano e europeu se voltam para a ONU e seu enviado especial ao Iraque, Brahimi, que está agindo agora para ver se consegue um novo “governo” iraquiano títtere para substituir ao desgastado Conselho nomeado por Bremer, que já perdeu dois membros, uma ministra e o presidente, em atentados, e não tem a menor autoridade. O Conselho de Segurança da ONU está, como sempre, pronto para emitir novas resoluções e mandatos para respaldar a política da principal potência imperialista desde que haja alguma divisão do botim.

A resolução de maio de 2003 aprovando a autoridade da “coalizão” sobre o Iraque, apesar da invasão ter sido feita sem autorização do próprio Conselho de Segurança, mostra bem o que é essa instituição; nas palavras de Tariq Ali virar as costas aos EUA para apelar à autoridade da ONU é como esperar que o cachorro morda o dono. (Bush na Babilônia) A mesma ONU foi responsável, por mais de uma década, pelo programa de sanções e bloqueios operado por EUA e Inglaterra que custou a vida de centenas de milhares de crianças, de outro sem número de idosos (Dennis Halliday, coordenador humanitário da ONU no Iraque e ex-secretário geral assistente, calculou um total de 1 milhão de pessoas) e fez a renda média e o nível de desenvolvimento do Iraque cair a níveis das sociedades mais pobres do mundo, reduzindo a renda per capita de 3.000 a 500 dólares.

É nessa ONU, essa cova de bandidos, na precisa definição de Lenin para a Liga das Nações, que governos imperialistas europeus apostam para dar uma alternativa de fachada para encobrir o fracasso norte-americano e que boa parte da esquerda mundial ainda vê como solução “civilizada” e “pacífica”.

A ONU está aí para evitar que uma retirada estratégica das forças americanas do território iraquiano signifique uma vitória das massas. Para evitar a todo custo que elas consigam superar suas direções traidoras e tomar o poder, expulsar de vez o imperialismo e expropriar a burguesia parasitária, colocando as riquezas petrolíferas a serviço da superação da fome e da miséria do povo iraquiano. A tarefa suprema da ONU é garantir que o Iraque continue a ser governado pela burguesia, a oligarquia de chantagistas, nas palavras de Tariq Ali, e assim evitar a revolução socialista, única via possível para que as massas iraquianas conquistem de fato a libertação nacional. E isso não é nenhum projeto para o futuro, um delírio ou uma utopia. A heróica resistência das massas iraquianas vem mostrando que isso não só é possível como é a única garantia de livrar-se para sempre dos ocupantes de hoje e de amanhã. Tampouco a democracia burguesa é uma saída, porque a bur-

guesia iraquiana é dependente até a medula do imperialismo. Como disse ironicamente Robert MacNamara em recente entrevista à imprensa, mais cedo ou mais tarde os xeques iraquianos vão se dobrar, porque não podem comer petróleo; eles têm de vendê-lo e, por isso, precisam do imperialismo, que o compra.

A tarefa de liberação nacional do imperialismo e de autodeterminação política e econômica é do povo e dos trabalhadores iraquianos. Em diversos momentos da história do Islã, eles confiaram na burguesia para levar essa tarefa adiante, como ocorreu, por exemplo, no Irã, em 1979, mas não conseguiram sair do atoleiro. O problema da luta pela autodeterminação nacional foi um tema candente para o leninismo, e nesta edição de *Marxismo Vivo* o leitor pode conhecer a posição de Lenin no Dossiê dedicado aos 80 anos de sua morte.

Hoje, no Iraque, as massas vêm conseguindo grandes triunfos. Crise no governo Bush, crise no exército americano, crise nos governos europeus que integram a coalizão ocupante e até mesmo crise na ONU. Essa enorme resistência conseguiu muito, mas infelizmente ainda não conseguiu o essencial: a expulsão do imperialismo, seja o americano, seja o europeu, acobertado pela ONU. Os Estados Unidos já avisaram: depois de “devolver a soberania” ao povo, com a farsa de um governo fantoche, as tropas americanas vão continuar ocupando o território iraquiano. E mesmo que elas saiam totalmente, se for depender dos acordos em marcha, com certeza detrás delas entrarão as tropas do imperialismo europeu, disfarçadas pela ONU de “tropas humanitárias”, como está ocorrendo no Haiti, onde até tropas brasileiras estão se prestando a esse serviço. O Iraque vai continuar dominado e espoliado, e as massas oprimidas e na miséria.

E isso é assim não porque falte força e determinação aos combatentes iraquianos, mas porque lhes falta algo muito maior: uma direção revolucionária que, armada com um programa que leve até o fim a luta pela expulsão do imperialismo e pela libertação nacional, consiga reunir xiitas e sunitas, árabes e curdos, trabalhadores petroleiros e de outros setores, a população das cidades e do campo, setores importantes do exército, numa luta sem tréguas e sem a menor confiança na burguesia e nos ayatolás, para expulsar o governo fantoche e tomar o poder no Iraque. A resistência heróica e sem descanso, uma tradição das massas iraquianas, mostra que é no calor das batalhas que essa direção poderá e deverá ser construída. 🌐



Iraque: o Baath, o PC e a crise de direção revolucionária

Apesar das inúmeras demonstrações de coragem e disposição de luta que marcaram a ferro e fogo a conturbada história do Islã, em especial do Iraque, a classe trabalhadora iraquiana não conseguiu construir uma direção revolucionária que levasse a luta pela liberação nacional até o fim, até a expulsão total do imperialismo de seu território, a expropriação da burguesia parasitária e chantagista, sempre rastejante aos pés dos diversos imperialismos de turno. Por isso, vem sendo sistematicamente traída pelas direções nas quais os trabalhadores e o povo iraquiano já depositaram sua confiança. Os maiores exemplos são as duas principais forças políticas do Iraque, o Baath e o PC.

O Baath foi fundado nos anos 40 por um grupo de intelectuais sírios. Seu fundador, Michel Aflaq, estudara na França e inicialmente foi atraído pelo PC. No entanto, o apoio dos comunistas ao governo de Frente Popular em 1936 e sua recusa em insistir na liberdade colonial como parte do programa da Frente fez com que Aflaq se afastasse dos comunistas. Foi essa experiência que o levou a supor que os líderes dos partidos comunistas sempre colocariam seus próprios interesses limitados ou os do Estado soviético à frente das necessidades objetivas dos pobres e oprimidos, especialmente nas colônias. Se esta era uma demonstração do “internacionalismo proletário” na prática seria melhor para quem vivesse no mundo colonial ou semicolonial esquecer as frases altissonantes, esquecer a União Soviética e lutar pela própria emancipação como simples nacionalistas. (T. Ali, p.112)

Assim, Aflaq, junto com Salah Bitar, decidiu fundar o novo partido em 1943, e sua posição contrária aos comunistas ficou mais assentada depois de 1948, quando os partidos comu-

nistas árabes apoiaram a formação de Israel, seguindo a política soviética oficial. Tariq Ali conta que essa política do PC gerou muitos protestos por parte dos membros judeus dos partidos egípcio e iraquiano, e que um dos fundadores do PC egípcio mudou seu nome judeu em protesto contra a criação de Israel e recusou-se a deixar seu país. Conta também que a defesa de Israel por parte do PC facilitou para o Baath o caminho para tornar-se um partido de massas, arregimentando em seu seio os setores descontentes com o PC.

Em seu livro, Tariq Ali explica que o Baath, antes de chegar ao poder no Iraque e na Síria, não era favorável a massacrar os comunistas, como os baathistas iraquianos fizeram depois do golpe de 1963 em Bagdá.

O Partido Comunista Iraquiano foi um dos mais fortes de todo o Oriente Médio. Tinha células no exército formadas por quadros bem treinados e organizados, especializados em atividades clandestinas. Era um partido de massas. Tariq Ali conta: Os comunistas e suas numerosas organizações de frente tinham crescido de maneira fenomenal no período posterior a julho de 1958. O jornal do partido tinha uma circulação diária de 30.000 exemplares (grande para o Iraque) e seus partidários encontravam-se em todas as regiões e em todas as instituições do país.

Mas seguia à risca as ordens da burocracia de Moscou, cuja política era definida pela forma com que seus interesses burocráticos se expressavam na região. Depois que seu principal líder foi assassinado, o PC apoiou a formação do Estado de Israel assim como havia interrompido toda oposição aos exércitos de ocupação franceses e britânicos durante a Segunda Guerra Mundial. Quando caiu a monarquia, apoiou

o novo regime da burguesia nacionalista. Mas Qasim, líder do governo burguês, sentiu o peso dos comunistas e tentou bani-los em 1959, como fizera Nasser no Egito. A reação foi imediata. Os comunistas organizaram manifestações de massa que poderiam ter tomado o poder, mas um emissário de Moscou chegou a Bagdá com instruções urgentes de Nikita Kruschew para não desestabilizar o regime de Qasim. Moscou sentia que uma vitória comunista em Bagdá ameaçaria suas relações com Nasser e o nacionalismo árabe.

Em 1963 os baathistas dão um golpe de estado, pondo fim ao governo de Qasim, que foi julgado e executado. O PC foi perseguido, seus líderes exilados e milhares de membros, em especial no Exército e na Força Aérea, foram caçados, torturados e mortos. O que ajudou o partido a sobreviver foi o forte apoio nas áreas curdas do país. Apesar das violências que sofreu, a organização sobreviveu na clandestinidade e seus bastiões curdos permaneceram praticamente intocados.

Enquanto reprimia os comunistas, o Baath no poder estabeleceu relações íntimas com a URSS, fez acordos comerciais com a Polônia e reconheceu a RDA. E em 1973, por orientação da burocracia soviética e numa clara manobra dos baathistas para neutralizá-lo, o PC iraquiano entra na Frente Nacional Progressista e forma um governo de frente popular com o Baath. Conta Tariq Ali que durante todo o seu período no governo, os comunistas não exerceram nenhum poder real. Tornaram-se títeres. Todas as decisões importantes eram tomadas por Hassam al-Bakr e Saddam Hussein. Nem a filiação à FNP e ao governo pôs fim à repressão. Os soldados comunistas do exército eram executados, membros do partido ativos nas fábricas presos por pouco tempo para curá-los do sindicalismo e embora o jornal diário do partido tenha continuado a ser publicado, foi obrigado a uma severa autocensura. Saddam em pessoa avisou aos líderes comunistas que, no exército, não toleraria nenhuma atividade de partidos que não o seu.

Saddam se preparava para conquistar todo o poder. Tem início um expurgo de baathistas descontentes e em 1978 o PC foi expulso do governo e da FPN. Alguns de seus líderes foram presos. E, para demonstrar a seus amigos de Washington o caráter definitivo desse rompimento, Saddam Hussein mandou executar 31 membros do partido com o pretexto de que tinham ignorado repetidos avisos e criado células do PC nas



FFAA. Não era verdade. (T.Ali, p. 130). No ano seguinte, 1979, Saddam nomeou-se general e logo depois tornou-se presidente da República, após a aposentadoria forçada de seu primo Hassam al-Bakr.

O golpe que levou Saddam Hussein ao poder no Iraque, em 1979, significou não apenas mais uma pugna interna como as que se sucederam dentro do regime iraquiano desde 1958. Saddam Hussein era secretário geral do Baath e seu primo al-Bakr encabeçava o Comitê Militar.

Saddam era a personificação iraquiana de um processo de adaptação mais profunda do antigo nacionalismo burguês árabe ao imperialismo norte-americano, que ocorreu na Síria de Hafez Al-Assad (também ele pertencente ao movimento Baath) e no Egito de Sadat. Não porque seus antecessores tenham tido uma linha conseqüente contra o imperialismo, mas pelo grau de cinismo e disposição a jogar um papel contra-revolucionário aberto na área em troca de uma “valorização” por parte das potências imperialistas e de disputar o papel de líder regional sob as bençãos dos EUA. Para isso, estava disposto a livrar-se dos comunistas em seu governo, a reprimir os curdos, os xiitas e depois a invadir o Irã. Parece-se ao fenômeno que ocorreu também na América Latina com movimentos tipo peronismo, APRA peruano e MNR boliviano. Vão perdendo suas características originais nacionalistas para adaptar-se e passar a apoiar cada vez mais o projeto imperialista, apenas tentando de preservar algumas migalhas que so-

brem da festa. Demonstram na prática como as burguesias nacionais dos países periféricos são incapazes de enfrentar o imperialismo, confirmando a caracterização sobre elas das teses da Revolução Permanente, de Trotsky, mais atuais que nunca nestes tempos de recolonização globalizada.

Tariq Ali resume: Saddam Hussein e Hafez al-Assad compartilhavam o mesmo universo político. Ambos tinham derrotado seus respectivos radicais; ambos tinham revivido a boa fortuna dos comerciantes e lojistas de classe média; ambos tinham criado uma estrutura na qual cada líder ficava no topo de uma pirâmide criada para dar a cada um dos déspotas o poder total; e ambos usavam uma retórica antiimperialista em público, enquanto adulavam os Estados Unidos em particular. E nenhum deles era novato no quesito repressão. Saddam destruiu os comunistas e esmagou os curdos; o pensador sírio seu colega ordenou a morte de dez mil pessoas em Hamah – opositores islamitas e seculares que tinham-se levantado contra o regime. (Bush na Babilônia, p. 121)

O PC havia colaborado intensamente com o imperialismo britânico e fez o mesmo com o norte-americano, mesmo nos seus piores momentos da ocupação. Presente no governo Saddam Hussein em 2003, o PC integrou o Conselho Governante do Iraque, formado pelos EUA para consolidar a ocupação, tornando-se cúmplice de um dos mais graves momentos da história do Islã. 🌐

Bolívia: as tarefas da revolução



PEDRO VILLA

Membro da Direção do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST)

Seção peruana da LIT-QI

Tradução Raimundo Alves

A mobilização revolucionária das massas operárias e camponesas iniciada em 2000 desembocou vitoriosamente na insurreição de outubro de 2003 e derrubou o governo Sánchez de Losada. Este primeiro desenlace triunfante esteve precedido de uma série de mobilizações contundentes e insurreições, com destaque para a os dias 12 e 13 de fevereiro do mesmo ano. Contra a opinião das direções e organizações reformistas, é necessário reafirmar que foi uma revolução; porque foi protagonizada pelas massas operárias, camponesas e populares e, mais que isso, foi uma revolução operária e socialista pelo papel cumprido pela classe operária em sua organização, a COB que a centralizou e dirigiu, e pelos inimigos que enfrentou: a burguesia, o imperialismo e seu governo lacaios.

Ao contrário do que dizem as organizações reformistas, esta revolução gerou um órgão de poder operário e popular, a COB, que havia se recuperado das cinzas da etapa de reação, e constituiu-se em um órgão de poder dual.

Mesmo assim, em razão da ausência de uma direção revolucionária com influência de massas, as direções reformistas que encabeçaram a revolução entregaram o poder à burguesia por meio do mecanismo da sucessão constitucional. O governo resultante é um governo pró-imperialista, mas por ser consequência de uma revolução, é débil, mais débil que o anterior, com características similares ao governo de Kerenski na Revolução Russa de 1917, sustentado basicamente pelas direções do movimento operário, camponês e popular.

No entanto, ainda que o poder tenha sido entregue à burguesia, o processo revolucionário não se encerrou, pelo contrário, aprofundou-se. O país entrou em uma etapa de dualidade de poderes. Um regime e um governo débeis e as massas vitoriosas. Está aberto o caminho para o desenlace definitivo.

Os pontos fracos

Nesse marco, é necessário assinalar também os pontos débeis da revolução. Primeiro: ela não destruiu as forças armadas e policiais, como fez a revolução de 1952. Essas instituições, principalmente as policiais, em grave crise desde fevereiro, não aprofundaram sua crise a ponto da dissolução ou destruição; pelo contrário, recuperaram-se relativamente e foram a ponta de lança da repressão

que sustentou Sanches de Lozada, principalmente o Exército. Mas, apesar disso, sofreram os efeitos da revolução. Setores policiais confraternizaram com os trabalhadores mobilizados e houve tentativas de motins. No Exército houve insubordinação em muitos setores que, a continuar, teriam se desenvolvido. Segundo: o poder dual não é exercido pela COB. A revolução não avançou até um órgão de poder exercendo parte das funções de governo, como ocorreu na Revolução Russa, ainda que entre os camponeses do altiplano esse poder é exercido, mas não é generalizado. Depois da entrega do poder, a COB recuou por política de sua direção. Terceiro: ficou clara a ausência de uma direção revolucionária com influência de massas.

Depois de outubro, entramos em uma nova fase na qual ou as massas disputam o poder ou se abrirá o caminho para a vitória da burguesia e do imperialismo, seja pela via da reação democrática, a preferida, seja pela via da contra-revolução sangrenta. Nesse quadro, a tarefa central da classe operária boliviana é a preparação da tomada do poder pela COB em luta contra o plano de reação democrática do governo e do imperialismo. Para impulsionar essa tarefa de forma conseqüente, é preciso lutar por uma direção revolucionária de combate.

O regime e o governo de Mesa e seu plano de reação democrática

Diz-se que este regime e este governo “es la misma chola com outra pollera” (“a mesma mulher com outra saia”), igualando o regime e o governo ao de Sánchez de Losada. Não é assim. Este regime surge do triunfo de uma revolução operária, camponesa e popular. Se apoia na combinação de instituições da democracia burguesa colonial em crise profunda, como o parlamento, o poder judiciário, as forças armadas e policiais e nas direções reformistas, mas acossado por um poder dual institucionalizado na COB e nas organizações camponesas.

Este governo, em acordo com o imperialismo, tem um plano para encarar a revolução em curso. É o plano da reação democrática, prefe-

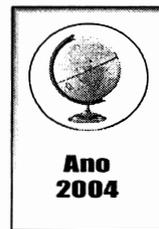
rido pelo imperialismo para desmontar as revoluções, como no Equador e na Argentina. Este plano político está concebido para mudar alguma coisa para que tudo fique igual. Foi formulado para manter o domínio da recolonização imperialista no país. Não se coloca minimamente a ruptura com as transnacionais que controlam o petróleo e o gás. Contrariando as reivindicações das massas feitas em outubro do ano passado, faz apenas pequenas modificações na Lei de Hidrocarbonetos, sem afetar centralmente as transnacionais.

No marco de manter os eixos centrais desse plano, chamado neoliberal ou de recolonização, o ajuste econômico de Mesa, anunciado em fevereiro, está destinado a descarregar o peso da crise e do imenso déficit fiscal sobre as costas das massas trabalhadoras e da classe média. Mesmo que não seja mediante um choque, começou a saquear ainda mais os bolsos dos mais pobres com a liberalização do preço do gás, do diesel e da gasolina, com incidência no aumento do gás de cozinha e, no futuro, também nos preços das passagens.

Efeitos negativos multiplicadores terão também os novos impostos sobre transações financeiras, que atingem os setores médios e uma ampla massa de pequenos ou médios comerciantes. Não se busca com isso que os ricos paguem a crise, como diz Mesa, mas os de sempre, os pobres e os setores médios. Os mais ricos tiveram uma queda de braço com o governo para ficar de fora da cobrança de impostos, como a burguesia rural de Santa Cruz. As companhias petrolíferas fazem seu próprio jogo para não perder os privilégios e para que não se aplique o imposto complementar, com o qual o governo tenta resolver o problema dos hidrocarbonetos.

Enquanto isso, se paga pontualmente a dívida externa, aplica-se uma dura austeridade aos trabalhadores, cujas reivindicações são recusadas, aprofundando a miséria e o desemprego país. Para confundir, o governo ensaiou uma demagógica austeridade, mas deixando intacta uma série de gastos reservados e, sobretudo, os elevados gastos com as forças armadas e defesa,

enquanto se nega aumento para a educação e a saúde. Todas essas “concessões” políticas e manobras de suposta austeridade estão preparadas para que as massas caiam na armadilha de aceitar e deixar passar o plano saqueador.



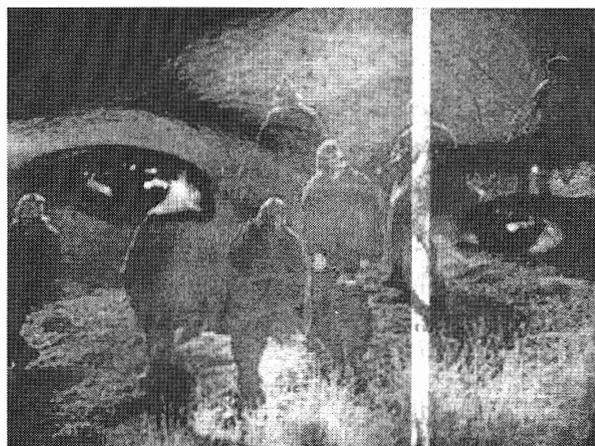
Na aplicação do plano, a debilidade do governo

Ao anunciar seu plano econômico, em 1º de fevereiro, o governo teve de enfrentar a primeira reação. Os motoristas fizeram greve e conseguiram uma negociação que ainda não está terminada. Depois vieram os empresários de Santa Cruz obrigando o governo a dar marcha a ré na pretendida imposição do imposto sobre o patrimônio líquido. O governo trocou esse imposto por outro, chamado de complementar aos bens imóveis, na verdade, um imposto duplo, que foi barrado no Senado. A proposta do governo de cobrar impostos sobre transações comerciais foi finalmente aprovada, mas com uma importante oposição. Por outro lado, as companhias petrolíferas resistem até mesmo a mudanças cosméticas. A pressão que exercem vem postergando há meses a apresentação ao Congresso da Lei dos Hidrocarbonetos, que, por sua vez, retarda o referendunum que foi adiado sem data¹. Desta maneira, o governo Mesa se viu travado para levar adiante seu plano de ajuste, que a duras penas funciona em meio ao início das lutas e mobilizações. A COB, depois do tropeção com o apoio à paralisação dos motoristas em fevereiro, novamente está à cabeça.

Pressionado por todos os lados, travado em seus ímpetus impositivos, Mesa, que no início de janeiro havia desafiado os trabalhadores e o povo a apertar mais os cintos, e se negado a governar com os partidos, agora se vê obrigado a tentar um acordo com os partidos tradicionais na busca de um desprestigiado pacto social para poder governar. Como todo governo kerenskista, este não é um governo que possa resolver nada de fundamental; sua sorte esta selada pela ação revolucionária do movimento de massas ou pela contra-revolução. E ainda que Mesa não queira, o seu é um governo transitório. Em muito, ou principalmente, sua dinâmica dependerá da ação da COB e das massas. Se isto não se der por culpa das direções, provavelmente o processo será dirigido para a via morta da saída democrático burguesa.

As expectativas no governo de Mesa

O desenvolvimento do processo revolucionário não é linear. Os avanços e retrocessos obedecem à lei que diz que a toda revolução sucede uma contra-revolução. Mas na Bolívia, ainda que esteja em marcha um plano de reação democrática, não podemos falar em retrocesso, porque não há nenhum triunfo do governo contra o movimento de massas. O que há é uma trégua concedida pelas direções, aproveitada pelo governo para passar à ofensiva com seu plano de reação, porém, em meio a crescentes dificuldades.



Mesa, por ter surgido como um governo apoiado pelas direções do movimento de massas e com a promessa de realizar um plebiscito sobre o gás que modifique a Lei de Hidrocarbonetos e de convocar uma Assembléia Constituinte, gerou expectativas em amplos setores do movimento de massas e, sobretudo, nos setores médios.

A trégua serviu para romper a unidade de ação de todos os setores populares forjada contra o governo de Sánches de Lozada, separando um setor da classe média que apóia o governo de Mesa, logrando um aparente clima de paz social de alguns meses. Abonou, por um momento, o crescimento das expectativas e de sua popularidade, a reivindicação da saída para o mar, um tema histórico que é motivo de uma disputa permanente com o Chile e ainda atrai a atenção de importantes setores da população.

Mas hoje essas expectativas estão se desvanecendo, ainda que o governo conserve uma importante aprovação. Por algum motivo se diz que Mesa “tem popularidade, mas não respaldo”. É a classe operária e, em geral, os trabalhadores da cidade, mas também os do campo, que vêm se distanciando do governo. Isto se demonstra não apenas pelos ampliados da COB, onde as delegações participantes mostram o repúdio ao governo, diferente dos primeiros dias do mandato. Também se vê nas lutas e mobilizações que começam a ocorrer, como a dos motoristas, trabalhadores da saúde, os professores, os estudantes, os deficientes visuais, que conseguiram grande solidariedade, e também das regiões, por reivindicações locais e as próprias marchas da COB, grandes e combativas. No entanto, esta situação, que é dominante, se combina com as expectativas de setores da alta classe média, que querem deixar Mesa governar, arrastando um setor popular. Esses setores, imediatamente depois da subida de Mesa e até hoje, apóiam o governo e pronunciam-se contra as mobilizações, censurando os manifestantes.

O que provoca essa desilusão é o plano econômico, que não mexe com as transnacionais. É a manobra que vem desvirtuando o conteúdo do prometido referendun, é a não revogação

da Lei de Hidrocarbonetos, é o acordo para vender o gás à Argentina que beneficiaria o Chile, enquanto descarrega impostos sobre os trabalhadores e a classe média. Além de manter a irritante impunidade dos culpados dos massacres de fevereiro e outubro em aberta defesa da cúpula militar. Além disso, há negativa de solucionar as reivindicações mais elementares dos trabalhadores do campo e da cidade, mantém-se a política de erradicação da coca, rechaçou o pleito da COB, oferecendo um mísero aumento de 3%. Protege-se os latifundiários enquanto se marginaliza os sem-terra. O governo está perdendo credibilidade em razão de sua política de ajuste e suas marchas e contra-marchas, deixando entrever sua debilidade.

A situação da COB e o poder dual

É inegável que o movimento de massas, camponês e popular, se fortaleceu. Surgiu a COB como organismo de classe que o unifica e centraliza. Já o havia feito antes de outubro, no XIII Congresso, mas deu um salto qualitativo como resultado de outubro, apesar de que sua direção decretou um recuo estratégico, isto é, a trégua outorgada ao governo, porém a COB mantém-se fortalecida. Assim o demonstram não apenas a convocatória dos ampliados realizados este ano, onde participaram as principais bases operárias e populares, mas também seu papel atual, apensar da feroz campanha do governo e de Evo Morales contra as lutas crescentes e a greve geral.

É o poder dual institucionalizado e junto à COB estão os camponeses organizados na CSUTCB² e as bases do altiplano, onde há muitas zonas liberadas, as bases da FEJUVE³ e da COR de El Alto⁴. Mas o poder central que subordina os demais é a COB que agrupa a maioria das bases operárias e populares.

No entanto, existem várias debilidades no marco deste poder. Uma é, indubitavelmente, sua direção reformista; outra é a falta de unificação e centralização com o campesinato da CSUTCB dirigido pelo Mallku⁵ e outra fração dirigida pelo MAS. Estas bases não assistem aos ampliados, e no caso do setor dirigido por el

Mallku, só assiste um representante que manifesta que seu setor está disposto a trabalhar em consenso com a COB. Também falta a integração da COR de El Alto. Esta falta de integração não se deve a atitudes da base, mas a política divisionista e contrária à COB dos dirigentes camponeses e da COR de El Alto onde prevalece a influência política do MAS. Outro elemento da debilidade é que, por sua direção colaboracionista, o poder dual que tem objetivamente, não desenvolve toda a sua potencialidade. Como dissemos, sua direção não reconhece este poder. E mantém enquadrada a COB como um mero organismo sindical dos tempos normais. Por isso, rechaçam realizar um novo congresso de base como o exige o processo revolucionário para rearmar-se após outubro. Para a direção, eventos como este devem realizar-se somente em cumprimento aos estatutos, isto é, a cada dois anos. Este enchalecamento sindical faz o jogo do governo e lhe permite ganhar tempo para passar à ofensiva.



A questão dos órgãos de poder: a COB e a assembléia popular

As direções não reconhecem a COB como órgão de poder idôneo para este fim, tampouco que hoje exista uma dualidade de poderes. É a velha discussão que se produz toda vez que a COB manifesta-se como órgão de poder centralizador e unificador da classe operária e das massas em situação de crise revolucionária onde o poder está ao alcance das mãos dos trabalhadores. O POR6, com fraseologia pseudo-esquerdista, é o partido que historicamente mais se opôs a considerar a COB como esse órgão de poder, mas como este partido, também as direções reformistas, como o PC, também se opõem. Antes de outubro, algumas destas direções, encabeçadas pelo MAS, não se colocavam como tarefa reativar e recuperar a COB, mas trataram de buscar-lhe um substituto, como o chamado Estado Maior do Povo, criado pelo MAS, que lhe serviu para negociar uma trégua com o governo de Goni e que, como teria que suceder, em outubro desapareceu. A COB finalmente se impôs como a organização indiscutível das massas.



O parlamento, o governo e as massas

O parlamento tem sido a peça central para a saída constitucional à crise burguesa de outubro. Na medida que todos os setores da burguesia e do imperialismo, incluídas as direções do movimento operário e popular, deram este papel a este organismo, esta política lhe serviu para que sobrevivesse à revolução, apesar de vir de um desgaste e um descrédito crescentes. Desta maneira, sua permanência dá ao regime sua forma democrática, mas muito em crise. Ainda assim, é a sustentação democrática do governo de Mesa. Mas a sobrevivência deste organismo deve-se também à permanência nele do maior partido de esquerda, o MAS, e também do MIP7. Se estes partidos tivessem saído dele, este organismo teria caído.

De conjunto, esta instituição da democracia colonial está mais desacreditada que antes de outubro. São os trabalhadores os que mais a questionam. O ampliado da COB do mês de janeiro aprovou, entre outras resoluções, por mandato unânime de suas bases, lutar pelo fechamento deste organismo. E sofrendo o impacto desta ameaça, o Congresso votou uma resolução pela qual mudaria sua sede para Sucre ou a qualquer departamento que lhe permita funcionar com tranqüilidade, já que isso seria impossível em La Paz, centro das mobilizações. Essa resolução não foi anulada. Isto mostra a debilidade desta instituição ante as ameaças da COB que, por sua vez, expressa o sentimento de amplos setores.

As direções

A revolução de outubro foi feita apesar das direções. Por isso, foi uma revolução inconsciente. O MAS, a principal direção política, opôs-se à revolução de outubro. Negou até o último momento seu apoio à greve geral. Quando se fez inevitável a queda do governo, sustentou a saída institucional. Hoje consolidou sua posição à direita, em defesa da democracia e do governo Mesa. É o criador do fantasma do golpe de estado como principal e iminente perigo que as

massas tem que enfrentar. Com esse argumento, centra sua política na defesa da democracia. É a principal sustentação de esquerda desse governo, ao ponto de que é visto como o oficialismo no parlamento. Sua oposição às leis impositivas busca proteger o seu eleitorado médio e também burguês e não modifica seu papel de sustentação do governo. Em troca reivindica cortes nos gastos supérfluos. Prepara-se para a constituinte, que é um dos seus maiores objetivos, e para as eleições municipais de 2007. Busca recuperar o gás, sem atemorizar as transnacionais e os investimentos estrangeiros. É o Lula camponês da Bolívia. O MIP, ainda que em outubro apelou às mobilizações, finalmente se acomodou à saída constitucional. Seus parlamentares divididos mantêm-se no parlamento de fato em defesa da democracia e do governo8. Sua trégua de 90 dias mantêm-se por mais de cinco meses. Sua condição de direção de uma fração da CSUTCB o obriga a atender às necessidades de suas bases que estão mais a esquerda e devido a isso, não lhe sobra outra alternativa a não ser ir às mobilizações. Em razão da sua política divisionista mantêm o setor camponês fora da COB.

A direção da COB

Em geral, a direção da COB tem sido ocupada pelos chamados antineoliberais, que agrupam a totalidade da esquerda reformista e frente-populista. Do MAS até o PCB e outras agrupações ou dirigentes que poderíamos chamar centristas. É uma direção burocrática, mais débil que a de Lechin. Jaime Solares é parte dessa burocracia débil, uma ala com arroubos esquerdistas e caudilhesca, mas no marco do reformismo. Ao não vislumbrar o problema da tomada do poder, esta direção deixa Mesa governar. Só coloca respostas sindicais e se são políticas, são reformistas, como a saída constitucional de antes, e a antecipação das eleições, agora. Jaime Solares e Choquetilla, do PC, chamam a antecipação da eleições sem que seja a linha votada pela COB como tal. Que a direção da COB, com Solares à cabeça, em geral tenha

essa política reformista não quer dizer que seja igual à do MAS. A direção da COB, graças às pressões que sofre das bases operárias e populares, cujas reivindicações não são atendidas, em particular a lista de reivindicações unificada, e se enfrenta com o governo exigindo soluções e, por isso, vê-se obrigada a organizar mobilizações, inclusive a greve geral, ainda que como dissemos sem colocar o problema da tomada do poder pela COB. Diferentemente de Evo que defende explicitamente o governo, Solares, por exemplo, coloca que se o governo não pode resolver as demandas deve ir-se, ainda que para isso acrescenta que se deve convocar eleições antecipadas.



O referendo e a modificação da Lei Hidrocarbonetos: hora de definições

Se o governo não modifica seus planos, a próxima batalha se dará em torno à questão do referendo sobre o gás e a Lei de Hidrocarbonetos⁹. Na realidade, esta batalha já começou desde o momento em que o governo colocou o referendo. A questão do gás é a questão central da revolução boliviana. Foi o eixo da revolução de outubro. Mesa pode se legitimar como sucessor com a proposta de referendo vinculante sobre o destino do gás. Nacionalizar ou não, é a questão que colocou outubro, ou mais diretamente, a nacionalização sob a fórmula popular de: Gás para a Bolívia! O referendo é então o problema que vai definir, em muito, senão em sua totalidade, o curso da revolução. Não por acaso ante o anúncio da venda do gás à Argentina, o ampliado da COB votou mobilizar-se para impedir este tratado com a Argentina.

Desde a posse o governo busca desvirtuar sua promessa de referendo. Explorando sua popularidade, vem fazendo uma campanha a favor de um referendo que versaria sobre se a Bolívia deve exportar o gás ou não e não sobre se deve nacionalizá-lo ou não.

O central aqui é que está em curso uma manobra do governo para eludir a questão do gás. Uma manobra que não será muito fácil porque tem que convencer as massas de outubro que não é necessária a recuperação ou a nacionalização do gás. Conta a seu favor com as direções que estão na retaguarda das iniciativas do governo e pior ainda com uma política como a do MAS que pensa em recuperar o gás sem atemorizar as transnacionais, isto é, uma recuperação que diga no papel: o gás é boliviano e o que as transnacionais que já o exploram tem que fazer é aumentar os recolhimentos ao estado, algo parecido com a proposta do governo. Um entreguismo mais equitativo ou racional.

Por isso, o central é que a COB, ou seja, o movimento dos trabalhadores, assuma uma posição categórica e inicie a campanha contra os planos do governo e dos “entreguistas nacionais”. É preciso um plano de lutas pela nacionalização do gás que contemple a greve geral com bloqueios de estradas. Contra o referendo enganador. Se a COB ganha esta batalha, ato seguido estará colocada outra vez a tomada do poder ante um governo derrotado. Se os trabalhadores perdem então o governo aplinará o caminho, não sem problemas, da saída democrática até a constituinte e as eleições municipais de 2007.



A tática de governo operário e camponês e o problema da direção revolucionária

Ao colocar-se a palavra-de-ordem **Todo o poder à COB!**, o que se está fazendo é aplicar a tática de governo operário e camponês que foi utilizada pelos bolcheviques em 1917. Isto é, a exigência às direções que rompem com a burguesia e tomem o poder para aplicar um programa de ruptura com o FMI, a nacionalização do gás e das empresas privatizadas, a anulação do decreto 21060, terra para os camponeses e outras exigências.

A discussão que está aberta é se nesta etapa as direções poderão ir mais longe do que elas querem, ou não, e se o fizerem, para onde apontaria um governo formado por elas. A primeira hipótese que se maneja é que essas direções não rompem com a burguesia e não tomem o poder. Isto em razão do caráter dessas direções reformistas que cada vez mais defendem o programa do neoliberalismo com rosto humano. Caso do Lula no Brasil, do MAS de Evo Morales na Bolívia e inclusive da direção da COB que, após ter derrubado Sánchez de Lozada, entregou o poder a Carlos Mesa. A segunda hipótese refere-se a que se tomem o poder ou o governo, empurrados pelas mobilizações das massas, logo o entregaria à burguesia, ou governariam com ela, sem chegar a um governo e camponês de ruptura com a burguesia. E o caso do Equador, onde o poder foi tomado pelos insurrectos, mas depois de oito horas no governo o entregaram aos militares e, por essa via, devolveram-no à burguesia.

A possibilidade de que se repitam os processos do pós-guerra, que levaram a que direções com essas mesmas características fossem mais longe do que queriam, é praticamente impossível. Nesse sentido, é necessário observar que desde o triunfo do Vietnã um processo deste tipo não voltou a ocorrer.

Se esta é a perspectiva, pode-se deduzir que o problema da tomada e conservação revolucionária do poder passa diretamente às mãos do partido revolucionário. Estaria colocada a tese

clássica de Trotsky que sem partido revolucionário não é possível a tomada do poder, nem a ruptura com a burguesia, muito menos sua expropriação. E também a linha geral da revolução teria que se dar segundo a evolução da revolução russa, isto é, o poder é tomado pelos soviets, dirigido pelo partido bolchevique e não se dá a hipótese da tomada do poder pelas direções reformistas. Isto não invalida a tática de governo operário e camponês, sabendo que serve, como serviu aos bolcheviques, para desmascarar essas direções ante as massas e abrir caminho a uma alternativa de direção revolucionária.

A questão da Assembléia Constituinte

Frente ao novo ascenso latino-americano faz-se necessário brigar por uma saída operária e popular contra a saída democrática. Neste marco, a que se opor à Assembléia Constituinte como saída de fundo que coloca a burguesia, fortalecer os organismos de poder operário e popular na via de uma saída de classe, do governo dos trabalhadores, no caso da Bolívia do poder da COB.

Esta posição de princípio, correta, não invalida a necessidade de ter uma tática frente ao problema da Constituinte em países como a Bolívia, diferentemente da Argentina, existem partidos importantes como o MAS e o MIP e setores indígenas que colocam como solução para as suas reivindicações a realização de uma constituinte. Acreditamos que esta e outras reivindicações democráticas não devem ficar nas mãos de direções pequeno-burguesas. É uma necessidade que a COB, isto é os trabalhadores, tomem em suas mãos esta reivindicação democrática.

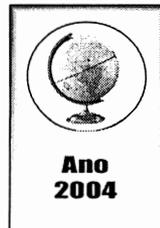
Consideramos que esta questão deve ser encarada como os bolcheviques a encararam na revolução russa. Isto é, o eixo da política revolucionária tem que ser o desenvolvimento e fortalecimento dos órgãos de poder operário, neste caso a COB, com os olhares postos na tomada do poder. Subordinado a isto, responder a quem reivindica a Assembléia Constituinte e uma nova

Constituição, que atenda suas reivindicações, assinalando que essas demandas justas dos camponeses e indígenas não podem ser resolvidas pela Constituinte do governo, uma armadilha antidemocrática e fraudulenta. Só uma Constituinte convocada pelos trabalhadores organizados pode garantir essas reivindicações. Por isso, a tarefa central não é alentar nem participar na Constituinte do governo, mas lutar para que a COB tome o poder, e não apenas para que recupere o gás, anule o decreto 21060, dê terra aos camponeses, e convoque uma Constituinte democrática.

É preciso contrapor à saída via Constituinte do governo e do imperialismo, a saída operária e popular, via fortalecimento da COB, como eixo central da política, para demonstrar na prática que só o poder operário e popular, e não uma Constituinte burguesa, resolverá as demandas das nações originárias e de todo o campesinato do país. Tudo isto na luta por um estado operário multiétnico e plurinacional.

Perspectivas

Depois de seis meses de trégua e relativa paz social, estamos em uma nova fase de enfrentamento entre o governo e o movimento de massas. Estão em curso greves e mobilizações que se sustentam apesar da dura campanha de desprestígio do governo e da traição de Evo Morales. Um setor após o outro dos trabalhadores vem se pronunciando contra o referendun e pela nacionalização do gás. Inclusive a direção conciliadora da COR de El Alto rompeu as negociações com o governo. Tudo parece encaminhar-se, como tem que ser, para a batalha contra o referendun. Ainda que o governo tenha um plano político para enfrentar a revolução em curso e ainda que já tenha avançado um importante trecho, pois tanto a constituinte como o referendun foram incorporados à CPE10, este plano tem dificuldades para a sua aplicação. Estas dificuldades não são apenas políticas em relação à questão do referendun sobre o gás – depois da convocatória surgiu uma forte oposição dos trabalhadores e também da burguesia de Santa Cruz, que reclama da inconstitucionalidade da convocação e luta por seus interesses regionais –, mas também na aplicação do ajuste econômico para encarar o déficit fiscal e a recessão. Ainda que o plano político é o que mais convenceu amplos setores, sobretudo em relação à Constituinte onde há muitas expectativas, o ajuste econômico não é aceito, mas rechaçado pelas massas trabalhadoras. Assim o demonstram o ampliado da COB e as mobilizações que já começaram. É o que poderíamos chamar de calcanhar de Aquiles do plano global do governo. Em razão de que o ajuste é parte do plano de recolonização, o governo não tem condições de dar alguma concessão econômica importante, pelo contrário, saqueia ainda mais os bolsos dos trabalhadores e do povo. Só pode oferecer manobras políticas e paliativos secundários.



Ainda que as direções colaborem com o plano político governamental, visando a saída democrático-burguesa, as massas trabalhadoras do campo e da cidade, ao não encontrar solução para as suas reivindicações, se verão obrigadas a sair à luta uma e outra vez, como já está ocorrendo. E este elemento objetivo, que foi o motor da revolução de fevereiro e de outubro, é o principal fator que golpeará o plano governamental e as direções colaboracionistas. O central será então a dinâmica dos enfrentamentos, paralisações, greves, ocupações de terra, mobilizações, que poderão desembocar outra vez na grande greve insurrecional. Esta dinâmica está matizada por lutas diretas e embates eleitorais, em especial o referendium.

O governo conta com a política colaboracionista das direções. A revolução conta com o fato de que as massas trabalhadoras não têm solução para as suas reivindicações e mais, o aprofundamento de sua miséria a impulsiona a lutar. Nada está resolvido para os trabalhadores, nem é possível que o seja com este governo. Como dissemos no início, ou as massas lutam por sua própria saída de classe com a COB à cabeça, ou se imporá uma derrota nas mãos da burguesia e do imperialismo. 🗳️

Notas

1 Finalmente Mesa, passando por cima do parlamento, decidiu, por decreto, convocar o referendium para 18 de julho.

2 Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia

3 Federação de Juntas de Vizinhos de El Alto

4 Central Operária de El Alto

5 Felipe Quispe Huanca, conhecido como el Mallky, ou condor em castelhano

6 Partido Operário Revolucionário, dirigido por Guillermo Lora

7 Movimento de Esquerda Pachacuti, dirigido por el Mallku. Tem 6 deputados

8 El Mallku anunciou sua renúncia ao Parlamento, mas até o fechamento deste artigo ainda não a havia efetivado

9 O referendium já foi convocado e as perguntas publicadas, confirmando plenamente a manobra que denunciámos. Enfrentar esta manobra é agora o eixo da política dos trabalhadores.

10 Constituição Política do Estado

A crise do plano sionista e a possibilidade histórica da revolução palestina



RAED EL ARABI

Membro da Direção da UJAAL (União da Juventude Árabe para América Latina)

Apesar de que os líderes sionistas se consideram especialistas em política e economia, seu Estado enfrenta hoje uma das “piores” crises desde sua fundação, num momento em que a oposição e vários setores sociais começam a manifestar-se contra essa política. O governo sionista de Israel desatou uma prolongada onda de violência e terror para tentar estabilizar a região, visando esmagar a luta do povo palestino. Trilha mais uma vez o caminho da eliminação dos líderes da Intifada para tentar sair de sua crise profunda.

Imigração e greves: dilemas para a política sionista

O governo sionista liderado por Ariel Sharon, enfrenta hoje uma crise interna que não permite à sociedade israelense estabilizar-se, especialmente depois que os vários setores sociais manifestaram sua desconfiança em relação à sua política interna e externa. A propaganda feita pelo sionismo visando provocar a imigração de judeus para Israel tem hoje outro “caráter” e outras finalidades. O governo sionista nunca libera informações sobre os números de imigrantes judeus que entram ou que abandonam a Palestina. Isso, para a política sionista, “é um assunto secreto de Estado”.

Em visita a Moscou no começo de novembro do ano passado, Ariel Sharon foi perguntado por jornalistas sobre o número de judeus russos que abandonaram a Palestina este ano. Não obtiveram resposta. A imprensa israelense estima que aproximadamente 40 mil judeus russos retornaram a seu país nos últimos meses, e centenas de judeus norte-americanos, a grande maioria empresários, também retornaram ou já se preparam para retornar a seu país.

Os setores políticos, militares e populares da sociedade israelense da oposição, da ala radical do Likud e do Yesha (grupo que representa os colonos judeus), advertem que o governo pode perder o controle sobre a sociedade israelense se continuar com esta política. Em novembro do ano passado, quando Sharon declarou estar disposto a dismantelar alguns assentamentos isolados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza para fazer avançar o processo de paz, sua

declaração foi recebida com críticas pelos colonos judeus e integrantes mais radicais do Likud e outros partidos da direita, que atribuíram a total responsabilidade à política de Sharon por não ter conseguido deter a Intifada. Ao mesmo tempo, foi criticada a política de instalar novos assentamentos e a construção do muro de segregação racial, que impediram o avanço do processo de paz com a Autoridade Nacional Palestina (ANP) e fizeram com que o pacote bilionário de empréstimo norte-americano se reduzisse em US\$ 289,5 milhões.

A crise política se reflete na economia do Estado, que pretende fazer reformas e ajustes às custas das massas. O sindicato dos operários israelenses (Histadrut) iniciou um processo grevista há mais de seis meses contra a política econômica do Estado e as reformas. Esse é, atualmente, um dos principais problemas internos para o governo sionista, que não consegue chegar a um acordo com a Histadrut desde o começo das negociações em dezembro passado. O Ministério da Fazenda ameaça descontar 10 milhões de Cheiquel dos operários se entrarem em greve e nos próximos meses a situação tende a se agravar, com a nova onda de greves que virão em resposta à ameaça do governo.

O grave problema da segurança

Analistas israelenses opinam que o governo, enquanto está preocupado com a segurança interna ameaçada pela Intifada e outros assuntos como a imigração e a corrupção, vem acumulando vários outros problemas nos últimos meses, fazendo com que sua crise rapidamente se aprofunde. Os novos empresários judeus russos que estão imigrando para Palestina “estão trazendo o dinheiro da máfia russa”, fenômeno que pode ameaçar a estabilidade legal dos outros empresários judeus, e levar a sociedade israelense à corrupção e à violência. Esse problema, aliado à falta de segurança, tem levado a classe burguesa judaica norte-americana a retornar a seu país, onde pode ter mais estabilidade econômica, fugindo de um Estado incapaz de dar segurança a seu povo, um país dominado

por grupos políticos, econômicos e seitas religiosas com divergências ideológicas e estratégicas, que não consegue entrar num acordo para resolver os problemas.

Hoje, a maioria dos movimentos de oposição da direita israelense e da ala mais radical do Likud não acreditam nos compromissos políticos do governo. Há uma perda de confiança nos discursos dos chefes sionistas em relação à segurança interna e ao processo de paz na região. Apesar de todas as medidas, a Intifada hoje é uma ameaça para a estabilidade na Palestina; com suas vitórias pequenas e relativas está causando cada vez novos conflitos e instabilidade em “Israel”. Por outro lado, esse medo se deve à perda de confiança na política externa norte-americana após a invasão do Iraque e o surgimento da resistência iraquiana, que inspirou a Intifada e está levando o governo sionista a um caminho sem saída.

Essa desconfiança por parte dos diversos setores da sociedade israelense está se transformando em medo, afastando os sonhos das grandes vitórias e começando a abrir as portas para o retorno às verdadeiras pátrias, onde há mais segurança e futuro.

A imprensa israelense estima que um milhão de judeus, a maioria deles norte-americanos, se recusam imigrar para viver no território ocupado. Numa entrevista a um jornal israelense após os atentados na Turquia, uma mulher judia disse que preferiu continuar vivendo em seu país, a Turquia, do que ir para um país onde não existe segurança. As últimas pesquisas israelenses falam sobre mudanças no pensamento do povo judeu no mundo, que não tem mais confiança na política sionista. Segundo o jornal israelense Ha'arts da primeira semana de dezembro do ano passado, os líderes do Shabak estão ajudando o povo israelense a mudar sua visão, mas dizem também que é cedo para falar do resultado desse tipo de pensamento e da crise em geral, mas alguma mudança radical está por acontecer na sociedade israelense, talvez “uma crise sem saída”. Muitos intelectuais judeus e da esquerda acham que a política sionista desfigurou o caráter do judeu, afastou o so-

nho das vitórias e acham impossível falar do Grande Estado de Israel diante da realidade da Intifada, sendo mais viável para a sobrevivência falar em um Estado democrático-laico.

Hoje, existem em Israel dois tipos de correntes de pensamento político judeu: uma, que incita a imigração dos judeus para a Palestina, liderada por Sharon, que tenta utilizar ainda o anti-semitismo na Europa e Rússia, e outra, contrária à política de Sharon, que pede ao governo modificações nessa política para que não sejam ameaçados todos os judeus do mundo.

A política estimular grupos na América Latina e outras religiões para converter-se em judeus e logo imigrar para a Palestina, e de aceitar a imigração do povo judeu de Flachimura, na Etiópia – que nunca foi permitida sua imigração pelo fato de serem pobres e doentes –, e a política nazi-sionista de assassinar os líderes da Intifada, começando pelo assassinato do Sheik Ahmad Yassin e o Rantysi, demonstra a crise do sionismo hoje. O judeus europeus não querem imigrar para Palestina, nem os russos, nem os norte-americanos!!! Sendo assim, melhor procurar os africanos pobres e desnutridos para substituir a crise!

O que nos resta dizer em relação ao primeiro ponto é que nesta situação delicada e difícil por que passa o sionismo, e apesar das tentativas diplomáticas para retomar as negociações pelo avanço do processo de paz, nada garante a estabilidade dos judeus nos territórios ocupados e seu futuro. De uma forma ou de outra, esta situação é um dos resultados das vitórias da Intifada.

Crises estratégicas e militares do sionismo

O partido do governo israelense, o Likud, está dividido. A ultradireita, encabeçada por Benjamin Netanyahu, censurou publicamente qualquer possibilidade de estabelecer um “Estado palestino” no futuro, mesmo sem Yasser Arafat, e mesmo nas áreas da autonomia palestina, segundo a resolução 242 da ONU. A decisão da ala radical do Likud não dá lugar a equívocos: “Não a um Estado palestino, nem com o governo de Arafat e nem sob a liderança de outra pessoa; nem hoje nem amanhã”. Apesar das declarações de Sharon e Moffaz sobre o desmantelamento de alguns assentamentos, que na realidade estavam ainda em projeto de construção, a ala radical do Likud está se manifestando cada vez mais contra Sharon, que procurou durante os últimos dois meses apoio norte-americano incondicional à sua política assassina. Para os radicais do Likud, os assentamentos são sagrados, o cese da Intifada é primordial, ou talvez o assassinato do Sheik Ahmad Yassin e Rantysi poderiam aprovar neste momento difícil o plano Sahronita e dar legitimidade ao seu partido para reduzir o peso da crise.



Crise no exército sionista

O exército sionista também vive uma crise. O movimento dos reservistas, que se negam a servir na Cisjordânia e Gaza, qualifica o exército israelense como um exército de ocupação e uma força de opressão do povo palestino e exige a retirada israelense dos territórios e o desmantelamento das colônias sionistas. É um movimento que cresce diariamente. As constantes invasões sionistas nas cidades da Cisjordânia e Gaza deram novos motivos de repúdio e intransigência. Mais de 250 reservistas no último semestre se recusaram a servir no exército sionista, e foram protegidos legalmente pela organização Yes Guul, que agrupa aos soldados e oficiais que se negam a servir em Gaza e Cisjordânia.

Estas divergências no exército e dentro do próprio partido Likud refletem a crise e demonstram o grau de descomposição do sionismo, uma decadência devida a fatores de caráter natural no processo do desenvolvimento de um sistema capitalista.

Manifestações pacifistas e enfrentamentos com o exército sionista: “a crise se traslada ao terreno israelense”

O movimento pacifista israelense “Paz Agora”, conhecido como Gush Shalom, cresceu em número e começou a radicalizar suas atividades nos últimos meses devido a política assassina do governo de Ariel Sharon e as crises na sociedade israelense. Hoje, esse movimento conta com mais de 70 mil participantes e simpatizantes de todos os setores da sociedade israelense. Também tem participação de muitos estrangeiros de várias nacionalidades que residem no território ocupado.

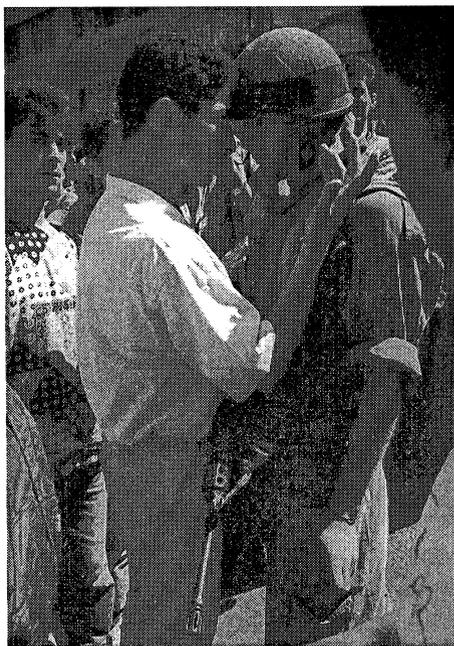
A construção do muro de segregação racial, de 700 quilômetros e que rodeia a Cisjordânia, é um dos temas principais de combate do movimento pacifista israelense. Desde dezembro de 2003, aproximadamente 400 pacifistas israelenses e estrangeiros já protestaram na localidade de Qalqilya contra a construção do muro e

contra a política terrorista de Ariel Sharon. Os enfrentamentos são constantes com as forças do exército sionista, e estima-se que 25 pacifistas estão presos hoje. A polícia israelense identifica o grupo pacifista como anarquistas.

Essas manifestações pacifistas, “na ausência fatal da esquerda israelense”, são a expressão nacional de uma crise que está se ampliando no terreno sionista, para alcançar, naturalmente, toda a sociedade israelense. A ala radical do Likud qualificou os pacifistas judeus como “inimigos piores que os palestinos”. Várias figuras destacadas do movimento pacifista receberam ameaças por parte dos radicais do Likud.

A aposta político-militar estratégica da Direção Nacional Unificada da Intifada e a política assassina do sionismo

O segundo ponto a ser analisado neste contexto é a política da Direção Nacional Unificada da Intifada (DNUI). Ela tem jogado sempre seu papel político, demonstrando cada vez mais suas estratégias e táticas políticas paralelamente aos trabalhos militares da Intifada, e reivindicando claramente a insurreição e o desmantelamento



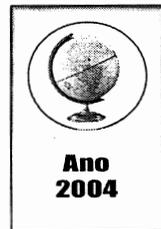
do Estado sionista por meio da luta armada. Só assim a ANP será isolada e derrotada a posição dos governantes árabes agentes do imperialismo, bem como a direita israelense, abrindo espaço frontal para a esquerda israelense, despreparada para assumir seu papel.

A DNUI tem enfocado seus ataques militares nos últimos meses contra soldados israelenses no território ocupado e os colonos. O Departamento da Investigação de Milla, dirigido pelo chefe das brigadas gerais, o General Yossi, tem visto isto como uma mudança significativa na estratégia de ataques dos guerrilheiros palestinos, que até pouco tempo atingia todos os israelenses, onde quer que seja, como alvos legítimos. A mudança, explica Yossi, devido a sensibilidade dos ataques do HAMAS, é provocada pelo apoio da opinião pública do povo palestino.

Segundo Yossi, os ataques do HAMAS contra alvos civis têm sido também uma resposta contra a política de Sharon, que causou a morte de muitos palestinos civis durante as últimas invasões em Rafah e Nablus. Ele diz que segundo o Mossad israelense, o HAMAS e outros grupos palestinos tinham preparado 27 ataques contra alvos militares para os últimos três meses do ano passado, nenhum deles contra alvos civis, por causa de uma avaliação estratégica dentro da DNUI. O general informou ainda que a participação militar da Frente Popular para Libertação da Palestina tem crescido nos últimos meses.

A análise feita por Khalil Shkaki, do Centro de Investigação e Estudos da Palestina, em Nablus, mostra que a aproximação de Yasser Arafat ao líder do HAMAS após o encontro do Cairo e a visita da delegação egípcia para a retomada das negociações de paz, tem sido um fator importante para que o HAMAS avaliasse seus ataques contra “alvos civis”. Informa também que os ataques diminuíram em 50 por cento nos últimos meses, mas não contra soldados e colonos.

Ahmad Qureia (Abu Alá), primeiro-ministro da ANP, fez uma declaração em 21 de dezembro de 2002, dizendo que “os israelenses e palestinos já estão cansados do conflito, e agora estamos prontos para negociar a paz dos dois países”. A Jihada Islâmica, em resposta a essa declaração, repudiou a posição política covarde do Abu Alá, e declarou que continuará na luta armada até a libertação da Palestina. Também reafirmou sua recusa às propostas por uma trégua e seu rechaço aos acordos de paz. A FPLP tem declarado anteriormente, dentro de sua posição política, que está contra os acordos de paz e reivindica a luta armada pela libertação da Palestina. Ultimamente ouvimos muito sobre as declarações de seu secretário geral, Ahmad Saádat, insistindo na luta armada como única solução para a questão palestina.



Na conferência de Herzliya, o assassino Ariel Sharon considerou que os palestinos são a verdadeira ameaça para o plano político sionista na região. Em relação aos assentamentos, declarou estar disposto a desmantelar “alguns” deles, e que deixará os que são de posições estratégicas no seu lugar. Esta declaração do nazista Sharon foi analisada pelos líderes da Intifada como uma possibilidade de ocorrerem novos massacres contra civis palestinos como forma sionista de pressionar a ANP e a opinião internacional para cessar o fogo por parte dos palestinos.

Ao nosso modo de ver e analisar a atual política da DNUI, não cremos que seja verdade o que foi dito por Khalil Shkaki. É certo que Arafat tem freqüentado muito a casa do Ahmad Yassin após o encontro do Cairo; isso não é novidade. Mas Arafat nunca conseguiu influenciar a política do HAMAS. Talvez tenha sido sua intenção pressionar os líderes do HAMAS para aceitar uma trégua, fato recusado pelo HAMAS como decisão da DNUI. O HAMAS e os outros grupos aceitaram não atacar os civis israelenses no território ocupado devido à discussão interna entre os líderes da Intifada. Isso ocorreu antes de sua viagem ao Cairo, e não foi pela pressão do FATAH, que exigia uma trégua palestina unilateral.

Por outro lado, a DNUI pretende, com essa nova estratégia, em primeiro lugar evitar novos massacres contra civis palestinos, “coisa que os sionistas jamais respeitariam e é isso que vemos todos os dias”. Mas seria um argumento usado pela Intifada para que as intervenções dos países árabes como Egito e Jordânia ou as internacionais não tenham valor para que não sejam um obstáculo no caminho da Intifada ou possam limitar o apoio internacional a esta. Em segundo lugar, a Intifada com esta estratégia de atacar alvos militares do exército sionista pretende converter o conflito em possibilidade militar, trata de igualar as condições militares da Intifada com as forças militares do exército sionista, já que as circunstâncias o permitem, e demonstrar para ao povo palestino e todos os povos em luta a possibilidade real da libertação e da autodeterminação.

A Intifada e a tarefa dos socialistas israelenses

A direção da Intifada mostrou, durante o encontro do Cairo, sua posição firme e sólida, reafirmando uma vez mais que a luta armada é o único caminho para a libertação da Palestina. Demonstrou seu repúdio às negociações e aos acordos da paz injustos. A Intifada, que conseguiu trasladar o centro e a base da revolução palestina para o próprio território da pátria usurpada, acumulou, depois de 18 anos de luta, grandes experiências em táticas políticas e militares, e hoje está em condições adequadas para iniciar uma nova etapa favorável à sua luta estratégica. Conseguiu desafiar o Estado sionista no seu ponto mais fraco, quando apostou, com o inimigo, que o conflito tem que se dar entre duas forças militares, e nos campos de batalha puramente militar, longe dos civis. A iniciativa da Direção Nacional Unificada da Intifada, de respeitar os civis israelenses, é um reflexo da maturidade política de sua direção revolucionária, que abre novas possibilidades reais de vitória do povo palestino.

A atual situação na Palestina, a revolução palestina representada pela Intifada que assumiu a luta armada como única solução para a libertação da Palestina e a decomposição sistemática do sionismo abrem a possibilidade de resolução, por meio da luta, de um conflito histórico. Na sociedade israelense existe uma vasta massa de oprimidos por um opressor homogêneo. O Estado sionista de Israel, na verdade, não poderá ser desmantelado apenas pelo impacto do levantamento nacional palestino, sendo a luta armada de um lado só. Mas por certo a luta nacional palestina pode fazer emergir um setor israelense explorado, que se levante, se identifique e se una em uma luta comum com o povo palestino contra o Estado sionista-capitalista.

Este é o caminho que poderia salvar os explorados, tanto palestinos como israelenses, da armadilha mortal do sionismo, um regime que demonstra de forma cada vez mais aberta seu caráter fascista, nazista e imperialista. Esta é a tarefa histórica dos socialistas israelenses hoje: preparar o terreno israelense para expandir a

luta da Intifada pela Libertação Nacional de um inimigo comum.

O programa político da esquerda sionista, que participou nas negociações de Genebra do ano passado, tem o objetivo explícito de desarmar a Intifada com propostas capitalistas inviáveis de “uma paz de iguais”. O atual programa político da FATAH e a ANP não é muito diferente do programa da esquerda sionista. São entreguistas ao imperialismo, com um comportamento covarde. Estes movimentos, mesmo tenham potencialidades revolucionárias, se caracterizam por uma condução contra-revolucionária.

O governo sionista de Israel jamais aceitará o desafio da Intifada, que se coloca no marco de uma força militar com possibilidades de enfrentar o seu exército em guerra de guerrilha, que pode causar as piores perdas até o momento. Para evitar esse desafio e minimizar sua importância militar, o governo sionista de Israel assassinou dois grandes líderes da Intifada e continuará seus ataques contra civis palestinos, causando massacres ainda piores. Israel procura enfraquecer a estratégia político-militar e provocar a Intifada, que terá de responder por igual a um Estado que nasce do crime e usa civis para justificar sua política terrorista. 🌐



Pontos de Vista



 MARTÍN HERNÁNDEZ

Um vendaval oportunista percorre o mundo.
Sobre os caminhos da esquerda 51

 EDUARDO ALMEIDA NETO

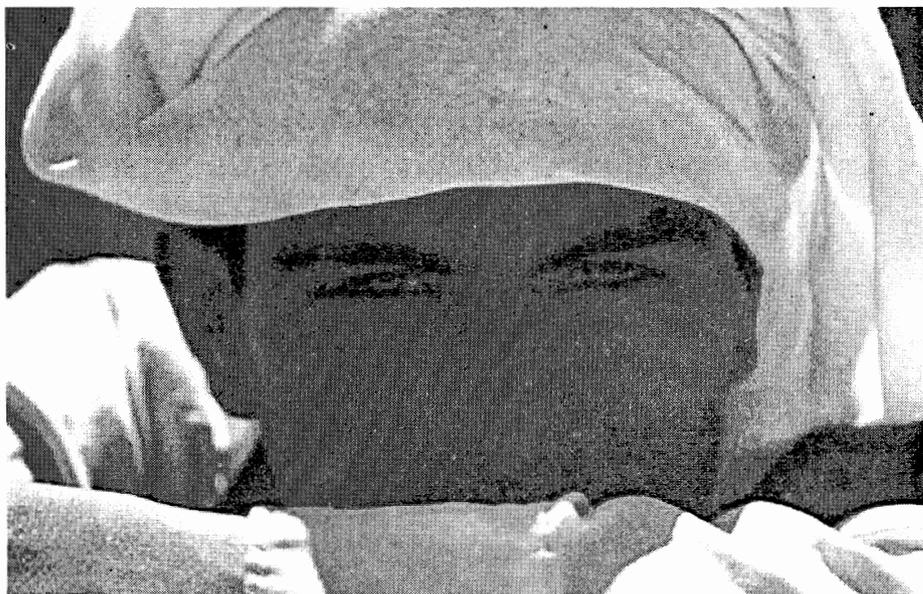
Brasil: o novo partido velho 55

 LUIZ FERNANDO DA SILVA

Intelectualidade, frentepopulismo e
a esquerda socialista e democrática no Brasil 67

 ROBERT PARIS

Depois das eleições regionais na França:
Qual deve ser a política da extrema esquerda? 75



Um vendaval oportunista percorre o mundo. Sobre os caminhos da esquerda



MARTÍN HERNÁNDEZ

Membro da Direção da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI)

Em pouco tempo, o governo Lula está provocando uma enorme frustração em milhares de ativistas do Brasil e do mundo. As pessoas têm memória e lembram quando Lula subia nos palanques para atacar os patrões e seus governos. Quem pode esquecer as greves metalúrgicas dos anos 70, ou a campanha eleitoral de 82, quando Lula dizia: patrão da situação ou patrão da oposição é tudo patrão? Hoje Lula não sobe nos palanques operários e quando o faz é para defender o grande capital.

Milhares de ativistas, sobretudo aqueles que confiam no potencial dos trabalhadores, na revolução e o socialismo, estão atônitos e procuram uma explicação. Uma primeira resposta nos levaria a dizer que tudo isso ocorre porque Lula nunca foi, nem se considerou, um dirigente revolucionário. No entanto, esse argumento, ainda que verdadeiro, explica apenas parcialmente as atuais posições de Lula, mas como explicar o que ocorrem com vários de seus colaboradores que se consideravam socialistas e revolucionários?

José Genoíno, presidente do PT, foi preso e torturado pelos militares por fazer parte da guerrilha do Araguaia dirigida pelo maoísta Pcdob, partido do qual atualmente faz parte o ministro Aldo Rebelo. Depois Genoíno rompeu com esse partido para fundar um outro, mais à esquerda, o PRC, do qual também foi dirigente o ministro Tarso Genro. Os ministros Palocci e Gushiken fizeram parte durante muitos anos do Corqui, uma organização trotskista internacional e também diziam que a única saída para o Brasil e o mundo era a revolução socialista. O ministro Rosetto, do Secretariado Unificado (SU), reivindica a IV Internacional, o partido que Trotsky fundou com a intenção de dar um comando à revolução mundial.

Dirigentes da esquerda reformista e da esquerda revolucionária que apóiam ou fazem parte de governos burgueses não são uma particularidade brasileira. Isso ocorre em vários países. Basta ver a experiência da Argentina, onde uma boa parte da esquerda apoiou e integrou o governo do ex-presidente De la Rúa. Ou o caso da Venezuela, onde quase toda a esquerda está dividida entre os que apóiam o governo burguês de Chávez e os que fazem parte da frente burguesa golpista financiada pelos EUA. Tem também o Peru, onde Toledo chegou ao governo

com o apoio de uma boa parte da esquerda, e a Bolívia, onde o presidente Mesa se mantém graças ao apoio do MAS, integrado por um bom número de dirigentes que há pouco tempo encabeçavam a esquerda revolucionária desse país, como Filemón Escobar e Pablo Sólon.

Esses breves dados evidenciam que os ativistas não têm só que descobrir o que aconteceu com Lula, mas o que aconteceu com a esquerda? Porque uma coisa é evidente: já faz alguns anos, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim, que a esquerda em geral, e a esquerda revolucionária em particular, está irreconhecível.

“Democracia” para enfrentar a revolução

Para entender esta profunda mudança na esquerda temos que tomar como referência o ano de 1975. Nesse ano, a principal potência do planeta, os EUA, foi derrotada pelas massas de um pequeno país: Vietnã. A partir daí, o imperialismo americano não teve mais condições de enviar, de forma indiscriminada, seus exércitos para invadir qualquer país do mundo. As massas de seu próprio país o impediam. Foi o que se chamou de «síndrome de Vietnã». Por outro lado, as ditaduras militares se mostravam incapazes de conter o ascenso das massas. O imperialismo americano se viu obrigado a mudar de política. Para manter sua dominação colonial e enfrentar os processos revolucionários, deixou em segundo plano os golpes e as invasões militares e passou a usar o voto, os parlamentos, a legalização dos partidos, ou seja, o conjunto das instituições da democracia burguesa. Foi uma política de «reação democrática».

Essa tática defensiva do imperialismo tornou-se ofensiva ao se converter no principal instrumento de um feroz plano de recolonização, que teve como seu mais expressivo resultado a restauração do capitalismo nos ex-estados operários. Essa política, já antes da restauração do capitalismo, fez enormes estragos na maioria das organizações da esquerda em todo o mundo.

A guerrilha sandinista, depois de tomar o poder na Nicarágua, não expropriou a burgue-

sia. Pelo contrário. Com os mecanismos da democracia burguesa, entregou o poder a Violeta Chamorro, e por essa via o devolveu ao próprio imperialismo; a guerrilha salvadorenha se integrou aos «planos de paz» e parou de lutar quando tinha o controle de 2/3 do país; a OLP, dirigida por Yasser Arafat, também em nome dos «planos de paz» do imperialismo, abandonou definitivamente a luta pela destruição do Estado de Israel e a construção de uma Palestina laica e democrática; vários PCs da Europa e de outras partes do mundo (inclusive do Brasil) com um discurso «democrático» se transformaram em «eurocomunistas», que não significou outra coisa senão iniciar um processo de social-democratização, buscando uma maior independência do Kremlim e uma maior dependência dos estados imperialistas europeus; na ex-URSS, Gorbachov se converteu em um agente direto do imperialismo, e deu passos decisivos em direção à restauração capitalista ganhando, com um discurso democratizante, a simpatia de uma boa parte da esquerda revolucionária. Por fim, no Brasil a mesma esquerda que, de forma heróica, havia surgido nas lutas contra a ditadura, deixam as fábricas, os bancos, as escolas e o trabalho rural para se tornarem parlamentares, prefeitos, dirigentes dos aparatos sindicais ou assessores de todo tipo. Dessa forma, pouco a pouco, o imperialismo, via o PT, consegue ir domesticando a maioria da esquerda brasileira.

Esses fatos mostram que a velha esquerda capitulava ao imperialismo e esta situação haveria de dar um salto qualitativo com a restauração do capitalismo nos ex-estados operários.

Um vendaval oportunista

A restauração do capitalismo, na maioria dos casos, não veio por meio de golpes, mas das instituições da democracia burguesa. Isso deu bases objetivas à campanha ideológica do imperialismo, que tentava mostrar a superioridade do capitalismo sobre o socialismo ou da «democracia como valores universais» sobre as «ditaduras», sejam estas burguesas ou proletárias. Estas



idéias entusiasmaram os reformistas e também muitos revolucionários que, de repente, descobriram que as diferenças entre os reformistas e os revolucionários eram coisa do passado e que se tratava agora de construir novos partidos com os «reformistas honestos». Em outras palavras, esses «revolucionários», entre os que se destaca em âmbito internacional o SU (Democracia Socialista, no Brasil), haviam virado reformistas.

O marxismo em geral e Lenin em particular souberam demonstrar que todo estado tem um caráter de classe e todo estado capitalista, mesmo com formas democráticas burguesas, é uma ditadura e, mais ainda, o estado dos operários também será uma ditadura, só que da ampla maioria da população contra a minoria privilegiada. Mas a burguesia faz de tudo para ocultar o caráter ditatorial de todos os seus regimes, tentando demonstrar que suas «democracias» não são ditaduras de classe mas sim «governos do povo e para o povo». No entanto, a história sempre se encarrega de demonstrar o contrário. É o caso da recente experiência na Bolívia, onde o governo constitucional de Sanchez de Lozada assassinou mais de 80 pessoas.

A esquerda revolucionária, no passado, sempre denunciou a farsa da democracia burguesa e contra ela defendeu o estado dos operários, ou seja, a ditadura do proletariado. Mas, a partir da restauração do capitalismo, a maioria dela também descobriu o «valor universal da democracia» e começou a fazer o que os reformistas fazem há dezenas de anos: realizar algumas poucas reformas no capitalismo e deixar o socialismo para os dias de festas. Em outras palavras, a ampla maioria da esquerda revolucionária (ou ex-revolucionária) chegou a uma conclusão fundamental: a classe operária não poderia, ou não deveria, tomar o poder.

Gorriarán Merlo, que foi um dos máximos dirigentes guerrilheiros do ERP argentino e ficou famoso por ter assassinado o ex-presidente da Nicarágua, Anastácio Somoza, resumiu, em poucas palavras, o pensamento da maioria da ex-esquerda revolucionária no marco da reação democrática e da restauração do capitalismo.

«Visto da ótica do movimento revolucionário, o propósito era tomar o poder para nos somarmos ao bloco socialista, que considerávamos próximos de nossos princípios. E o método de luta, ao estar fechadas as possibilidades eleitorais, consistia na utilização de todas as formas de resistência, inclusive a armada. Dito período terminou entre o fim dos anos 80 e princípios dos 90, com a queda do Leste Europeu»

Depois da restauração do capitalismo nos ex-estados operários, a maioria dos ativistas de esquerda começaram a procurar novos rumos. Para muitos, a única política «realista» era tentar reformar o estado burguês e suas instituições pela via eleitoral. Nascia assim um neo-reformismo (sem reformas) que haveria de ter sua expressão organizativa em milhares de ONGs, em uma série de partidos revolucionários transformados em aparatos eleitorais e, a frente de tudo isto, os grandes Fóruns Sociais Mundiais que descobriram que, sem fazer a revolução socialista, «um outro mundo é possível».

Para justificar o abandono das posições revolucionárias foram ressuscitando todo tipo de ideologias. Velhas bandeiras que iluminaram a revolução burguesa, como «Liberdade, igualdade e fraternidade», foram glorificadas por todo tipo de

ex-guerrilheiros, ex-stalinistas e também, lamentavelmente, por milhares de ex-trotskistas. Elas serviram, e estão servindo, para justificar traições, como a participação da esquerda revolucionária em governo capitalistas.

Essa pressão da reação democrática é tão grande que a ela sucumbem inclusive setores da esquerda revolucionária que não apóiam esses governos capitalistas. Na Argentina, por exemplo, uma importante organização que se reivindica trotskista, o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), vem enfrentando todos os governos burgueses. No entanto, isto não impediu que se enfrentasse com as massas quando estas se negaram a votar. Para estes setores, quando as eleições estão ameaçadas, o chão desaparece sob seus pés. Ninguém pode duvidar que são setores de esquerda, mas não passam de esquerda do regime.

No Brasil, os «radicais» do PT romperam com o partido e enfrentam o governo. No entanto, este setor, composto em sua maioria por gente que se reivindica socialista e revolucionária, não consegue romper com o regime. Por isso, decidiram construir um partido junto com os «reformistas honestos». Isto, que seria impenável há 20 anos atrás, se transformou quase em uma rotina depois da restauração do capitalismo nos ex-estados operários e tem a ver justamente com o abandono, por parte destes setores, da luta pela revolução socialista e o poder dos trabalhadores.

Porém, apesar da negativa desses setores de lutar pelo poder, o problema do poder se coloca, em mais de uma oportunidade, na ordem do dia (Equador, Argentina, Bolívia etc). Na maioria dos casos, eles se vêem obrigados a dar uma resposta a isso. Só que, coerentes com sua estratégia, nunca é uma resposta de classe, mas no terreno do regime: eleições ou, na melhor das hipóteses, Assembléia Constituinte.

Em síntese, a partir da restauração capitalista nos ex-estados operários, um vendaval oportunista arrasou a toda esquerda, reformista e revolucionária.

As perspectivas

Certamente muitos ativistas, frustrados com Lula e os dirigentes de esquerda que o acompanham, estarão se perguntando: essa situação pode mudar? Quando vier o ascenso das massas, não será possível que esses dirigentes passem a encabeçar a luta revolucionária para levá-la à vitória? Para responder a essas questões é necessário ser categórico. Não há nenhuma possibilidade de que isto ocorra. Se explodir a revolução brasileira, o que veremos da parte desses dirigentes será mais e não menos traições. Isto é o que já estamos vendo na Argentina e na Bolívia.

Tudo isto ocorre porque não se tratam de revolucionários confusos e sim de setores ganhos pelo regime capitalista a partir dos privilégios materiais que este lhes outorga. E o marxismo, com razão, nos ensinou que nenhuma classe ou setor social renuncia aos seus privilégios.

Esta geração de ex-revolucionários representada pelos Dirceus, Genoínos ou Paloccis é uma geração de dirigentes definitivamente perdida para a revolução. No entanto, esta conclusão não nos leva ao pessimismo porque no Brasil, como no resto do mundo, existem vários milhares de revolucionários que preferiram se manter fiéis à sua classe e não aceitar as migalhas do poder burguês. São muitos os que estão ativos, outros estão cansados, mas nem estes nem aqueles se corromperam. Por outro lado, a revolução brasileira que se incuba possibilitará (de fato isso já está ocorrendo) o surgimento de uma nova geração de lutadores que saberá se colocar à cabeça dos novos acontecimentos. Trata-se de batalhar para que estas duas gerações se encontrem. Neste sentido, só nos resta repetir a afirmação do velho Trotsky contida no Programa de Transição: «Somente o entusiasmo fresco e o espírito ofensivo da juventude podem assegurar os primeiros sucessos na luta; só isso fará voltar à via da revolução os melhores elementos da velha geração. Foi sempre assim e continuará a sê-lo. Abaixo o burocratismo e o carreirismo! Lugar à juventude! Lugar às mulheres trabalhadoras!».

Brasil: o novo partido velho



EDUARDO ALMEIDA NETO

Membro da Direção Nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSTU (Brasil)

No Brasil, a crise política atual do governo está levando muitos petistas honestos a romperem com o PT. O governo está preparando as reformas sindical-trabalhista e universitária, que vão provocar mais e mais choques com os trabalhadores e a juventude. Mais do que nunca, é necessário formar um movimento unitário por um novo partido de esquerda no Brasil. No entanto, o que está ocorrendo não é uma união, mas uma divisão.

Uma reunião de 30 pessoas, comandada por a senadora Heloísa Helena, os deputados Babá e Luciana Genro, parlamentares recém-expulsos do PT, e um grupo de intelectuais do Rio (no qual se inclui Carlos Nelson Coutinho) vetou a participação do PSTU e de outros setores no movimento, rompendo a unidade possível.

A exclusão do PSTU é uma decisão burocrática e sectária, que vai na contramão do sentimento de todos os ativistas que estão na base das lutas que vêm ocorrendo hoje no país.

Mas, qual o motivo desta atitude? Este grupo, que formou a Esquerda Socialista e Democrática, fez uma opção consciente por formar um novo partido reformista, eleitoral. Por isso, a exclusão de todos os que defendem a formação de um partido revolucionário é imprescindível para eles.

Esta opção fica clara ao se estudar os primeiros movimentos desse grupo. A declaração do Rio de Janeiro da Esquerda Socialista e Democrática, texto que define politicamente esse novo partido, não faz em nenhum momento alusão a necessidade de uma revolução socialista. Faz críticas ao governo, ao neoliberalismo, e aponta uma estratégia vaga de socialismo com democracia, semelhante as que faziam a social democracia no passado e o PT antes de chegar ao governo federal.

Na elaboração desse texto foi determinante a participação de Carlos Nelson Coutinho, um intelectual do Rio de Janeiro, militante do PCB por muitos anos, e depois do PT. O peso de Coutinho pode ser constatado pelo fato de ter sido o orador principal, no maior ato realizado pelo movimento, no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro deste ano.

Na apresentação da Esquerda Democrática e Socialista, Coutinho diz que, ao se passar para o campo do neoliberalismo, o PT está atacando a democracia no país. Para ele, portanto, o modelo positivo são as eleições na década de 70 na Europa, em que existiam dois projetos em disputa (o da direita e o da social-

democracia e PCI). Ao contrário, nos EUA, as eleições se dão ao redor de partidos com o mesmo projeto neoliberal. O PT, ao se bandear para o neoliberalismo, estaria levando o Brasil para o modelo político norte-americano, o que afeta a democracia republicana. Segundo Coutinho, o novo partido viria para responder à necessidade de aprofundar a democracia, além de servir como um pilar da mesma.

O modelo para o novo partido da Esquerda Socialista e Democrática gira, portanto, ao redor das eleições, como o PT e os partidos da social-democracia européia na década de 70, quando ainda tinham uma postura reformista. O novo partido está nascendo com uma estratégia claramente reformista e eleitoral.

Vindo de Coutinho, isso não surpreende. O triste é ver essas posições serem apresentadas em nome de todo o movimento, e serem entusiasticamente aplaudidas pelas direções dos grupos que compõem a Esquerda Socialista e Democrática (MES, CST, SOL, MTL etc) (*) que também defenderam a exclusão do PSTU.

Os dois gestos têm uma profunda ligação: o aplauso à apresentação da estratégia de um partido reformista eleitoral e a defesa da exclusão daqueles defendem a construção de um partido revolucionário.

O ideólogo do novo partido

Carlos Nelson Coutinho teve um papel destacado na evolução ideológica da esquerda brasileira, e do PT em particular. Em 1979 publicou um texto «A democracia como valor universal», repercutindo no Brasil as teses de Enrico Berlinguer, dirigente do Partido Comunista Italiano e do movimento que viria a ser conhecido como eurocomunismo. Em essência, suas posições apontam para uma adaptação completa à democracia burguesa.

Naquele momento, Coutinho era ainda militante do PCB e suas teses estavam à direita de grande parte da esquerda brasileira, em particular da maioria dos que iniciavam a construção do PT. Todo o primeiro período petista, em que o partido se apresentava com o lema «trabalhador vota em trabalhador», foi visto por Coutinho

como «sectário». Quando o PT já estava mais «moderado», Coutinho ingressou em suas fileiras, mas mesmo assim, para dar um combate pela direita, como relembra em entrevista recente:

«Votei em Gabeira, em 1986. Foi a primeira vez que votei no PT. E desde então comecei a namorar o PT, mesmo achando-o ainda sectário. Meu espírito 'aliancista', que vinha do PCB, de certo modo se manteve, mas achei que era importante entrar no PT e travar uma luta interna, o que fiz em 1989. Queria ser o chato democrático dentro do PT, queria levar para o partido a discussão que eu havia proposto em meu ensaio *A democracia como valor universal*.» (Revista Teoria e Debate n° 51 - jun/jul/ago 2002).

A evolução da situação internacional e do próprio PT terminaram por levar as teses de Coutinho à vitória. Depois da queda das ditaduras stalinistas do Leste europeu, os ventos da propaganda imperialista apregoavam, junto com a «morte do socialismo», a vitória da «democracia». Em todo o mundo, essa gigantesca operação ideológica foi veiculada pela imprensa, pelos partidos burgueses e reformistas, nas escolas e universidades, nos sindicatos e nos locais de trabalho. Em meio a grandes crises, boa parte das organizações de esquerda girou à direita e assumiu a idéia da democracia como «valor universal».

No Brasil existia uma base objetiva, material, para esse giro. As vitórias eleitorais e a gestão de várias e importantes prefeituras e governos de Estado, assim como inúmeros mandatos de vereadores, deputados estaduais e federais, levaram o PT a uma integração paulatina às instituições da democracia burguesa a partir do final da década de 80.

Fruto do impacto das revoluções do Leste europeu e da adaptação à democracia burguesa, as teses de Coutinho foram assumidas pela Articulação, tendência majoritária dentro do PT, e grande parte das correntes internas desse partido. De forma aberta ou disfarçada. Pode se dizer, sem nenhum exagero, que Coutinho foi parte importante da matriz ideológica do giro à direita da direção do PT na década de 90.

Na verdade, ele não tem nem mesmo o mérito da originalidade. Suas teses não passam de uma cópia das de Eurico Berlinguer, que, por sua vez, as copiou de Eduard Bernstein (como veremos mais adiante). Este curso tampouco foi produto de sua luta política, mas do período de reação vivido durante a década de 90. Mas não se pode deixar de reconhecer que Coutinho foi a vanguarda da reação ideológica deste período no Brasil.

Como o governo petista encampou o neoliberalismo e foi mais à direita que Coutinho, este se ligou à esquerda do partido, que também girava à direita, ao se adaptar à democracia burguesa, com seu grupo de parlamentares; depois rompeu com o PT e hoje constrói a Esquerda Socialista e Democrática.

Os militantes que hoje se encantam com os discursos de Coutinho e seguem suas sugestões, argumentam que ele teria mudado de posição, feito um giro à esquerda ao deixar o PC, aderir ao PT e agora, romper com este último. Mas estão enganados. E quem afirma isso é o próprio Coutinho. Com toda clareza e honestidade, reafirma que foi e continua sendo um reformista: «Uma coisa curiosa: quando entrei no PT, acho que a maioria do partido me considerava de direita, um reformista com ilusões democráticas. Apanhei muito nos debates que fiz com as diferentes correntes internas. Hoje, certamente, me identifico com a esquerda do partido. E tenho quase certeza de que não fui eu quem mudou.»

No ato realizado recentemente no Rio de Janeiro, Coutinho fez questão de reafirmar esse balanço de si mesmo, reiterando para quem quisesse ouvir que não mudara de posição: continuava sendo um reformista. Na verdade, se alguém mudou de posição foram os integrantes da direção do PT, a esquerda petista e, agora, os parlamentares e militantes que integram a Esquerda Socialista e Democrática, assumindo abertamente as mesmas posições defendidas por Carlos Nelson Coutinho.

Posturas reformistas abertas e explícitas como estas não teriam tanto espaço se não fossem amparadas por setores que se situavam mais à esquerda. Há um ano, Roberto Robaina, dirigente do MES e presente no ato do Rio, escreveu sobre as relações de Coutinho com a direção do PT:

«Assim, com suas posições, o teórico carioca foi útil para a direção majoritária do partido. Afinal, seu núcleo dirigente, neste caso também seguindo a tradição da corrente oportunista no movimento operário, demora para formular teoricamente seus avanços no dia-a-dia da política. As teses de Coutinho lhes pouparam trabalho: caíram como uma luva para justificar seu novo curso». («Uma visão pela esquerda», p.50).

Democracia burguesa ou «de valor universal»?

Quando surgiu o eurocomunismo, tão apreciado por Coutinho, o stalinismo europeu estava em crise, rompendo com sua dependência de Moscou e passando de armas e bagagens para o lado da social-democracia européia. Eurico



Berlinguer, secretário-geral do PCI e líder do eurocomunismo, proclamou em 1977:

«A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista». («A democracia como valor universal», p. 20).

O eurocomunismo aceitava assim a democracia como um valor universal, acima das classes sociais. Berlinguer, com isso, apenas repetia as teses clássicas de Eduard Bernstein, dirigente da social-democracia alemã, o primeiro formulador teórico dessas teses de eudeusamento da democracia burguesa, em ruptura completa com o marxismo.

Do final do século XIX até o início do XX, com o capitalismo ainda em ascenso, a social-democracia alemã viveu um longo período de lutas por reformas, com vida legal e conquistas graduais. Desse período, Bernstein retira a estratégia de chegar ao socialismo pelo aprofundamento das reformas econômicas e a evolução da democracia. Ele afirmava:

«O que é a democracia? A resposta parece simples e é respondida como «o governo pelo povo». Num primeiro olhar, isto parece satisfazer. Mas mesmo a mais breve consideração fala que isto é superficial e puramente formal. Atualmente, todos que utilizam o termo democracia, o fazem para significar algo mais do que simplesmente uma forma de governo. Chegaremos muito mais perto do cerne da questão se nos expressarmos negativamente e definirmos democracia como a ausência de um governo de classe. Isto indica um estado em que nenhuma classe tem o privilégio político». (Bernstein, «Preconditions of socialism», citado por José Welmovicki em *Marxismo Vivo* n.4).

Para Bernstein, a democracia existente, com o parlamento, não teria um caráter de classe, e sim universal. Com um partido social-democrata à frente do Estado, por via eleitoral, se poderia chegar ao socialismo. Com o mesmo referencial, Coutinho, em seu livro, afirmava:

«O fato, porém, é que o Estado capitalista se ampliou: ele não é mais um simples 'comitê exe-

cutivo da burguesia' (como Marx e Engels o definiram em 1848), já que foi obrigado a se abrir para demandas provenientes de outras classes e camadas sociais; com isso, tornou-se a expressão, como diria Poulantzas, da 'correlação de forças' existente na sociedade, ainda que sempre sob a hegemonia de uma classe ou fração de classe». («Contra a Corrente», 1999, pp. 38 e 39).

«Esta alteração na natureza do Estado capitalista determinou uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário e socialista. Nas formações sociais onde não ocorreu uma significativa socialização da política; onde, portanto, não existe uma 'sociedade civil' pluralista e desenvolvida, a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista do Estado-coerção, mediante um assalto revolucionário»; é o que ocorre nas sociedades que Gramsci chamou de 'orientais'. Já nas sociedades 'ocidentais', onde o Estado se 'ampliou', as lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da 'sociedade civil', visando à conquista do consenso da maioria da população, mas se orientam, desde o início, no sentido de influir e de obter espaços no seio dos próprios aparelhos de Estado, já que estes são agora permeáveis à ação das forças em conflito». (op.cit., p. 39)

As formulações de Bernstein-Berlinguer-Coutinho partem da mesma base, a desconsideração do caráter de classe do Estado. O marxismo, ao contrário, define o Estado pelos interesses de classe que defende. A democracia burguesa é, segundo Marx e Lenin, apenas uma forma do Estado, e, portanto, de uma ditadura de classe. Em uma estrutura econômica capitalista, o Estado é a superestrutura política que defende os interesses da burguesia dominante, o «comitê executivo dos negócios da burguesia», segundo Marx.

Os trabalhadores e o povo têm o direito de votar, mas votam condicionados pelo controle econômico que a burguesia tem sobre a mídia (TVs, jornais, rádios etc), do financiamento das cada vez mais caras campanhas eleitorais, pela compra direta de candidatos e votos. Os resultados eleitorais são, em geral, favoráveis à burguesia, seja porque os candidatos de seus parti-

dos vencem os pleitos, seja porque os partidos operários reformistas fazem alianças e acordos programáticos que levam seus governos a aplicarem programas burgueses, como o de Lula.

O Estado burguês tem, além disso, uma sustentação militar nas forças armadas. Com a oficialidade recrutada em grande parte na alta classe média, integrada à burguesia, as forças armadas cumprem a tarefa de defesa do Estado burguês, no caso de a democracia burguesa não ser suficiente para manter a ilusão das massas.

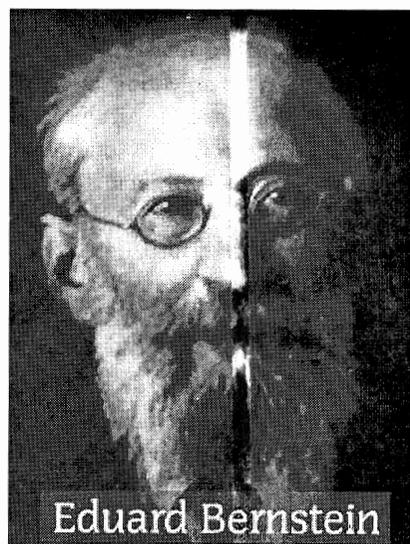
Esta ideologia da «democracia como valor universal» só serve para justificar teoricamente a prática da integração aos parlamentos burgueses. Desde os 30 - 40 anos da vida parlamentar social-democrata que deram base a Bernstein para formular sua teoria, aos 20 anos de vida petista, a base material dessa ideologia é a mesma.

Para os marxistas, a revolução é necessária para abrir caminho ao socialismo, o que significa derrubar o Estado burguês e seu regime democrático. Para os reformistas, a democracia é estratégica, universal, e deve ser defendida não apenas contra golpes fascistas, mas inclusive contra as massas, e aperfeiçoada. Todos os partidos que adotam esta estratégia terminam por se transformar em aparatos essencialmente eleitorais, como ocorreu com a social-democracia, o PCI e o PT.

Em um plano mais histórico, as teses de Bernstein-Berlinguer-Coutinho não têm nenhuma sustentação na experiência de todo o século XX e início do XXI. Muitas e muitas vezes, partidos reformistas chegaram ao poder a partir das mesmas teses defendidas por estes senhores, entendendo a democracia como valor universal e um socialismo cada vez mais vago, para os dias de festa. Nunca romperam com o capitalismo. Ao contrário, defenderam o sistema contra as massas. Quando, apesar dos partidos social-democratas, o ascenso de massas ameaçou o controle da burguesia, os golpes militares, que ocorreram em abundância na América Latina, serviram para retomar o controle do Estado.

As teses de Bernstein só se tornaram majoritárias na social-democracia alemã após a guerra de 1914-18. Naquele momento, os partidos social-democratas traíram os trabalhadores e apoiaram a guerra de suas burguesias. Depois disso, nas inúmeras vezes em que chegaram ao poder, não tiveram nenhuma preocupação com a «radicalização da democracia» ou a ampliação das conquistas econômicas dos trabalhadores. Deixaram de lado o que era «secundário», e se dedicaram à administração do capitalismo e do Estado tal qual eles são na realidade. Não se furtaram a reprimir o movimento operário quando foi necessário, a partir mesmo do assassinato de Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht em 1919, e apoiaram as iniciativas de guerra do imperialismo norte-americano, como na Jugoslávia e Iraque.

O PC italiano, tão reivindicado por Coutinho, acabou por se dividir e transformar-se no PDS, hoje o mais importante partido social-democrata italiano, que chegou ao governo com D'Alema para mais uma vez gerenciar a crise capitalista.



No Brasil, o PT chegou ao governo federal a partir das teses que reconheciam o «valor universal da democracia», para aprofundar o plano neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. A «radicalização da democracia» transformou-se na perpetuação das alianças com os setores mais reacionários da burguesia e seus partidos, como o PMDB, o PTB e o PP, e na continuidade da prática da corrupção, agora evidenciada em escândalos que vêm sendo descobertos, envolvendo políticos ligados ao PT e ao governo Lula. Os tempos de defesa do «orçamento participativo», política aplicada pelo PT de «discutir» com a população a aplicação do dinheiro público, ficaram para trás. Agora é hora de aplicar as reformas da Previdência, tributária, sindical-trabalhista e universitária, que vão aprofundar ainda mais os ataques aos trabalhadores e ao povo brasileiro.

Por outro lado, a burguesia utilizou a democracia como uma importante arma defensiva contra os ascensos revolucionários, quando estes ameaçavam escapar ao seu controle. Assim foi derrotada a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974-75, ao ser canalizada para a via eleitoral, com a preciosa colaboração do PS e do PC. A Revolução nicaragüense, mesmo depois da derrota das forças armadas somozistas e a tomada do poder pelos sandinistas, foi encaminhada para a democracia burguesa e retrocedeu completamente.

As revoluções recentes na América Latina estão enfrentando o mesmo e duríssimo obstáculo. A insurreição argentina foi canalizada para a eleição de Kirchner e a revolução equatoriana para o governo de Lúcio Gutierrez. Neste momento, Evo Morales, principal direção do movimento de massas boliviano, está sustentando o governo pró-imperialista de García Meza, com uma estratégia semelhante à do PT, de apostar em eleições municipais em 2004 e presidenciais em 2007.

É na prova concreta da realidade que as teorias podem se verificar ou não. Uma vez no poder de estado, o que fazem os partidos reformistas que acreditam na «democracia como valor universal»? Terminam por atuar como os

«comitês executivos dos negócios da burguesia», segundo a definição de Marx. Nos momentos agudos de crises revolucionárias, a burguesia recorre à democracia burguesa para desviar o ascenso para as eleições, ou aos golpes militares para reprimí-los, usando assim duas facetas do estado burguês. O estado burguês serve à burguesia seja qual for o governo de turno, gostem ou não os filósofos reformistas.

Um reformista coerente

Para sustentar suas teses, Carlos Nelson Coutinho parte de uma crítica radical a Marx e Engels:

«Se a possibilidade de obter conquistas substantivas por meio de reformas depende, por um lado, da consolidação de um espaço político democrático, depende também, por outro, de importantes alterações da acumulação capitalista. Em 1848, quando Marx e Engels escreveram o Manifesto Comunista (no qual definiram o estado como um ‘comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo’), a luta de classes lhes aparecia como a guerra civil mais ou menos oculta (...), até o ponto em que ela explode em revolução aberta e o proletariado funda seu domínio através da derrubada violenta da burguesia».

«Uma teoria ‘restrita’ do Estado, portanto, combinava-se com uma teoria ‘explosiva e violenta’ da revolução socialista. Ambas as teorias decorriam da suposição, expressa também no Manifesto, de que a dinâmica da acumulação capitalista fazia com que a burguesia fosse incapaz de ‘assegurar a existência do seu escravo’ (o trabalhador assalariado), condenando-o assim à pauperização absoluta. O aumento do lucro, condição para a reprodução ampliada do capital, teria como contrapartida a redução do salário do trabalhador. O único meio que restaria a esse último para garantir a sua sobrevivência, até mesmo biológica, seria derrubar o capitalismo o mais rapidamente possível. (Contra a Corrente, p.40)

«Ora, considerar como válida ainda hoje a estratégia revolucionária proposta no Manifesto é, no mínimo, prova de agudo anacronismo. Mas o fato é que esta situação se alterou radicalmente

na segunda metade do século XIX, e, em particular, no século XX. A base econômica dessa mudança foi dada pelo aumento da produtividade do trabalho (resultado em grande parte, das lutas operárias por melhores salários), o que levou a que a exploração do trabalho passasse a ser feita, sobretudo, pela extração da mais valia relativa; isto permite um aumento simultâneo de lucros e salários e, por conseguinte, abre espaço para negociações e 'concessões'. O processo de democratização a que antes aludimos é um dos resultados que essa nova forma de luta de classes produziu no terreno político-institucional.» (Op. cit. p. 42)

Assim como não comprova suas teses historicamente, Coutinho não se atreve a dar qualquer exemplo, em qualquer parte do mundo, do que descreve sobre as «concessões» do capitalismo. Ele escreveu estas teses em 1999, depois de mais de duas décadas de planos neoliberais na Europa e pelo menos uma na América Latina. Tempos de retrocesso brutal no nível de vida das massas, com perdas de conquistas históricas em relação à previdência, rebaixamento de salários e aumento qualitativo do desemprego. Tempos que confirmam plenamente as projeções de Marx e negam as de Bernstein e Coutinho. Justiça seja feita a Bernstein, que baseou sua teoria equivocada em um período real de reformas e concessões do capitalismo. Coutinho faz estas afirmações no período de decadência do imperialismo, em plena vigência do neoliberalismo, em que este tipo de avaliação entra em choque com a experiência concreta de qualquer trabalhador.

A partir deste alicerce torto, Coutinho diz:

«Não foi por acaso, assim, que o setor majoritário do movimento operário e socialista dos países 'ocidentais' (no sentido gramsciano da expressão) passou a adotar uma política reformista. Entusiasmado com a possibilidade de 'concessões' por parte do Estado capitalista, Eduard Bernstein foi o primeiro a propor claramente, já em 1898, que os partidos socialistas abandonassem a luta pelo 'objetivo final' e se empenhassem num 'movimento' progressivo de reformas constantes. Penso ter chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (divisão pela qual, decerto, a social-democracia é em grande parte responsável) e reconhecer claramente que essa opção dos social-democratas pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do 'Ocidente' significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas. (p. 43)

Mais adiante, Carlos Nelson Coutinho lamenta que a social-democracia tenha mudado este curso: «Renunciar às reformas e adotar paradigmas neoliberais tem sido, infelizmente, a alternativa da maioria dos partidos social-democratas, sobretudo dos que estão hoje no governo» (p.45). Para ele, o correto seria manter e radicalizar a «política de reformas». Como seria esta «radicalização das reformas» no terreno econômico? Coutinho deixa claro que não propõe nada realmente radical, como a expropriação das grandes empresas, por exemplo: «Não se trata de eliminar o caráter misto da propriedade (expressão do pluralismo no mundo econômico)». Mantém, portanto, a



possibilidade de existência da propriedade privada das grandes empresas para garantir o «pluralismo». O objetivo seria fazer «modificações no estatuto da propriedade, -que levem a um efetivo controle público (não necessariamente estatal) dos setores chaves da economia».

E o que seria a reforma no terreno do estado? O «aprofundamento da democracia», a combinação entre o parlamento e os «organismos populares de democracia de base». Qual seria a relação entre estes organismos? «Se se mantivessem abertos à pressão daqueles organismos populares, os parlamentos poderiam adquirir uma nova função: ser o local de uma nova síntese política das demandas dos vários sujeitos coletivos, tornando-se assim a instância institucional decisiva da expressão da hegemonia» (p. 33)

Enfim, Coutinho reivindica um programa estratégico semelhante ao da social-democracia, dos tempos em que esta era reformista. Aponta o parlamento não só como uma via para superar o capitalismo, mas como a principal instituição política já no período pós-capitalista.

Ao contrário de outros reformistas, Coutinho tem a honestidade de não desconhecer seus vínculos teóricos com Bernstein. Isto é uma prova de sua coerência ideológica: reformista, mas coerente.

Diz-me com quem andas...

Hoje, a defesa da democracia como valor universal é amplamente hegemônica, em todo o mundo, assim como na esquerda reformista e centrista. Esse processo vem da década de 90, com toda carga da propaganda anti-socialista e anti-revolucionária que varreu o mundo pós-revoluções do Leste europeu. A Revolução Russa, maior conquista do proletariado em toda a sua história, foi deformada e derrotada pelo stalinismo. A derrubada das ditaduras stalinistas do Leste, no entanto, não conduziu a uma nova revolução política, mas à restauração do capitalismo. A partir daí, a gigantesca ofensiva ideológica imperialista buscou identificar o socialismo com o stalinismo derrubado. O «socialismo morreu», era carro-chefe desse discurso, que vinha associado a duas outras máximas: o neoliberalismo

como «pensamento único», uma realidade inescapável, sendo o único plano econômico possível, e todos os outros puras bobagens; e a democracia burguesa como valor universal, em oposição à ditadura stalinista.

Hoje, o neoliberalismo está em crise e o «pensamento único» já é contestado com maior facilidade. O culto da democracia burguesa como valor universal, no entanto, continua amplamente hegemônico, mesmo nos círculos de esquerda.

O marxismo-leninismo foi reduzido a uma minoria da minoria, e seus postulados foram conscientemente confundidos com o stalinismo. Tudo o que tinha a ver com a luta revolucionária pelo poder foi atacado como «anacrônico». O conceito de revolução socialista foi considerado ultrapassado, a necessidade do partido revolucionário, e do centralismo democrático «coisas de saudosos do stalinismo».

O governo norte-americano invadiu a Iugoslávia e o Iraque «em defesa da democracia». A social-democracia europeia, a ONU, o governo Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula e todo o PT são adeptos fervorosos da «democracia», ao lado de Coutinho. Isso é reconhecido alegremente por ele: «O consenso hoje quase unânime em torno do valor universal da democracia é a expressão subjetiva de um fenômeno primariamente objetivo» (p. 23)

Concordamos completamente com Quartim de Moraes, quando diz:

«Da presidência dos Estados Unidos ao secretariado-geral da ONU, a ênfase posta no 'valor universal da democracia' confirma que ele corresponde a um consenso 'quase unânime', segundo a expressão de Coutinho. Infelizmente, parece-nos que o segredo de tão amplo sucesso está em que ele desarma a crítica à 'democracia' realmente existente, apoiada ou resignadamente aceita pela 'opinião pública' ocidental e garantida pela máquina de guerra do Pentágono e das forças auxiliares da OTAN, sempre mais aguerridamente genocidas. Sentimos certo incômodo em pertencer a uma quase inexistente minoria. Consolamos, porém, o velho provérbio: antes só do que mal acompanhado» («Contra a canonização da democracia», Revista Crítica Marxista n.12)

A rejeição ao classismo como «sectário»

Um dos elementos decisivos da direitização do PT foi o abandono de uma política classista defendida em seus primeiros anos, para adotar a aliança de classes com setores da burguesia. Uma parte fundamental da evolução da consciência dos trabalhadores é sua independência política em relação à burguesia e seus partidos. Parte do retrocesso na consciência ocorrida na década de 90 é exatamente a perda do sentimento classista que existia na década de 80 em amplos setores das massas trabalhadoras.

Carlos Nelson Coutinho foi contrário ao primeiro período do PT, caracterizado por ele como «sectário». Durante a campanha eleitoral, quando Lula manifestou-se pela aliança com José Alencar (membro do partido burguês PL e atual vice-presidente da República), houve uma revolta de todo um setor da vanguarda petista. No artigo «O governo Lula ou o estreito fio da navalha», Coutinho manifestou apoio à política da direção do PT:

«Como sabemos que o ‘mercado’ não é nem uma pessoa nem uma coisa, mas sim o resultado de uma correlação de forças entre grupos e classes sociais, cabe desde já reconhecer algo desagradavelmente óbvio: a esquerda brasileira ganhou as eleições num contexto nacional e, sobretudo, internacional onde esta correlação de forças nos é extremamente desfavorável. Foi isso, entre outras coisas menos essenciais, o que motivou a necessária política de alianças que a direção do PT resolveu adotar na atual campanha presidencial e que pretende implementar no Governo Lula. Esta decisão, que rompe com o isolamento sectário que caracterizou os primeiros anos do PT (e que retoma na prática uma antiga herança ‘aliancista’ do velho PCB), revelou ser - independentemente da questão de saber se todas as alianças propostas e efetuadas foram corretas e necessárias - uma das razões da vitória de Lula. Quase sempre com lucidez e bom senso, o atual grupo dirigente do PT propôs alianças que, para além dos partidos políticos, envolviam também segmentos, grupos e classes sociais, alianças que tinham como meta alterar a desfavorável correlação de forças.»

Recentemente, na entrevista concedida ao Jornal do Brasil em que manifesta sua ruptura com o PT, Coutinho coloca os limites que vê para as alianças:

«JB: Isso quer dizer que o senhor é contra a política de alianças?»

Não, sempre considerei um erro do PT, em seu período inicial, ter adotado uma política de isolamento, uma política sectária. Mas é preciso definir claramente o que é uma política de alianças. Quando se propõe uma tal política, é preciso definir ao mesmo tempo os aliados e os adversários. O adversário desta aliança entre os trabalhadores e a burguesia industrial, expressa na chapa Lula-José Alencar, deveria ser o capital financeiro, nacional e internacional.»

Isso quer dizer que a aliança com a burguesia industrial, por meio de José Alencar, o «capital produ-»



vo» tudo bem. O erro do governo petista foi aliar-se também ao capital financeiro.

Agora, essas posições de Carlos Nelson Coutinho são trazidas para o novo partido que ele está ajudando a criar e dirigir. Na carta de princípios da Esquerda Socialista e Democrática não se critica o governo Lula pela aliança de classes com a presença de José Alencar na vice-presidência por motivos óbvios. O enfrentamento aberto com todos os partidos burgueses também está ausente do manifesto, assim como não se defende um governo dos trabalhadores.

Essa postura terá profundas conseqüências no futuro do partido. Heloísa Helena, a principal figura pública do novo partido, já manifestou publicamente seu apoio a Regis Cavalcante, do PPS, para a prefeitura de Maceió. O PPS é um partido burguês, do qual faz parte Ciro Gomes, atual ministro do governo Lula.

A rejeição ao centralismo democrático

Os defensores da Esquerda Socialista e Democrática, para justificar a exclusão do PSTU, ao invés de expor claramente o conteúdo da discussão sobre qual partido é preciso ser construído, se revolucionário ou reformista, procuram mascarar o tema, colocando no centro da discussão o problema do funcionamento do partido. Acusam o PSTU de ser contra as tendências permanentes, e definem este funcionamento como uma «cláusula pétria», que não poderia ser questionada em nenhuma discussão na base. Com isso, assumem uma postura burocrática em relação à sua própria base.

Antes de mais nada, é preciso definir o tipo de partido a ser construído, e depois seu funcionamento. Para um partido revolucionário, teremos de optar pelo centralismo democrático. Se a alternativa for um partido reformista eleitoral, é natural que se caminhe para um funcionamento típico dos partidos social-democratas, semelhante ao PT. Na entrevista à revista Teoria e Debate, Carlos Nelson Coutinho afirma:

«Uma outra questão é saber que forma o partido deve assumir. A fórmula criada pela

Terceira Internacional - a idéia de um partido rigidamente centralizado e disciplinado - está superada. Um partido revolucionário hoje deve ser mais aberto, plural e flexível. O PT inventou uma forma partido interessante, com suas tendências e razoável unidade de ação.»

Ele concedeu essa entrevista em 2002, quando ainda estava no PT, e a referência que faz a um «partido revolucionário» e «razoável unidade de ação» ao se referir ao PT mostra o quanto estamos distantes da idéia de um partido revolucionário.

O PSTU defende que o movimento por um novo partido, por agrupar inúmeras correntes de diversas origens, deve adotar em seu início um funcionamento amplo, em base a acordos, sem qualquer centralismo. O centralismo é uma conseqüência de um acordo programático profundo. Portanto, a primeira grande tarefa do movimento deve ser a discussão programática, acompanhada da intervenção conjunta na luta de classes, que permita criar as bases para a construção de um partido comum.

O partido com centralismo democrático é completamente diferente, tanto do centralismo burocrático stalinista, como do burocratismo social-democrata. O centralismo democrático permite e estimula a livre discussão política por meio dos organismos, desde os núcleos de base até os congressos. Os núcleos de base definem a política concreta para os seus setores de intervenção, e os congressos definem a política de todo o partido até o próximo congresso.

Não existe na história nenhum exemplo, repetimos nenhum, de partido ou movimento que tenha tomado o poder sem o centralismo. Algumas vezes esta centralização se deu com partidos ou movimentos burocratizados e o centralismo era conseqüentemente burocrático. Houve também um exemplo na história com um partido revolucionário, o partido bolchevique russo, com centralismo democrático. Mas sempre com centralismo.

Os partidos stalinistas, como os Partidos Comunistas, tinham e têm como funcionamento o centralismo burocrático. Nos partidos social-democratas e no PT impera um funcionamen-

to burocrático, distinto do centralismo stalinista, mas igualmente burocrático. Aparentemente, existe a liberdade das tendências permanentes. Mas as decisões do partido são tomadas pelos parlamentares, prefeitos e governadores, independentes das posições assumidas pelas bases, e mesmo de seus congressos. Os parlamentares votaram no congresso a favor da reforma da previdência (ou se abstiveram) independentemente da opinião de suas bases. O governo Lula aplica um plano econômico completamente distinto do que foi votado no último congresso do PT.

A existência de tendências permanentes leva a que cada uma delas atue da maneira que achar melhor, sem nenhuma centralização partidária. Na greve do funcionalismo, por exemplo, existiam setores do PT contra a greve, outros que defendiam fazer alterações pontuais na reforma mas não enfrentá-la como um todo, e outros que estavam a favor da greve e contra a reforma. Isto está bem distante da «razoável unidade de ação» definida por Coutinho.

Este é um funcionamento muito adequado a um partido com um objetivo eleitoral, para o qual não é necessária a centralização para a intervenção nas lutas diretas e menos ainda para a revolução.

O funcionamento adotado pela Esquerda Socialista e Democrática para o novo partido, com as tendências permanentes como cláusula pétrea, é semelhante ao da social-democracia e do PT.

O movimento se definiu então por um funcionamento completamente burocrático, que já está sendo aplicado. O primeiro exemplo disso é que um grupo de 30 pessoas (com grande peso dos parlamentares) decidiu tudo, desde o funcionamento, as exclusões e outras questões.

A mesma metodologia está sendo aplicada em relação aos problemas políticos que vão surgindo. Por exemplo, quando um ativista questionou Heloísa Helena sobre seu apoio ao PPS em Maceió (na plenária realizada pela Esquerda Socialista e Democrática em fevereiro em Brasília), ela respondeu que era verdade, mas que «fazia isto como eleitora». O problema é que ela não é simplesmente «uma eleitora», e sim a principal figura pública desse movimento. Quando Heloísa Helena demonstra uma posição como essa, o conjunto do movimento se compromete com o apoio a um partido burguês como o PPS. Os parlamentares



foram eleitos por um conjunto de ativistas que os apoiaram e seus mandatos não são «deles», mas do partido, e de sua base em primeiro lugar. Caso houvesse um funcionamento em base ao centralismo democrático, o ativista que questionou Heloísa Helena teria o direito de ter sua opinião discutida por todos, e finalmente decidida democraticamente. Aliás, seria muito interessante ver se a base da Esquerda Socialista e Democrática está de acordo com o apoio de Heloísa Helena ao PPS. Aqui se revela a essência da polémica: o funcionamento no modelo social-democrata assegura a total liberdade... para os parlamentares, e nenhuma liberdade para a base, para a qual é reservado direito de, de tempos em tempos, fazer campanha eleitoral ou recolher firmas para a legalidade.

Novo partido velho

No momento em que se comemoram os 80 anos da morte de Lenin, nós orgulhosamente queremos defender a construção de um partido revolucionário, e nos contrapor a estas teses reformistas. Continuamos reivindicando o marxismo-leninismo, como o que existe de verdadeiramente novo e moderno.

É preciso rejeitar categoricamente a herança do stalinismo e seus partidos, e não só por sua postura burocrática e autoritária, mas por seu reformismo. E é necessário também refutar o modelo social-democrata. Entre as posições

clássicas da social-democracia e do stalinismo existe, aliás, uma ampla base de acordo reformista. Não é por acaso que o PC do B está no governo Lula. Não é por acaso que, como disse Coutinho, a «herança aliancista» do velho PCB (aliança com setores da burguesia), terminou predominando no PT.

O novo partido defendido pela Esquerda Socialista e Democrática está nascendo com o mais velho dos vícios da esquerda, o reformismo. Quer na realidade, recriar um PT mais à esquerda. Mas nem sequer parte do período inicial do PT, com sua política classista, mas já de sua fase regressiva da década de 90, em que se consolida como partido reformista, eleitoral. Não é por acaso que esse partido já está nascendo e assumindo Carlos Nelson Coutinho como um de seus ideólogos. Tampouco é por acaso que se utiliza do método das exclusões. Trata-se na realidade, de um novo partido velho. 🌐

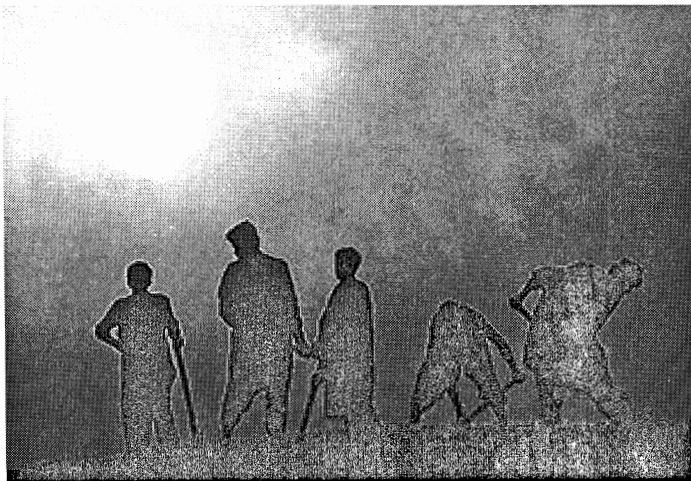
Notas

(*) MES-grupo centrista que gira ao redor da deputada Luciana Genro

CST-grupo centrista que se mantém ao redor do mandato do deputado Babá

SOL-grupo que acaba de romper com o PSTU

MTL- grupo de Goiânia, com alguns poucos trabalhos sindicais e no movimento rural



Intelectualidade, frentepopulismo e a esquerda socialista e democrática no Brasil



LUIZ FERNANDO DA SILVA

Membro do PSTU. Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista - Campus Bauru (UNESP-Bauru - Brasil).

Em setores da intelectualidade e da esquerda no Brasil, a discussão teórico-política sobre o Governo Lula desloca-se para novo patamar. Não mais ocorre em torno da caracterização do atual governo; este passa a ser compreendido como submetido ao capital financeiro e FMI; por outro lado, o PT como instrumento de luta política dos trabalhadores definitivamente passa a ser considerado esgotado. O debate concentra-se então em questões como: qual terreno político de luta, com que formas de organização política e com qual horizonte estratégico (e tático) enfrenta-se as políticas neoliberais e o atual governo. Esse avanço na discussão é importante e, acima de tudo, necessário e urgente para o período que se abre na luta de classes no país, na qual a reorganização política revolucionária impõe-se como central ao lado da reconstituição de organismos proletários, independentes e classistas.

Essa trajetória ocorre de maneira acelerada, em menos de dois anos da posse de Lula. A demarcação temporal está nitidamente apresentada entre a tramitação e a aprovação da reforma da previdência no congresso nacional e a expulsão dos ex-radicais petistas. O percurso ganhou densidade política com a proposta do Orçamento para 2004, o Plano Plurianual do Governo e a manutenção do superávit fiscal na ordem de 4,75% até 2007. As indicações governamentais, por sua vez, como se registraram na reforma ministerial e no acordo com o FMI, apresentam nitidamente as (contra) reformas sindical, trabalhista, universitária, além da autonomia do Banco Central. O mesmo ocorre nesse ano de 2004, com o crescimento de ocupações de terra no país, desencadeamento de greves como na Polícia Federal, greve dos servidores federais.

Por sua vez, o atrelamento definitivo das correntes petistas e da Central Única dos Trabalhadores ao governo, tem servido como pelego neutralizador das pressões políticas e das mobilizações sociais. As correntes petistas, como «Resgate PT» com seu corpo de parlamentares e intelectuais, sabem eles, não conseguirão segurar por muito tempo a revoada de suas ainda bases.

O debate e as iniciativas políticas, no entanto, encontram-se imersos em diversas tradições políticas e abordagens teóricas, muitas das quais mediadas por velhos mitos frentepopulistas, e tendo como ilusão a demarcação em torno «do PT de origem». Desiludidos com «seu» governo setores de esquerda e da intelectualidade descolam-se da base governamental para reorganizar o descontentamento petista e apresentar proposta em torno do movimento Esquerda Socialista e Democrático, encabeçado por ex-petistas, como Heloísa Helena. Por sua vez, o PT e o Governo Lula sofrem perda irreversível de bases sociais de apoio. Deslocamento esse em setores de vanguardas sindicais e de movimentos sociais, que amplia ainda mais o leque do que existia até o ano passado, quando esteve limitado ao funcionalismo público.

Depois de 25 anos, a questão da reorganização política dos trabalhadores é retomada. O Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores foram resultados da reorganização política em meio ao ascenso na luta de classes no país. Com muita rapidez, no entanto, as teses frentistas foram se impondo hegemonicamente nessas instituições, especialmente durante a década de 1990. A burocratização sindical, o parlamentarismo e o condicionamento à institucionalidade burguesa foram resultados práticos das persistentes concepções frentepopulistas.

Se na virada da década de 1970 apresentava-se forte ascenso nas lutas sociais, atualmente os trabalhadores encontram-se em processo de retomada de lutas.

Esse deslocamento apresenta-se em momento inicial de reorganização política dos trabalhadores. Embora a luta de classes não se encontre em ascenso generalizado, o Governo Lula inicia queda em pesquisas de opinião pública, que indicam descontentamento difuso em diversos setores da população, inclusive em sua base de sustentação política. Os limites de tal conjuntura para trabalhadores e para a esquerda revolucionária certamente interfere na própria reorganização política. Especialmente porque enfraquece e limita o debate político ao marco eleitoral e às referências parlamentares, como

acontece nitidamente em torno da ESD. A composição social que referencia esse movimento sustenta-se especialmente no funcionalismo público, que desencadeou no último ano importantes lutas contra a reforma da previdência.

As ilusões frentepopulistas e a reorganização política proposta na ESD

A crítica e o rompimento de setores da intelectualidade acadêmica no país em relação ao Governo Lula manifestam seus contornos em inúmeras referências. Tal movimento de rompimento vem ocorrendo como também ganhando forma política. Mas ao tempo que surgem as críticas, como as realizam Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e outros, expressam saídas políticas idealistas, especialmente definindo estratégias reformistas e de concretização de Estado de Bem-Estar Social.

Oliveira, por exemplo, expressa essa condição propondo um programa de renda mínima que fosse adotado pelo Estado: «Eu acho que a coisa mais radical que se pode fazer no Brasil é um programa radical de renda social»¹. Por essa razão, «iludem» setores de vanguarda e de trabalhadores sobre o estágio atual do capitalismo e a sua viabilidade, como também sobre as possibilidades de alianças de classes entre proletariado e setores do capital. Coutinho considera que Lula e o PT haviam proposto uma política de alianças, em torno do mundo do trabalho e do «capital produtivo» (burguesia industrial). O objetivo imediato desta aliança seria romper com a política neoliberal do período FHC-Malan e implementar uma nova proposta de desenvolvimento, com criação de empregos e distribuição de renda: «Nenhum de nós exigia de Lula que implantasse por decreto o socialismo no Brasil, mas que encaminhasse uma efetiva e exequível política de reformas, capaz de abrir caminho para transformações mais substantivas»². O adversário desta aliança entre os trabalhadores e a burguesia industrial seria o capital financeiro, nacional e internacional. O equívoco da direção petista e do Governo Lula estaria somente na capitulação do

governo Lula aos interesses do capital financeiro, ou seja, à fração atualmente predominante no bloco de poder.

Essas posições expressam nitidamente o ponto de vista reformista e aliancista. Ancoram-se em segmentos assalariados das camadas sociais médias, em processo continuado de pauperização, que no último período tiveram acentuado poder de mobilização e luta, e que confiaram no Governo Lula. Mais do que isso estruturam e organizam o pensamento desses setores, constituem sentido democrático-liberal à massa de estratos médios, base sobre a qual se estrutura a «reação democrática». Por essa razão incidem diretamente em setores formadores de opinião pública: professores, jornalistas, artistas.

No caso do contorno político-partidário, que procura galvanizar o descontentamento desses setores assalariados, essa intelectualidade responde com o discurso institucional, em torno do novo partido, que abre total espaço para as perspectivas aliancistas que anteriormente apontamos. Diz o documento:

Defendemos a construção de uma alternativa partidária com todos os que não aceitam a continuidade da submissão do país aos interesses dos bancos e do FMI, que rejeitam a Alca, o pagamento da dívida externa, a autonomia do Banco Central, o corte dos direitos trabalhistas, previstos na proposta de reforma sindical-trabalhista do governo Lula, e a política de destruição da universidade pública, prevista na reforma universitária.³

A proposta apresentada delimita um escopo de objetivos gerais que, como programa mínimo de mobilização e luta, galvaniza setores em bandeiras de caráter antiimperialista. No entanto, não apresenta o passo seguinte, em nenhum momento da proposta, que fôsse digno de fato de um partido revolucionário: as bandeiras anticapitalistas e os elementos estratégicos relacionados ao poder político. Certamente, pouco esclarece enquanto manifesto a idéia de «socialismo com democracia como objetivo estratégico».

Esse movimento resulta de várias experiências teórico-políticas, que nos exigem apuramento de análise. Basicamente quatro correntes estruturais se evidenciam no sentido do núcleo central desse movimento: a) o grupo advindo do «partidão», concentrado no Rio de Janeiro mas com articulação em diversos estados, tendo como figuras principais Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e o ex-deputado federal Milton Temer; b) intelectuais acadêmicos paulistas, especialmente Chico de Oliveira e outros; c) compõem esse bloco também a proposta de organização partidária de docentes das universidades, ligados ao ANDES; d) integrantes de trajetória trotskistas que se deslocaram para o frentepopulismo: CST, MES e Socialismo e Liberdade.

Onde afinal se unificam como denominador comum essas forças políticas tão díspares em suas abor-



dagens teóricas, tradições e experiências políticas? A base teórica na qual se assenta Coutinho não é a mesma de Chico de Oliveira. Por sua vez, esses certamente não compartilham as análises sobre a crise estrutural do capitalismo, manifestada por Leher e Badaró. Por outro lado, a tradição trotskista do Socialismo e Liberdade, de Babá e Luciana Genro certamente ainda não se esqueceram inteiramente das críticas que realizavam ao Coutinho das teses de «democracia como valor universal».

Essas diferentes tradições políticas e intelectuais localizam-se na esperança (ilusão) de que o espaço institucional burguês constitui-se no espaço político privilegiado para acúmulo de forças sociais e organização política. É certo que a elaboração ideológica de Coutinho constitui argumentação que galvaniza e justifica uma estratégia anacrônica de transição para o socialismo baseada nos espaços institucionais burgueses, ou seja, que considera que o Estado não é determinado por uma classe social dominante. Uma de suas pontas certamente refere-se ao «eurocomunismo», da década de 1970, desenvolvido especialmente pelo Partido Comunista Italiano (PCI), tendo como figura central Enrico Berlinguer⁴. Mas é necessário afirmar também que há uma tradição ideológica frentepopulista - diria Marx, uma verdadeira força material - que se constituiu no Brasil, anterior a Coutinho. A outra ponta, portanto, da «tese do valor universal» e o privilegiamento do espaço institucional têm sua principal matriz na Declaração de março de 1958, no qual são considerados os espaços privilegiados democrático-burgueses. Aqui cabe uma rápida citação:

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o Ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. (...).

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta lega-

lidade e estende-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extra-parlamentar⁵.

Leandro Konder sobre tal documento considera que passou a prevalecer uma tendência no PCB que reconhecia a necessidade de uma reflexão nova em torno da «questão democrática» - tanto ao nível da atividade político-partidária como ao nível da sociedade em geral. No plano geral da sociedade, diz existir o «reconhecimento de que havia um processo objetivamente favorável à luta pela democracia vinculada ao próprio desenvolvimento capitalista»⁶. Além disso, interessa outra observação de Konder: «existe toda uma história muito significativa de aprofundamento da reflexão em torno da democracia, no interior mesmo do PCB e anterior ao 'eurocomunismo'»⁷.

A tradição cebrapiana e Chico de Oliveira

Francisco de Oliveira não esteve na organização inicial da proposta desse movimento por um novo partido, mas em reunião em São Paulo, definiu seu apoio à sua constituição. Oliveira expressa os ânimos de setores da intelectualidade acadêmica, especialmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que esteve por largo trajeto envolvida com o PT e apoiando a candidatura Lula em várias eleições. As suas críticas ao governo acompanhou a própria radicalização dos ex-petistas (Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena). Da mesma maneira que os ex-radicais, o sociólogo captou o crescente descontentamento em sua base principal, as universidades, sobre os projetos de contra-reformas iniciado com a previdenciária. Essa foi a condição que o destacou ao longo de 2003 junto ao crescente descontentamento daqueles setores. O que lhe trouxe a ampliação de espaços de debates em várias partes do país, no qual pode explicar suas principais idéias sobre governo, reformas e propostas políticas.

Da crítica à reforma da previdência, «anti-trabalhador e pró-sistema financeiro», passan-

do pela crítica à reforma tributária, não faltando inclusive a crítica à política externa considerada como «a crença no livre comércio, em áreas de mercados livres, na contramão da rica experiência latino-americana, teorizada brilhantemente por Raúl Prebisch e Celso Furtado»⁸. Tornaram-se constantes as referências a Prebisch e Furtado, é o retorno ao mito do desenvolvimento econômico autônomo tão propugnado pela corrente cepalina, matriz ideológica latino-americana que sustentou o nacional-desenvolvimentismo.

Seu desligamento do Partido dos Trabalhadores apresenta-se no mesmo contexto da expulsão dos radicais petistas. Isso não ocorre de maneira ocasional. Oliveira e outros intelectuais acadêmicos manifestaram-se em diversos debates contra as formas «antidemocráticas» como estavam sendo tratados os parlamentares que discordavam da linha petista. Manifestou-se contra a punição dos oito deputados que se abstiveram na votação do projeto da previdência, como também contra a eminente expulsão dos parlamentares petistas. Por último, atuou como testemunho de defesa dos radicais, na Comissão de Ética petista, reunida no dia 12 de dezembro de 2003.

A tradição teórica configurada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), lhe impôs a peia da escola. Esse centro de pesquisa tornou-se a principal instituição acadêmica desde 1969 onde se desenvolveu seus principais temas sobre a teoria do autoritarismo e a democracia, sociedade civil e distribuição de renda. Na realidade, uma maneira de compreender a realidade social e econômica brasileira, sua inserção no plano internacional, a composição e papel do Estado Nacional brasileiro, e a configuração das classes sociais e da industrialização no país está em muito marcada por essas referências intelectuais. A interpretação sobre a ditadura militar, a sociedade civil e a democracia que iria se tornar hegemônica sobre as forças oposicionistas, inclusive entre as correntes de esquerda marxista, pode ser representada na elaboração teórico-política hegemônica no CEBRAP.

Suas pesquisas e elaborações na área de ciências sociais desenvolvem-se há mais de trinta anos, entre as quais podemos citar: Crítica à razão dualista (1972), Elegia para uma re(l)igião (1984), O surgimento do anti-valor (1988), Os direitos do antivalor (1988). Esses são alguns textos que lhe referenciam a posição de intelectual. Durante os anos de ditadura militar, ao lado de outros intelectuais do CEBRAP chegou a ser preso acusado de comunista. Também esteve presente em projetos editoriais da então imprensa alternativa, como no Movimento e no Em tempo, em sua primeira fase (1977-1979). Logo a frente, esteve na fundação do Partido dos Trabalhadores.

O rompimento do intelectual com o PT e o Governo Lula é certamente um fato marcante no atual campo da Frente Popular. Essa história reforça sua imagem de intelectual crítico e de esquerda, que em anos anteriores o trans-



formou em figura respeitável entre setores da esquerda, especialmente entre a intelectualidade orgânica petista. Oliveira esteve sempre no campo político da Articulação petista. É possível verificar em suas posições uma análise que perpassa por uma perspectiva ideológica frentepopulista. Exemplo disso foi seu posicionamento diante das eleições indiretas para presidente da república, em 1984.

Naquele período, Chico de Oliveira manifestou-se favorável ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves. Suas posições são interessantes para compreendermos sua trajetória teórica e ideológica, como também seu posicionamento atual.

O «apoio crítico» a Tancredo Neves seria porque se inviabilizara uma terceira alternativa política, que seriam as eleições diretas para presidência da República. Nesse sentido, para Oliveira, naquele cenário político apenas existiriam duas forças: um grande centro conservador e uma força burguesa reacionária em torno de Paulo Maluf. Esse apoio crítico equilibraria a direção política do governo⁹. Para isso, defendia Oliveira, seria necessária a composição de um bloco envolvendo «o PT, a esquerda indepen-

dente do PMDB, cuja figura central - todo mundo sabe - é o senador Fernando Henrique, deveriam traçar uma estratégia - incluindo o PDT do governador Leonel Brizola, que não é um gato morto, de nenhum jeito. Esse conjunto de forças deveria barganhar com um governo conservador como o Tancredo Neves vai ser, se tudo correr bem e se não houver nenhum retrocesso no caminho»¹⁰.

A pressão política sobre o «governo conservador» ocorreria nos problemas sociais da maioria da população, inclusive negociando «o controle na repartição das áreas de força, o controle dos ministérios sociais, porque eu estou convencido que é pelo lado social que se vai mudar o modelo»¹¹. Acreditava que pelo lado social mudaria-se o modelo econômico, como ele analisa o que teria ocorrido nos países europeus, a partir da constituição do Estado de Bem-Estar Social. O velho aliancismo político de classe apresentava-se com suas cores, agora não mais somente como Partido Comunista mas por dentro de uma esquerda política dentro do PT.

O fim do proletariado como sujeito revolucionário

Com argumentação no mínimo pífia, mas que retrata suas posições teóricas, Oliveira naquele período também afirmava que estaríamos vivendo em «uma sociedade de massas», que em decorrência da ação dos meios de comunicação significava, na verdade, «uma sociedade cujo processo estruturante é o de negação da identidade social e política dos sujeitos históricos»¹².

Essa formulação que o acompanha ao longo de sua produção teórica, tem como base a seguinte argumentação: a constituição do valor da mercadoria no capitalismo contemporâneo ocorre através do fundo público e não mais através da mais-valia. A teoria do valor-trabalho, desenvolvida nas análises de Marx, não teria mais importância determinante. O fundo público constitui-se através de uma série de impostos que deslocados para segmentos da produção, como também em forma de salários indiretos (férias, 13º salários, lazer, educação), possibilitariam a repro-



dução ampliada do capital como também da força de trabalho. Essa tese toma como base o estado de bem-estar social. Quanto às classes sociais, elas não visariam mais a negação em seus projetos mas sim o conflito e diálogo¹³.

As camadas sociais médias realizariam o papel de mediadora institucional desse fundo público, no sentido de realizar sua distribuição. Dessa maneira serviria como mediadora do conflito entre as classes sociais fundamentais (proletariado e burguesia).

Chico de Oliveira analisa o quadro político e econômico do país contemporâneo como o resultado de uma explosão das relações sociais: «O trabalho está jogado às traças. Não dá para voltar às velhas formas». E mais: «é preciso transformar a pobreza em classe, para fazer disso a força material. Se você radicaliza a questão do custo social, você lhe dá materialidade, aí nas contas do Estado. E essas contas do Estado terminam confrontando com o capital. É preciso fazer crescer essa despesa a ponto de criar um novo mercado»¹⁴. Então, a estratégia não pode ser a de reduzir os custos sociais. Tem que ser aumentar esses custos, para que eles se transformem em um obstáculo de fato, para poder a pobreza ser transformada em classe – em classe quer dizer, em interesses».

No ensaio *O onitorrinco* refere-se ao surgimento de uma nova classe social, constituída por administradores de fundos de pensão¹⁵. Não são burgueses propriamente porque eles não têm a propriedade nem eles são gestores das empresas privadas. Eles estão no ponto crucial, onde o capital privado busca recursos para acumular. Esse ponto crucial são os fundos estatais, de um lado, e os fundos institucionais, de outro.

Esses administradores seriam «representações de classe», ao lado também de gestores da tecnocracia estatal. Os recursos do fundo público seriam administrados por uma categoria, que adviria das classes médias que mediariam a distribuição social. O sujeito político central na sociedade contemporânea, portanto, seria essa nova classe social. A formulação dessa tese já tem certo tempo, como vimos anteriormente.

Oliveira não tem muitas alternativas políticas, nem perspectivas. Seu mais longínquo horizonte é a social-democracia, o Estado de Bem-Estar Social. Mas ao mesmo tempo, «macaco velho que é» percebe distorcidamente que tal horizonte é utopia em países como Brasil e América Latina, ao mesmo tempo que nos países europeus. Para ele tornam-se nebulosos os sujeitos políticos. A classe trabalhadora aparece em seu texto se desintegrando, através do desemprego, que para ele não será minimizado com as tais promessas de crescimento econômico. A razão para essa posição, ele aponta: crescimento em setores de ponta ocorre através de maquinarias próprias da «revolução tecnológica». O questionado «trabalho informab», que ele corretamente critica, ampliaria somente uma nova forma de acumulação de capital, que justamente aconteceria com a extração da mais-valia através das diversas formas de relações precarizadas de trabalho: terceirizações, temporários, redução de jornadas de trabalho até o camêlo vendendo bugingangas nas esquinas.

Alternativa revolucionária ao frentepopulismo

A ideologia frentepopulista com perspectiva de combate procura se constituir e configura um partido político em direto enfrentamento com o atual governo.



Mas jogando suas principais energias na consolidação do regime político dentro do qual vislumbra acumular forças e chegar ao governo. Depois de um curto período de questionamento, essa ideologia explicita-se com toda força na realidade política brasileira. A ironia da história: parte dos que retomam essa perspectiva foram os mesmos que, em outras épocas, realizaram intensa crítica ao aliancismo político dos comunistas. Há duas décadas atrás discutia-se que o principal erro da esquerda brasileira no período que precedera o golpe militar de 1964 fora o aliancismo de classe e a burocratização sindical.

Para a esquerda revolucionária cabe romper com essa ilusão. Romper com essa ideologia, em primeiro lugar, é negar de vez por toda a base ideológica da «teoria do campo burguês progressista»¹⁶ que permite consistência ideológica à frente popular no Brasil. Verificamos ao longo desse texto como historicamente se manifestou essa matriz advinda dos partidos comunistas. Também pudemos apontar suas implicações no campo de força política dentro do PT. Trazer para o centro de sua atuação a denúncia sobre a natureza de classe de tal governo. Esse é o eixo principal que lhe cabe conduzir política e ideologicamente no próximo momento histórico. Deve-se compreender, a luz inclusive das experiências históricas sobre Frente Popular e governo supostamente de «unidade nacional» no país e internacionalmente, que tais conjunturas históricas operam através dessas ilusões burguesas como «desarmamento» ideológico e organizativo dos trabalhadores, em seus diversos segmentos. Falar que «operam» tem um sentido político muito concreto, se pensarmos como foi colocada a burocracia sindical e petista no apaziguamento da luta de classes no país, ao longo dos anos 90.

O elemento principal determinante nessa conjuntura que se desvela encontra-se no movimento de massas, que possibilita a reorganização política dos trabalhadores. A construção de um partido revolucionário, de âmbito nacional e de caráter internacionalista, de quadros e de massa, apresenta-se como necessidade histórica. Sua construção ocorre nos combates na luta de clas-

ses, a partir das reivindicações mais concretas do proletariado, de conteúdo antiimperialista e articulada em um sentido plenamente socialista, revolucionário e anti-regime burguês. 

Notas

- 1 Entrevista à revista Reportagem, fevereiro de 2003.
- 2 Entrevista ao Jornal do Brasil, 21 de dezembro de 2003.
- 3 Manifesto Esquerda Socialista e Democrática, 19/01/2004.
- 4 Eduardo Almeida, Um novo partido velho, Opinião socialista, n.167, p.4-5.
- 5 Partido Comunista Brasileiro, Declaração de março de 1958, p.22. In: PCB: vinte anos de política (1958-1979).
- 6 Leandro Konder, A democracia e os comunistas, 1980, p.94.
- 7 Idem.
- 8 Entrevista à Reportagem, fevereiro de 2003. Raúl Prebisch foi o fundador da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL). Celso Furtado também participou dessa Comissão que visava centralmente estabelecer o que se chama de base de um projeto nacional-desenvolvimentista. É interessante observar como em diversos espaços intelectuais e políticos retornam as idéias, propostas e lembranças de 50 anos atrás.
- 9 Em entrevista ao Estado de São Paulo, publicada em 10 de junho de 2003, Oliveira considera que «o PT errou quando expulsou os três deputados que votaram no colégio eleitoral (José Eudes, Bete Mendes e Airton Soares) e nunca reconheceu esse erro. Voltou a errar ao não subscrever a Constituinte e ao não apoiar Luiza Erundina quando ela integrou o ministério de Itamar Franco. Já erramos muitas vezes e podemos continuar a errar. O PT deveria se arejar». Oliveira refere-se aos três deputados federais petistas que, contrariando a posição do partido, nas eleições indiretas para Presidência da República, via Colégio Eleitoral, em 1984, na disputa entre Tancredo Neves e Paulo Maluf, votaram no primeiro nome.
- 10 Entrevista concedida por Francisco de Oliveira ao jornal Folha de São Paulo, 13/10/1984.
- 11 Idem.
- 12 Idem, ibidem.
- 13 Francisco de Oliveira, «O surgimento da teoria do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público», Novos Estudos Cebrap, n.22, outubro de 1988, pp.8-28.
- 14 Entrevista à revista Reportagem, fevereiro de 2003.
- 15 OLIVEIRA. Crítica à razão dualista. O onitorrinco, 2003.
- 16 Nahuel Moreno, A traição da OCI, 1982, mimeo.

Depois das eleições regionais, qual deve ser a política da extrema esquerda na França?



ROBERT PARIS

Membro da Fração Etincelle de Lutte Ouvriere, França

Tradução Delfine Eyraud

A vitória da esquerda na França - o Partido Socialista, seus aliados radicais, os Verdes e o Partido Comunista - parece completa: ela ganhou com maioria absoluta dos votos do segundo turno, o que nunca tinha acontecido antes em eleições regionais. Ganhou em 24 das 26 regiões, algo também inédito tanto para a direita como para a esquerda.

Com certeza, a mudança da lei eleitoral colaborou bastante para esse resultado. Nestas eleições, ainda mais do que nas anteriores, a nova lei eleitoral eliminou os pequenos partidos (que não obtiveram 10% dos votos no primeiro turno, sendo a principal vítima a extrema esquerda) ou forçou-os a coligarem-se aos grandes partidos, à UMP1, no caso da direita, ao PS2 no caso da esquerda. Obviamente, nem o PCF, nem os Verdes, para não falar dos Radicais e do partido de Chevènement3, precisavam ser forçados pelo sistema para capitularem ao PS - como já fizeram no passado -, pois para eles estão em jogo alguns cargos de deputados ou de ministros.

Cedo demais, rápido demais, amplo demais...

Apesar de tudo, o PS, que sofreu uma derrota eleitoral há dois anos, voltou à ribalta. A decadência e grandeza do sistema eleitoral democrático burguês! Depois desses dois anos de travessia no deserto, podíamos esperar que nossos políticos de esquerda pulassem de alegria. Pelo contrário, eles mantiveram um tom modesto e humilde, não só após o primeiro turno, mas também depois da esmagadora vitória no segundo turno. Se esta atitude se podia esperar após o primeiro turno, demonstrando assim uma preocupação com o eleitorado, ela não se compreende depois o resultado final.

De forma quase unânime, o PS - os velhos elefantes e os jovens lobos -, deu a impressão que a vitória tinha chegado cedo demais, rápido demais e ampla demais. Seu constrangimento é compreensível. Sua estratégia nos últimos

dois anos (esquerda e direita aplicam-na há séculos, quando estão respectivamente na oposição) foi simples.

Depois do descalabro eleitoral de 2002, a idéia era fazer o mínimo, esperar e deixar a direita governar. Esperar que esta se desgastasse, perdesse toda a credibilidade no governo e seus erros apagassem o lamentável balanço da esquerda no poder, para que de novo o eleitorado votasse no PS. A isto chamam alternância no poder.

Com todas as benesses ao patronato, os ataques contra o povo e os assalariados (dos desempregados aos cientistas, dos servidores públicos aos professores), Raffarin⁴ passou a perna no PS, surpreendendo-o.

Na verdade, os socialistas não achavam ruins as reformas de Raffarin; era menos trabalho sujo para eles quando voltassem ao poder. Não foram uma oposição coerente nem mobilizadora contra as reformas. Mas, com a intensificação das reformas de maneira drástica, Raffarin fez as coisas se precipitarem.

Jospin precisou de cinco anos para queimar a esquerda e empurrar os eleitores para a direita ou a extrema direita. Ao passo que Raffarin só precisou de dois anos para que sua política fosse rejeitada pela maioria dos eleitores. Daí a esquerda pareceu mais atraente do que o governo de direita. Contudo, os votos hoje para a esquerda não manifestam a confiança dos eleitores.

Segundo os cálculos de Lutte Ouvrière (2/4/2004), uma parte dos eleitores da extrema direita no primeiro turno votou na esquerda no segundo turno. Em oito dias, passar de Jean-Marie Le Pen (Front National) a François Hollande não demonstra confiança nem no primeiro, nem no segundo. Apenas indica que alguns procuram o voto mais eficaz contra Chirac, Raffarin e sua política. Votaram na esquerda, porque ela podia derrotar a direita no segundo turno. O mesmo se poderia dizer dos que votaram na extrema esquerda no primeiro turno, já que uma boa parte votou na esquerda no segundo turno. E também dos abstencionistas e dos votos em branco, em menor número no segundo turno.

Tudo, menos assumir a responsabilidade!

A maioria dos eleitores se colocou contra a política de Raffarin e entregou o poder regional à esquerda. Não é muito, mas também não é pouco. Mas os dirigentes do PS, como demonstram suas primeiras reações, não pretendem superestimar esse honra, nem suas responsabilidades.

Com certeza, não é preciso ressaltar o quão ridícula foi a sua indignação ao ver Chirac manter Raffarin no poder. É uma «falta», afirmou alguém; «O presidente é autista, surdo», acrescentou outro; «É um desprezo total dos eleitores» concluiu outro. E todos denunciaram o «escândalo». As denúncias foram vigorosas, mas só mostraram a fraqueza das propostas da esquerda. De fato, se Chirac «não ouve», teriam que chegar à conclusão que não basta mais se lamentar. E para quem ficou com a maioria dos votos, teria que pensar num outro jeito de ser ouvido, sem ser por meio das urnas. Longe de chegar a essa conclusão, os socialistas dizem que, na verdade, colocar de volta Raffarin no poder é um escândalo porque Chirac «arrisca a aprofundar a crise de confiança [...], as tensões e os conflitos».

É evidente que o PS pretende continuar com a mesma estratégia que aplicou durante esses dois últimos anos: deixar a direita fazer o trabalho sujo, ficar se lamentando e esperar até 2007, o ano das presidenciais e das legislativas, para talvez voltar ao poder. Essa estratégia não provém de uma preocupação excessiva com o respeito à suposta legalidade republicana, como sugerem alguns comentaristas, mas sim do fato de que a esquerda não tem nenhuma outra política a propor, exceto a aplicada por Raffarin.

Assim, quanto às demissões coletivas que estão se multiplicando, não era por acaso Jospin que, primeiramente, afirmou que o governo não podia fazer nada contra as decisões dos grandes patrões, quando estes queriam fechar uma fábrica ou colocar na rua os trabalhadores? E quanto à reforma da aposentadoria, não tinha sido elaborada quinze anos atrás, durante os governos Rocard e Mitterrand? Mais ainda: Jospin nunca quis abolir as primeiras medidas «Balla-

dur» da direita, que aumentaram o número de anos de trabalho para o setor privado. Por último, em relação à reforma da Previdência, todos os prováveis candidatos de 2007 do PS (Strauss-Kahn, Fabius e os outros) afirmam que é necessária, mesmo acrescentando agora que ela deve ser feita de modo justo, mas sem dizer como.

Foi o próprio Hollande5 o primeiro a confessar. Na noite do primeiro turno anunciou que agora que os eleitores tinham escolhido o PS, o partido ia definir com muita urgência o seu programa. E três dias depois anunciava a criação de uma comissão para a elaboração de um projeto socialista para 2007.

Assim, o PS chamou os eleitores a rejeitar a política de Raffarin, sem ter uma outra proposta! Nem sabia o que ia fazer! Pareceria muito ingênuo, se aquilo não fosse uma grande manipulação. Quando Hollande explica que daqui para frente a tarefa do partido é definir um programa e reformas «justas», trata apenas de ganhar tempo e enganar os eleitores de hoje. Dar tempo ao tempo como dizia o truculento Mitterrand. Hollande faz melhor hoje: dá tempo a Chirac e a Raffarin para que façam as reformas contra as quais se revoltam hoje os trabalhadores. E daqui a três anos, se os eleitores foram gentis demais para votar de novo no PS, este explicará que não se pode voltar atrás e cancelar as reformas já aprovadas. Exatamente como Jospin não cancelou as reformas «Balladur» contra as aposentadorias.

A extrema esquerda na luta?

Mesmo se arriscamos passar, de novo, por otimistas incorrigíveis, nos parece que a extrema esquerda, depois das eleições regionais, não está em má situação. Pelo contrário. Claro, muitos militantes e simpatizantes, em particular os que participaram da campanha, ficaram decepcionados com os resultados. Por sua vez, os comentários da esquerda, aliviada depois do temor a ser prejudicada pelos resultados, evocaram nossa estagnação e nosso «insucesso».



A preocupação da esquerda antes da eleição e seu alívio depois (alívio pela extrema esquerda ter obtido... 5% dos votos!, resultado mais ou menos igual ao das eleições precedentes, considerado na época um sucesso político) mostram que a extrema esquerda tornou-se uma força política de primeira grandeza. Com certeza, muitos eleitores, incluindo os que olham com simpatia a extrema esquerda ou tinham votado a favor dela nas eleições passadas, preferiram desta vez dar o seu voto à esquerda. Mas as reações registradas pelos nossos militantes revolucionários entre a população e nas empresas não indicam nenhuma desaprovação à extrema esquerda.

Entre esses eleitores, ninguém desaprova o fato de nós nos apresentarmos contra a esquerda. Ninguém nos critica pela «divisão» que estaríamos fazendo dentro das forças de esquerda, como era o caso antes. Ninguém desaprova a nossa indicação de voto no segundo turno - ou melhor, a nossa ausência de indicação -, apesar de muitos terem ido, sem dúvida, votar na esquerda no segundo turno. Tudo isso deixa claro que o voto deles para a esquerda foi feito com muita reserva; e deixa claro, também, que as ilusões e a expectativa em relação à esquerda são muito limitadas.

Até os dirigentes do PS parecem compartilhar esse sentimento! Segundo o jornal *Le Monde* de 1º de abril (e não é brincadeira...), Hollande teria dito à imprensa: «Não quero que a rua tome o lugar das urnas».6 Ele confessa publicamente as suas preocupações em relação à eventual impaciência dos eleitores, e as suas próprias dúvidas sobre as ilusões do povo na utilidade de apenas votar. Para nós, isso indica, sobretudo, que tipo de política a extrema esquerda vai poder desenvolver no próximo período.

Primeiro, continuar, é óbvio, a defender a linha da luta de classes sem concessões contra todos os adversários do mundo do trabalho: o patronato, o governo e todos os seus lacaios políticos. As próximas eleições europeias são uma ocasião a mais para desenvolver uma política sem compromissos, independente de todos os partidos de governo da direita e da esquerda.

Depois, denunciar as fórmulas enganosas do OS, que tenta adotar uma postura de oposição (o PCF, na sua vontade de parecer diferente, procura ser um pouco mais incisivo, um pouco mais claro, mas nem sempre consegue), de resistência contra o atual governo, sem ter que arriscar nada. Por exemplo, o PS diz: temos de reverter as «reformas injustas», «renegociar as medidas antipopulares». E defende «reformas justas», sem dizer quais. São formulas que, muitas vezes, no passado, anunciaram concessões ou traições.

«Renegociar» as medidas antipopulares verdadeiramente, seria exigir:

- retorno aos 37 anos de trabalho para o direito à aposentadoria para todos;
- fim das diminuições de reembolso das despesas de saúde e o fim do aumento das cotas salariais obrigatórias para a previdência social;
- abolição das medidas criminosas, como as reduções das indenizações aos desempregados, entre outras;
- fim das subvenções ao patronato e todo o dinheiro público voltado para o emprego e a melhoria dos serviços públicos;
- fim de todos os planos sociais de demissão coletiva;
- reajuste salarial de 300 euros para compensar as perdas reais de salário dos últimos vinte anos.

Acabar com as reformas injustas seria impor todas essas reivindicações

A esquerda se prepara para pedir ao eleitorado uma nova derrota da direita nas urnas (como disse Melenchon, representante da esquerda), nas próximas eleições europeias, votando no PS e em seu programa tão vago como o das regionais, sem consistência, nem engajamento. A extrema esquerda tem tudo interesse em começar uma campanha sistemática, propondo as reivindicações colocadas acima, a todo o movimento operário, sem esperar a campanha oficial das eleições europeias (aliás, essa seria uma boa forma de prepará-la).



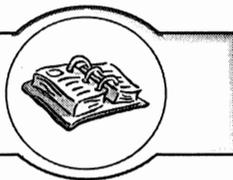
De fato, se não se pode tratar de aliança eleitoral com partidos de governo, mesmo se eles dizem que são de esquerda, sob pena de distorcer a nossa mensagem revolucionária. Não significa que a extrema esquerda não possa juntar-se na rua (como nas greves ou em todas as lutas) a todos os que são contra esse governo, contra os patrões e sua política reacionária. E melhor ainda, para mostrar a todos os trabalhadores e militantes de esquerda, sindicalistas e militantes associativos, que a extrema esquerda quer a unidade com eles, a unidade nas lutas, ela poderia tomar a iniciativa e propor essa unidade de luta, aproveitando a credibilidade que conquistou nesses últimos anos, e que o resultado dessas eleições não diminuiu.

Por exemplo, por que Lutte Ouvrière e a LCR7 não propõem a todos os partidos de esquerda, aos sindicatos e às associações que queiram defender trabalhadores e desempregados, organizar juntos as manifestações do próximo Primeiro de Maio? Há dois anos, muitas dessas organizações participavam juntas em um Primeiro de Maio que, de fato, foi um apoio ao voto Chirac. Dois anos depois, não deveria ser muito difícil organizar um «Maio» em defesa das reivindicações dos trabalhadores, dessa vez contra Chirac.

Poderia ser um primeiro passo para começar a reverter a relação de forças e preparar-se para derrotar o governo de fato. E colocar «na parede» os mentirosos de esquerda. 🌐

Notas

- 1 UMP: maior partido de direita, impulsionado por Jacques Chirac.
- 2 PS: Partido Socialista, partido social-democrata dos governos Mitterrand e Jospin.
- 3 Chevènement: dissidente do PS, que se apresentou com um novo partido nas últimas eleições presidenciais.
- 4 Raffarin: primeiro-ministro do governo Chirac que foi mantido no cargo apesar da derrota eleitoral nas eleições regionais e do repúdio massivo da população à sua política.
- 5 François Hollande, presidente do PS.
- 6 Alusão à frase do governo antes das eleições, que deixou claro, frente às mobilizações de massa, que não ia negociar: «Não é a rua que governa».
- 7 I.C.R: Liga Comunista Revolucionária, ligada ao SU. As duas organizações se apresentaram juntas nas eleições regionais.



 JONAS POTYGUAR

A atualidade de Lenin aos 80 anos de sua morte

Tempos de confusão	81
O imperialismo abre uma época de guerras e revoluções	86
O Estado e a Revolução	93
Insurreição e órgãos de poder operário	96
Ditadura do proletariado e democracia "pura"	100
Partido revolucionário leninista ou partido de "simpatizantes" filiados?	105
O movimento operário é internacional por natureza. Viva a Internacional!	112



A atualidade de Lenin aos 80 anos de sua morte



JONAS POTYGUAR

Membro da Direção da Liga Internacional dos Trabalhadores LIT-QI

Tempos de confusão

Sempre que ocorrem fatos de magnitude histórica ocorrem vacilações, confusões e deserções nas fileiras do movimento operário mundial. A derrocada da URSS foi um desses fatos.

O imperialismo conseguiu reabsorver no sistema capitalista o conjunto dos ex-Estados operários, que se haviam estendido a um terço da humanidade. Não o fez com a contra-revolução armada, mas sim, utilizando, nos países mais importantes do Leste europeu, a “democracia” ou mais precisamente a “reação democrática”.¹

Em sua arrogância imperial e fundamentalista católica, Bush expressa essa “aura democrática”: “A liberdade é o dom do Todo-poderoso a todos os homens e mulheres do mundo. E como maior super-potência sobre a face da terra, temos a obrigação de ajudar a disseminar a liberdade”.

O imperialismo sempre conquistou o mundo em nome da liberdade. Mas aprendeu depois de muito penar a utilizar o regime democrático burguês (parlamentarismos, eleições regulares, democracia formal), como forma efetiva de derrotar revoluções. Aprendeu isto depois da catástrofe das duas grandes guerras (nas que quase perdeu o controle do mundo em ambos pós-guerras), depois com a derrota frente a uma pequena ilha (Cuba) e, posteriormente, em um pequeno país: Vietnã. Fez uma mudança de orientação e, deve-se reconhecer, conseguiram importantes vitórias.

Hoje a democracia está na moda: desde a cabana do camponês mais pobre do planeta até a mansão mais luxuosa do presidente de uma transnacional, passando pelas escolas, universidades, sindicatos, igrejas, associações de bairro, reservas indígenas “preservadas”, até os salões beneficentes das damas da sociedade, a democracia burguesa se expande como um rastrilho de pólvora.

Não é porque as pessoas acreditam no discurso de Bush. Na verdade, acham graça nele. O processo foi outro e não é “ideológico”, mas material. O imperialismo utilizou seu domínio da economia e da política mundial para **corromper** um setor acomodado do movimento operário e socialista mundial.

O imperialismo utiliza seu poder econômico como uma teia de aranha para corromper a vanguarda das lutas: cria em primeiro lugar uma “aristocracia operária” em seus próprios países, distribuindo uma pequena parte de seus lucros extraídos, melhor dizendo, roubados, dos países pobres, para tranquilizar

sua “retaguarda” com a “paz social”, que durou 50 anos nos países avançados e se concretizou no que ficou conhecido como “estado de bem-estar social”. Por outro lado, seu domínio do mercado mundial e o isolamento dos países que romperam com o capitalismo (URSS, China, Cuba etc.) favoreceram a burocratização de milhões de dirigentes desses estados. Para o restante dos países pobres, utiliza os parlamentos, sindicatos, centrais sindicais, igrejas, comissões de empresa, ONGs etc. para corromper os dirigentes sociais, operários e camponeses.

Este processo material é o que permite o novo encanto pela “democracia”, que é a **ponte de prata** utilizada por este setor para passar-se para o lado da burguesia, ou seja, do imperialismo.

Mas esses dirigentes não podem dizer claramente que mudaram de lado, porque perderiam imediatamente sua ascendência sobre os operários e camponeses pobres e portanto perderiam seu “valor” para o imperialismo, o de frear, sufocar, dilapidar, reprimir, desorganizar, confundir e finalmente desmoralizar o movimento operário.

Por isso, esta gangue de tráfugas faz como o polvo: para mimetizar-se e esconder sua verdadeira cara, destila uma substância colorida e chama essa democracia de “pura”, “universal”, “sem limites” etc, para esconder o fato de que essa “democracia” é, de conteúdo, a ditadura burguesa e imperialista.

A democracia, desprovida de seu intrínseco caráter de classe (democracia burguesa ou democracia operária) é um remédio que, na boca desses desertores que passaram para o lado do inimigo, serve para todas as chagas da humanidade: serve esplendidamente para a dominação do imperialismo (que aparece com uma cara “civilizada” diante dos bárbaros subdesenvolvidos) e serve para “adormecer” milhões de escravos modernos. Hoje é um verdadeiro “ópio” do povo, única forma de suportar as dores atrozes provocadas pelos estertores cancerígenos do sistema imperialista.

Como produto dessa corrupção da parte “cúpula” do movimento operário e camponês mundial, a velha social-democracia, hoje repre-

sentada por pessoas como Blair, Schroeder ou Jospin, não passa de cão de guarda da burguesia. O vergonhoso papel de Lula no Brasil, muito bem apelidado por James Petras como “tali-bán neoliberal”, é exemplo disso.

Os Partidos Comunistas, com raríssimas exceções, passaram de mala e cuia para o bando do capitalismo e do imperialismo (ianqui ou europeu). Transformaram-se em partidos burgueses e social-democratas, refletindo a passagem para a restauração capitalista dos PCs de todos os ex-Estados Operários burocratizados. Converteram-se em “empresários” como única forma de manter seus privilégios, já não como casta, mas como burgueses. São novos adeptos da democracia “pura” depois de afogar seu povo durante 60 anos nas ditaduras “puras” stalinistas.

Este “vendaval oportunista” arrasta também os marxistas, inclusive muitos trotskistas (principalmente a maioria do SU, Secretariado Unificado da IV Internacional) que, para “confraternizar” com a multidão “democrática”, se desfaz de suas armas de guerra (a necessidade da violência revolucionária, a ditadura do proletariado, o partido combativo centralizado democraticamente, a Internacional revolucionária, ou seja, os eixos do programa marxista) e põe e oferece sua contribuição à torrente reacionária: a democracia “sem limites” e a construção dos chamados partidos “anticapitalistas”, saco de gatos onde entram ministros de governos burgueses e revolucionários genuínos. “O bom filho à casa torna”: os intelectuais e “boêmios” da classe média européia, depois de um longo giro em que namoraram o stalinismo, o castrismo, o nacionalismo burguês, o guerrilheirismo, agora voltam a seu “ninho” de classe, sem passar pela escola da revolução proletária.

Todo este setor se ajoelha diante da democracia imperial para frear e desviar o curso da situação revolucionária que se encontra o mundo.

A democracia imperialista se despe das vestimentas de seda para calçar as botas da guerra colonial, em uma nova repartição do mundo, na **recolonização** do planeta. Esta situação põe a **revolução na ordem do dia** em vários países do mundo, particularmente nos países coloniais

e semi-coloniais, gerando guerras de liberação nacional muito potentes, como no caso do Iraque. Mas o ascenso revolucionário não chegou somente aos países “pobres”, mas se esparramou pelos cinco continentes. Os operários, camponeses e jovens começam a fazer um giro à esquerda em todo o mundo e se aproximam, ainda que de forma confusa, do programa marxista revolucionário. Mas justo nesse momento, setores de esquerda giram em direção ao capitalismo, à defesa da “democracia como valor universal”, à “democracia sem limites”, o que aumenta a confusão, a desorientação e as vacilações no seio do movimento operário mundial.

Precisamente as lições do bolchevismo e de seu máximo líder, Lenin, tratam destas questões fundamentais da revolução, do Estado, do imperialismo, da democracia, da ditadura, do oportunismo, do partido e da Internacional. As novas gerações revolucionárias têm a obrigação de apropriar-se dessa herança que lhes pertence e que é a garantia de sua vitória futura.



Leninismo: escola superior de estratégia revolucionária

O leninismo enriqueceu o marxismo em pontos chaves do processo revolucionário:

- a) a teoria do imperialismo;
- b) a gênese do oportunismo;
- c) a teoria da luta anti-colonial;
- d) a recuperação da teoria marxista referente ao Estado e a correta avaliação da democracia burguesa;
- e) o estudo e a prática da revolução e da insurreição e particularmente a relação entre greve geral de massas e a insurreição;
- f) a caracterização dos organismos de poder operário de tipo soviético;
- g) a aplicação prática da ditadura revolucionária do proletariado (como democracia de novo tipo, proletária) e a repressão mais impiedosa contra a ação contra-revolucionária da burguesia;
- h) a criação de um novo tipo de partido, combativo, para a luta revolucionária;
- i) a construção de uma Internacional revolucionária, centralizada democraticamente, de massas, para preparar e realizar a revolução mundial.

São as maiores contribuições feitas ao marxismo e foram produto não da inteligência de um intelectual isolado mas da generalização teórica de fatos, comprovados, de grande magnitude histórica. O marxismo saiu fortalecido de grandes combates revolucionários e da primeira guerra mundial como a ferramenta de luta do proletariado revolucionário contra os “servidores” da burguesia mundial no seio do movimento operário.

Н. ЛЕНИНЪ (ВЛ. ИЛЬИНЪ)

ИМПЕРИАЛИЗМЪ, КАКЪ НОВЪЙШІЙ ЭТАПЪ КАПИТАЛИЗМА.

(Популярный очеркъ).

СКАЛАЪ ИЗДАНИЯ:
Книжный склад и магазинъ „Мисль и Знание“
Петроградъ, Поварской пер., 2, кв. 9 и 10. Тел. 227—42.
1917 г.

O trabalho de Lenin é um marco na história. É uma herança da qual as novas gerações podem e devem apropriar-se para mudar o mundo. Lenin confirmou o marxismo como teoria científica na realidade, demonstrou a necessidade de uma teoria científica, o marxismo revolucionário, para dirigir a revolução.

O mérito de Lenin pode ser observado em suas próprias palavras:

“Criamos o tipo soviético de Estado, dando assim começo a uma nova época histórica universal, a época de dominação política do proletariado, que veio para substituir a época de dominação da burguesia.”²

As novas gerações de ativistas e revolucionários que entram na luta política têm que aprender com a experiência dos bolcheviques (que dirigiram a primeira revolução operária vitoriosa no mundo), da mesma forma que estes aprenderam com a derrota da Comuna de Paris em 1871. Nestas posições ideológicas se concentra toda a experiência histórica do proletariado revolucionário. Estas lições, como veremos, têm plena vigência.

“A teoria é cinza, verde é a árvore da vida”³

No final do século XIX, a Rússia estava entre dois mundos, duas épocas e duas revoluções. Tudo mudava, estava em transição. Estava encaixada entre a Europa imperialista e o mundo colonial. Entre a época reformista de desenvolvimento gradual (“pacífico”) do capitalismo em sua infância e a época imperialista, época de crises, guerras e revoluções. Se encontrava entre a revolução burguesa (na que a burguesia já abandonava sua própria revolução ao ocupar o poder nos países centrais e, com isso, já temia, acima de tudo, o proletariado) e a revolução proletária nascente, com um jovem proletariado, concentrado e vigoroso. E tudo isso sob as botas do tzarismo, uma autocracia cruel. Esta combinação de situações transitórias criou um novo tipo de partido, composto e dirigido por revolucionários, cuja figura principal foi Lenin, e que enriqueceram a teoria marxista, defendendo-a até as últimas conseqüências.

“A doutrina de Marx e Engels não é um dogma que aprendemos de memória. É preciso assumi-la como um guia para a ação. Isso é o que temos dito sempre, e creio que temos trabalhado de maneira conveniente, sem cair nunca no oportunismo, mas sim modificando nossa tática”⁴.

Atuando assim, sem cair no dogmatismo, foi que em abril de 1917 enfrentou-se com os “velhos bolcheviques” que, com o objetivo de conciliar com o novo governo “socialista” surgido da revolução de fevereiro, queriam continuar utilizando a histórica bandeira bolchevique de “ditadura democrática do proletariado e do camponado”.

Lenin respondeu: “O marxismo exige de nós a análise mais exata, objetivamente comprovável, da correlação entre as classes e peculiaridades concretas de cada momento histórico. Nós, os bolcheviques, sempre procuramos ser fiéis a esta exigência, indiscutivelmente obrigatória do ponto de vista de toda fundamentação científica da política... Nossa fórmula envelheceu... a revolução burguesa ou democrático-burguesa na Rússia chegou ao fim. O ‘Soviet de deputados operários’ já é a realização, imposta pela vida, da ‘ditadura democrática revolucionária do proletariado’... Na vida real, as coisas já ocorrem de outra maneira: produziu-se um entrelaçamento entre um e outro de uma forma extraordinariamente original, nova e inaudita... Este eixo não encaixa nos esquemas antigos. É necessário saber adaptar os esquemas à vida...”⁵.

A partir daí vai estudar esta nova forma de poder, o Soviet, e como precisamente deve ser defendida e a serviço de quê. Quanto ao caráter da revolução e de seu governo, há um acordo completo entre Lenin e Trotsky sobre a questão do poder e o conteúdo da “teoria da revolução permanente”, segundo a qual o que havia que instaurar era uma “ditadura do proletariado”, com apoio do camponado pobre, como prólogo da revolução mundial.

Ou seja, guiado pela teoria marxista, e – como se pode comprovar nos 55 tomos de suas obras completas – profundamente respeitoso e rigoroso com tal teoria, Lenin soube, partindo dos fatos transcendentais do momento que lhe

coube viver, enriquecer o marxismo como nenhum outro jamais fez.

Conseguiu isso não apenas graças a seus méritos pessoais, é evidente, mas também porque viveu grandes ações de escala histórica, que são as que permitem enriquecer o marxismo, como teoria que se baseia nas transformações da vida, e o fez lutando duramente contra os revisionistas do marxismo que, também em seu tempo, foram uma legião.



Notas

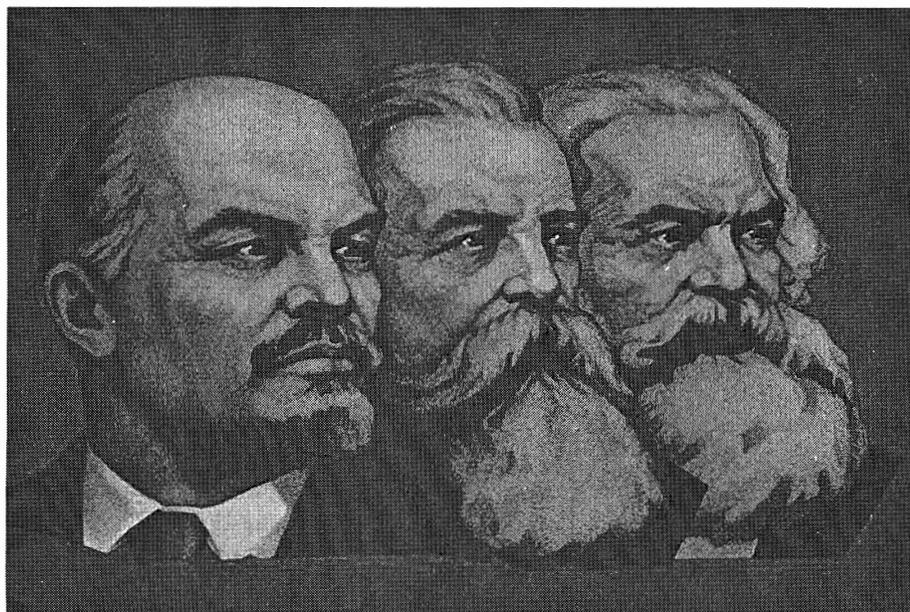
1 A restauração pela via da reação democrática se deu nos países mais importantes do Leste europeu. Não aconteceu o mesmo na China, Cuba, Coreia e na maioria das repúblicas da ex URSS.

2 Lenin, Obras Completas, em espanhol, tomo 44 página 435.

3 Frase de Mefistófeles, personagem da tragédia Fausto de J. W. Goethe

4 Lenin, O. C., tomo 37 p. 233

5 Lenin, O. C., tomo 31 p. 139



O imperialismo abre uma época de guerras e revoluções

Marx estudou detalhadamente o sistema capitalista, mas não chegou ver sua transformação em imperialismo. A maior contribuição de Lenin à teoria marxista é o estudo e a caracterização dessa etapa particular, superior, do capitalismo. Dessa análise da realidade do capitalismo mundial derivam praticamente todas as grandes estratégias do leninismo.

Lenin sintetiza sua análise da seguinte forma: “É preciso começar por definir, do modo mais exato e completo possível, o que é o imperialismo. O imperialismo é uma fase histórica especial do capitalismo, que tem três peculiaridades: o imperialismo é (1) capitalismo monopolista; (2) capitalismo parasitário ou em decomposição; (3) capitalismo agonizante. A substituição da livre concorrência pelo monopólio é a característica econômica fundamental, a essência do imperialismo. O monopolismo se manifesta de 5 formas principais: 1) cartéis, consórcios e trusts. 2) situação monopolista dos bancos.... 3) conquista das fontes de matérias primas por parte dos trusts.... 4) começou a repartição (econômica) do mundo entre os cartéis internacionais... 5) Terminou a repartição territorial do mundo (das colônias)!.”

Todos esses elementos se desenvolveram ao máximo hoje, na “globalização”, sem que haja mudado qualitativamente o sistema imperialista: o domínio do mundo por parte das transnacionais se está completando agora, com o furor neoliberal, com 3 ou 4 grandes transnacionais dominando cada um dos grandes setores produtivos (petroquímica, automobilística, informática, armamentista, alimentício etc.). Os bancos monopolizam o grosso dos lucros dessas grandes empresas, subjugando e reunindo o capital

“produtivo” e “especulativo”, sendo um dos eixos do neoliberalismo. A conquista das fontes de matérias primas e a repartição do mundo colonial já ocorreram há muito e se avizinha uma nova repartição, para que as transnacionais dominem mais diretamente, mais amplamente e mais profundamente os países coloniais e semi-coloniais. O que vemos é a recolonização do mundo, que também foi um dos eixos do neoliberalismo.

O imperialismo é um sistema mundial de opressão colonial e estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por parte de um punhado de países “avançados” a serviço de grandes empresas transnacionais e de um punhado de magnatas.

A internacionalização da produção atingiu níveis jamais vistos, colocando todo o planeta a serviço da produção de mercadorias, todo o processo produtivo fica extremamente coordenado (no interior de cada transnacional, sem acabar com a anarquia da produção capitalista) no âmbito internacional.

Para Lenin, esta mudança de etapa de capitalismo em imperialismo, representa também uma mudança de época histórica: ocorre a passagem da etapa da infância do capitalismo (a livre concorrência) de desenvolvimento relativamente “pacífico”, para a fase adulta (melhor dizendo, senil) dos monopólios, do imperialismo, uma época de grandes enfrentamentos de classes, de guerras e revoluções.

Este sistema de exploração e opressão, enquanto se apoie na propriedade privada dos meios de produção (as empresas privadas) não pode prescindir das guerras, que são resultado natural da guerra por mercados e por matérias primas. A

força das armas é a que decide em última instância as necessidades do sistema imperialista. Isto ficou demonstrado em duas guerras mundiais, em várias guerras contra-revolucionárias e guerras coloniais. Como prova mais recente basta observar a invasão do Iraque a serviço das transnacionais e bancos norte-americanos, cujos donos, no dia seguinte à tomada de Bagdá, fizeram festa.

Hoje, parece simples essa caracterização do imperialismo, mas naquela época, no início do século XX, imaginava-se, por exemplo, que o imperialismo era uma “política” e que não tinha profundas raízes na economia e no surgimento dos monopólios. Naquela época, muitos, incluindo Kautsky (já em 1915), diziam que se poderia mudar o “rumo”. É algo que repetem hoje aqueles que querem lutar contra o “neoliberalismo” sem lutar contra o imperialismo, como se o imperialismo não fosse um “sistema” e sim um linha econômica que com a mera substituição de Bush por Kerry se resolve. Mas se engana quem pensa assim. Em geral, os reformistas raciocinam dessa forma quando estão fora do governo e, quando chegam aí, reconhecem que “é inevitável a globalização”, depondo as armas, porque não quer lutar contra o sistema.

Nessa época (1915-1920) a grande polêmica foi com os reformistas “social-democratas”, os avós de Blair-Schroeder-Lula, que dirigiam partidos operários de massas, particularmente o partido alemão. Kautsky (um dos dirigentes mais importantes da social-democracia alemã, que era a “pátria marxista”) polemizou com Lenin oferecendo outra visão do processo de desenvolvimento do capitalismo. Sua teoria do “super imperialismo” defendia que a internacionalização do capital traria consigo a paz entre os povos a partir de uma harmonização da produção mundial, conquistada pelos trustes (as transnacionais de hoje). Ou seja, o enfrentamento entre os diversos imperialismos pela repartição do mundo seria suplantado pela exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido a escala internacional. De conteúdo, esta “teoria” tentava demonstrar o impossível: que as contradições se atenuariam em vez de acentuar-se, sob a dominação do capital financeiro. A realidade das guerras mundiais jogou por terra essa ilusão que servia, entretanto, para justificar a traição desses dirigentes que apoiaram “suas” burguesias na guerra imperialista.

Hoje, um italiano, Toni Negri, segue o mesmo caminho de Kautsky: para ele, já não há mais imperialismo; o que há é um “império do capital”, que já não tem nacionalidade nem casas matrizes, que se afastou de sua base territorial (Estado nacional), portanto, tampouco necessita mais do Estado como garantia dessas empresas que deixaram de ser ianquis, alemãs ou japonesas. Se atenuam as contradições do sistema e se avança para o controle por organizações supranacionais, como superestruturas do “império”.

Novamente, estas “teorias” não correspondem à vida real e representam uma capitulação ao imperialismo, pois trata de mascarar sua dominação.

O Estado imperialista é vital para garantir o domínio dessas empresas transnacionais, das quais 85% são dos EUA e da Europa. Para repartir o mundo e recolonizá-lo se necessita a força e por isso agora, cada vez mais, se utilizam as FFAA. imperiais (incluindo os capacetes azuis da ONU) para impor pela força o controle das fontes de matéria prima do planeta. Por isso, o Estado nacional ianqui tem hoje tropas em 180 países.



A “globalização” é nada mais que o “imperialismo” definido cientificamente por Lenin em 1916. Não é uma nova etapa do capitalismo, mas um passo a mais na internacionalização da produção mundial e um passo a mais em sua decadência.

A nova recolonização do mundo traz consigo as guerras coloniais e com elas prova a falsidade do argumento de Toni Negri. O Estado nacional continua forte e vigente em todos os países imperialistas como garantia do domínio do mundo por parte das empresas e bancos transnacionais. E não apenas isso, mas também os governos são agentes diretos dessas empresas, basta ver as relações “carnais” de Bush e seu staff com as empresas petrolíferas.

“O imperialismo é capitalismo agonizante”: muitos dizem que isso é exagero de Lenin, que a vida demonstrou que não é assim. Quem diz isso ou vive em uma redoma de vidro (porque mesmo vivendo nos Estados Unidos não se pode deixar de ver a decomposição e a pobreza de grandes setores da população, principalmente negros e imigrantes) ou é um fetichista que se ilude com a bela aparência da sociedade de consumo. Nesse caso, haveria que considerar, como disse Marx, que no capitalismo, a beleza das mercadorias se transmuta na destruição do homem e da natureza.

A alternativa para o mundo de hoje é o socialismo (destruição do imperialismo por uma revolução violenta dos trabalhadores do campo e da cidade) ou a barbárie imperialista das guerras e da destruição. Basta ver a fome e as epidemias em algumas áreas do continente africano ou os bolsões de miséria em cada uma das grandes cidades.

Como subproduto da ofensiva imperialista contra os povos em sua nova sanha recolonizadora e suas guerras de domínio colonial e de classe se está gestando uma situação revolucionária em todo o mundo, colocando na ordem do dia revoluções proletárias em vários países, começando pelos países coloniais e semicoloniais. O imperialismo, com toda a sua força, com o maior aparato militar jamais imaginado, não é capaz de derrotar países como o Iraque ou a Intifada palestina.

O movimento operário se divide entre reformistas e revolucionários

O advento do imperialismo mudou completamente o mundo. Inverteu toda “ordem” das coisas em todos os aspectos da vida. O imperialismo corrompeu uma parte do movimento operário, começando pelo topo, um setor da “aristocracia operária” e importantes setores da intelectualidade. Esse aburguesamento, que começou na Inglaterra, foi fruto da rapinha colonial que distribuiu uma pequena parte entre as classes oprimidas desses países imperialistas. Isso gerou uma camada de verdadeiros “agentes” da burguesia no movimento operário. “É a parte subornada com os super-lucros imperialistas”.

“A burguesia já deu à luz, criou e colocou sob seu controle ‘partidos operários burgueses’ dos reformistas em todos os países... do ponto de vista econômico, amadureceu e se consumou a passagem da aristocracia operária para a burguesia... Sobre a base econômica, as instituições políticas do capitalismo moderno – imprensa, parlamento, sindicatos, congressos etc. – criaram prêmios e privilégios políticos correspondentes aos econômicos para os empregados e operários respeitosos, mansos, reformistas... A burguesia imperialista atrai e premia os representantes e adeptos dos ‘partidos operários burgueses’ com lucrativos e tranquilos cargos em um governo, parlamento, comissões, direção de sindicatos operários... Nesse mesmo sentido, atua o mecanismo da democracia política.”²

Essa aristocracia operária comprada pelo imperialismo se converteu na base social dos partidos oportunistas de massas da II Internacional e apoio social da burguesia. Isso ficou demonstrado graficamente quando, em 1914, os grandes partidos operários de massas, marxistas, da Europa, apoiaram “suas” burguesias na primeira guerra mundial, abandonando o internacionalismo proletário definido no Manifesto Comunista e defendendo que os operários matassem outros operários, em defesa de “suas” pátrias.

Os eixos políticos dessa corrente oportunista se resumem em substituir a luta entre as classes pela colaboração entre as classes, a renúncia à ditadura do proletariado e a “defesa da demo-

cracia”, a renúncia à luta revolucionária e o eixo em ações “legais”, parlamentares e a falta de confiança na revolução.

O reformismo é uma corrente do movimento operário e social que a burguesia utiliza para enganar os pobres. Quando a burguesia “concede” reformas, sempre trata de suprimi-las assim que possível, e as utiliza para confundir, enganar, dividir os trabalhadores. Nenhuma reforma é suficientemente sólida para manter-se sob o capitalismo. A burguesia trata de corromper um setor da classe trabalhadora para perpetuar a escravidão assalariada. Mas, sempre, e isso foi demonstrado muitas vezes na história, as grandes reformas sempre são um produto colateral de grandes lutas e revoluções, nunca conquistadas por negociações de cúpula. Por exemplo, o ascenso revolucionário posterior à Segunda Guerra Mundial, que ameaçou tomar o poder em toda a Europa, obrigou o imperialismo a “conceder” o “Estado de bem estar social” que dura até hoje e que a burguesia europeia tenta destruir.

O reformismo (e os reformistas) de verdade nunca conseguem qualquer reforma séria. Pelo contrário, são os coveiros das reformas. Em todas as partes, as burguesias e os parlamentares (reformistas e neoliberais) negociam o fim das reformas em troca de 30 moedas.

A nova fase do capitalismo, a época de guerras e revoluções, com a corrupção de um setor da classe trabalhadora, gerou a divisão do movimento operário e provocou o fim do partido “único” da classe operária, que predominou em toda a época “pacífica” de desenvolvimento capitalista. Desde então, o movimento de massas se divide apoiando partidos reformistas (social-democratas), parlamentares, com funcionamento fraco, e o surgimento de partidos revolucionários, com funcionamento centralizado democraticamente. Além disso, surgiu uma gama de correntes intermediárias classificadas por Lenin como centristas ou reformistas “honestos”, que é o pior tipo de reformismo, porque com suas “boas” intenções, enganam melhor as massas.

Justamente os centristas são o último “dique de contenção” no sentido de afastar a vanguarda revolucionária da tarefa de construir um genuíno partido leninista. Como os grandes reformistas se queimam rapidamente diante das massas por causa de suas traições evidentes à luta do proletariado, os centristas tentam atrair esses setores que começam a romper com o reformismo para envolvê-los em uma “semi-ruptura” com os reformistas e a burguesia. São os piores inimigos do movimento revolucionário dos trabalhadores porque estão disfarçados, mimetizados nas fileiras do movimento socialista, marxista revolucionário.



Como o reformismo engana os trabalhadores?

“O reformismo se adapta ao parlamentarismo burguês, dissimulando o carácter burguês da democracia contemporânea e exigindo apenas a sua ampliação, sua aplicação completa.”³

Hoje, essa é a grande bandeira de todos os reformistas, intelectuais, “esquerdistas”: a democracia “radical”, a “extensão” da democracia. Agora o Secretariado Unificado da IV Internacional inventou a democracia “sem limites”, convertendo-se em ala de extrema esquerda...da democracia burguesa!!!

A principal lição deixada por Lenin, que muda todo a ação de qualquer organização no movimento operário é que, a partir do surgimento do imperialismo e da corrupção de uma parte da classe pela burguesia, ao princípio marxista fundamental de lutar contra a burguesia e o imperialismo há que somar outro princípio marxista: a luta encarniçada contra os agentes da burguesia no interior do movimento de massas.

“Não cabe dúvida que esta luta é o principal problema imediato da Internacional. Uma luta contra o imperialismo que não esteja indissolúvelmente ligada à luta contra o oportunismo é uma frase vazia ou um engodo.”⁴ “Estes elementos são nossos inimigos de classe. Se passaram para o campo da burguesia... são burgueses dentro do movimento operário”⁵ São “imperialistas”.

Por isso, Lenin propõe uma luta internacional não apenas pela ruptura política, coisa que muitos estavam a favor naquele momento, mas também que era necessária uma ruptura organizativa em todos os sentidos, formar partidos separados e uma nova Internacional, a III em substituição à II Internacional que, como disse Rosa Luxemburgo, se converteu em um “cadáver fétido”.

A ruptura é tão profunda que chega, como é natural, até a base social das organizações. Enquanto a base dos partidos reformistas é a aristocracia operária, a base dos partidos revolucionários deve ser, segundo Lenin, a “massa inferior” não corrompida, ir “mais abaixo e mais fundo, às verdadeiras massas”.

A todo esse processo de corrupção que ocorreu no final do século XIX e início do XX se somou a corrupção e a burocratização de toda a vanguarda mundial pelos “Estados Operários Burocráticos”. A derrota da revolução europeia e o isolamento da URSS gerou uma “contra-revolução” interna, encabeçada por uma burocracia usurpadora, que expulsou os operários do poder e o colocou a serviço de seus privilégios como “casta” parasitária do organismo operário, não-capitalista, mas já com uma degeneração profunda em todos os níveis.

A isto se somou um largo processo de “relativa” paz nos países imperialistas (boom do pós-guerra europeu e domínio do mundo por parte dos Estados Unidos) que gerou, a partir da exploração e destruição, atraso e escravidão das colônias, super-lucros dos quais, uma pequena parte foi distribuída entre a classe operária e a pequena burguesia dos países imperialistas, no que se chamou “estado de bem-estar social”. Essas “migalhas” serviram para criar o domínio da social-democracia no movimento social e dar brilho a “paz social” e a democracia nesses países. A maioria da esquerda de hoje, principalmente a do “mundo civilizado” imperialista, é produto de 55 anos de relativa “paz” e “bem-estar” nos países adiantados e é filha predileta desses “privilégios” que caem do banquete imperialista, por isso, tão facilmente se deixa enganar pela “democracia” imperialista.

Este fato objetivo, que gera inclusive nas massas dos países avançados a defesa “dessa” democracia como uma conquista, em um sentimento sincero, influenciou diretamente nas massas dos ex-Estados Operários para que abraçassem a “democracia burguesa” que trouxe com ela, como não poderia deixar de ser, a restauração capitalista.

São fatos objetivos dessa magnitude histórica que geram essa capitulação tão “unânime” da esquerda mundial à “democracia”.

São tais fatos que levam uma boa parte da esquerda trotskista europeia a cruzar a barreira de classe: hoje o Secretariado Unificado da IV Internacional e outros setores ex-trotskistas falam em construir partidos de “novo” tipo: os

chamados “partidos anticapitalistas”, onde, ao apagar as diferenças entre reformistas e revolucionários, se tenta apagar da consciência desses últimos um dos principais ensinamentos de Lenin: “a primeira condição do verdadeiro comunismo é romper com o oportunismo”.



Um salto na divisão do mundo e a colonização

Do estudo do imperialismo, Lenin viu que um dos eixos fundamentais do sistema é a opressão e exploração de colônias, inclusive gerando guerras mundiais, para garantir uma “divisão” dessas colônias entre os diversos bandidos imperialistas. Chegou à seguinte conclusão programática:

“...o ponto central no programa social-democrata deve ser a divisão das nações em opressoras e oprimidas, divisão que constitui a essência do imperialismo.”⁶

Daí se desprende um programa que defende valorosamente o direito à autodeterminação nacional, inclusive a independência. Esta prática foi incorporada depois da tomada do poder pelos bolcheviques, garantindo este direito à autodeterminação contra o chauvinismo grã-russo, e foi decisivo para conformar uma união livre em torno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em um telegrama a Kamenev, em 1922, Lenin dizia: “declaro uma guerra à morte contra o chauvinismo russo. O comerei com todos os meus dentes são... É indispensável insistir que presidam por turno o CEC da Federação um russo, um ucraniano, um georgiano etc. Indispensável!”

Dessa forma, a revolução nacional (de liberação nacional) se torna parte integrante da revolução socialista, que começa por garantir as tarefas democráticas (de independência nacional, reforma agrária etc.) da revolução, para culminar na expropriação da burguesia, como parte da revolução socialista internacional.

Esta estratégia revolucionária de luta dos povos coloniais foi um mérito muito grande do bolchevismo e de Lenin, que se converteu, a partir da Revolução Russa, em uma referência na luta dos povos dos países coloniais.

“É preciso saber distinguir entre o nacionalismo de uma nação opressora e o nacionalismo de uma nação oprimida, entre o nacionalismo de um grande país e o nacionalismo de um país pequeno... Quem ainda não compreendeu isso, não compreendeu a atitude verdadeiramente revolucionária proletária diante do problema nacional...”⁷

Muitos revolucionários nessa época se opunham à defesa da “nação” oprimida porque os reformistas da II Internacional traíram a classe operária em nome da “defesa da pátria”. Só que essa pátria era a pátria imperialista, opressora. Lenin tratou de lutar e convencer a todo o movimento internacional de que a defesa da nação oprimida contra a nação opressora é uma obrigação para os comunistas. Inclusive, enfrentou-se com os pacifistas, afirmando que há duas guerras legítimas, que são “nossas”: a guerra nacional, pela independência nacional contra o imperialismo e a guerra civil, de classe, revolucionária.

No começo do pós-guerra, em 1945, o imperialismo se viu obrigado pela revolução a “aceitar” a independência de várias colônias no mundo. A velha linha de “entregar alguns anéis para não perder os dedos”. Mas, como nenhuma

“reforma” é feita para durar no capitalismo, agora o imperialismo volta à carga para repartir o mundo e impor o domínio de “suas” transnacionais até no último recanto do planeta. É a recolonização do mundo.

É a velha estrutura colonial que volta a predominar. Os planos imperialistas conhecidos, como o neoliberalismo, estão a serviço da garantia dessa “nova” estrutura colonial: os países “pobres”, “atrasados”, especializam-se em produzir matérias primas (ou, no máximo, são utilizados como plataforma de exportações) que vendem barato e depois compram muito caros os produtos industrializados em áreas especiais, gerando um déficit brutal nas contas públicas. Vende-se todo o patrimônio público às empresas transnacionais, entram os famosos “empréstimos” dos bancos imperialistas para tapar o “buraco”, gerando uma dependência extrema dos capital externo enquanto toda a produção e comercialização desses países são colocadas a serviço de enviar capital para o centro imperialista. A esta dominação econômica corresponde a submissão completa de toda a estrutura política dos países “atrasados” às ordens do FMI, Banco Mundial, OMC etc. Voltam os mecanismos infernais de escravidão colonial.

A relação entre países imperialistas e países coloniais é a demonstração mais evidente da decadência do sistema capitalista. Desde o surgimento do imperialismo, nenhum país pobre pode, por dentro do sistema capitalista, ter um desenvolvimento independente. Todo e qualquer país só pode desenvolver-se do ponto de vista econômico rompendo com o capitalismo e o imperialismo. O primeiro exemplo foi a própria URSS, que deixou de ser um país atrasado e semifeudal para ser (em seu auge) a segunda potência do planeta. O mesmo podemos dizer da China, de Cuba e outros países.

Com o imperialismo, o capitalismo perde todo caráter progressista e se torna absolutamente reacionário. Ao mesmo tempo, com o surgimento do imperialismo, a burguesia deixou de cumprir um papel progressivo em sua própria “revolução democrático-burguesa”. A história demonstrou que só a revolução proletária, soci-

alista, pode garantir a independência dos países coloniais e um ulterior desenvolvimento das forças produtivas, já sob o regime proletário.

A revolução anticolonial e de liberação nacional se converte em parte integrante da revolução socialista internacional. A liberação nacional e a revolução social se unem em uma só revolução: proletária e socialista, encabeçada pela classe operária, arrastando atrás de si os pobres do campo e da cidade.

Esta é a experiência do século XX que em grande parte foi guiada pela experiência de Lenin, da Revolução Russa e da III Internacional, que unificou sob suas bandeiras os “povos coloniais”. ●

Notas

- 1 Lenin, O. C. tomo 30 p. 170
- 2 Lenin, O. C. tomo 30 p. 182
- 3 Lenin, O. C. tomo 37 p. 301
- 4 Lenin, O. C. tomo 30 p. 145
- 5 Lenin, O. C. tomo 31 p. 180
- 6 Lenin, O. C. tomo 27 p. 66
- 7 Lenin, O. C. tomo 45 p. 375

O Estado e a Revolução



A questão fundamental de toda revolução é o poder de Estado.

A grande polêmica entre a esquerda mundial em torno desse problema foi a que se deu entre Lenin e Kautsky no princípio do século XX, refletindo duas concepções opostas.

Kautsky, refletindo a posição dos reformistas, escrevia: “A tarefa da greve geral não pode ser nunca a de destruir o poder de Estado, mas, simplesmente obrigar o governo a ceder em um determinado ponto ou substituir um governo hostil ao proletariado por outro disposto a fazer concessões. E a meta da nossa luta política continua sendo, com isto, a que sempre foi até agora: conquistar o poder de Estado ganhando a maioria no parlamento e fazer do parlamento o dono do governo”.

A “tomada do poder”, para os reformistas, significava ganhar a maioria no parlamento tergiversando o marxismo, que defende a destruição da máquina estatal burguesa, seja sob a forma de ditadura bonapartista ou de república democrática.

“Necessitamos de um Estado, mas *não como* o que necessita a burguesia, com os órgãos de poder – na forma de polícia, exército, burocracia (corpo de funcionários) – desvinculados do povo e contra ele. Todas as revoluções burguesas se limitaram a aperfeiçoar *esta* máquina de Estado, a passar *esta máquina* das mãos de um partido às de outro. O proletariado deve, utilizando a palavra de Marx, *demolir* essa máquina de Estado ‘já feita’ e substituí-la por outra, *fundindo* a polícia, o exército e a burocracia com *todo o povo armado*. Seguindo o caminho indicado pela experiência da Comuna de Paris de 1871 e da revolução russa de 1905, o proletariado deve organizar e armar a *todos* os elementos pobres e explorados da população, com o objetivo de que *eles mesmos* tomem diretamente em suas mãos os organismos de poder de Estado e *formem eles mesmos* as instituições desse poder.”¹ (Todos os itálicos, em todas as citações, são de Lenin).

A teoria marxista do Estado (“comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”) é a única que corresponde à realidade. Os “avós” reformistas (Kautsky e cia.), os “pais” reformistas (Lula, Evo Morales e cia.) e os “filhos” neo-reformistas (SU e cia.) crêem que basta agregar à democracia burguesa uma pitada de socialismo, uma de democracia “radical”, outra de auto-organização e outra de democracia “sem limites” e aí estará o socialismo florescente, conquistado “vigorosamente”, sem sair de seu gabinete parlamentar, sem tirar as luvas brancas. Porém, a vida não é assim e a



democracia burguesa, como regime, só pode servir para garantir o domínio da propriedade privada. Por isso, quando esses reformistas chegam ao poder, invariavelmente, tratam de “administrar o conjunto dos negócios da burguesia”. Isto aconteceu há 100 anos e acontece agora. Lula é o instrumento “democrático” da vontade anti-democrática e imperial que domina o mundo. O “trotskista” SU é cúmplice do ataque imperialista à revolução brasileira.

Ainda que o imperialismo utilize cada vez mais a violência, o bonapartismo e as guerras, só o faz em última instância quando já está em risco o controle de um país ou de uma área. Enquanto isso, trata de aperfeiçoar uma extensa rede, trabalhando febrilmente em quatro áreas: a primeira, utilizando a “democracia”, o parlamentarismo, o canto de sereia da igualdade formal para enganar a população pobre que acredita que está “governando” na medida que elege “seus representantes” para o governo. A segunda, é a corrupção da sua “retaguarda”, distribuindo as migalhas que sobram da exploração colonial (a aristocracia operária e as classes médias nos países imperialistas). A terceira é a corrupção dos dirigentes sociais, operários e camponeses, nos países pobres, via sindicatos, parlamentos, ONGs e um longo etcétera. A quarta, quando nenhuma das alternativas anteriores garante a dominação burguesa, entra em cena os governos de coalizão entre a burguesia e os trabalhadores, os governos de “frente popular” (cujo melhor exemplo é o governo de Lula hoje), que são governos burgueses. Utiliza-se diretamente a cara dos dirigentes do movimento operário, levando-os ao governo, para criar a ilusão de um “governo dos pobres”.

Quando este “penúltimo” recurso tampouco garante a dominação imperial, entram as botas da ditadura policial tipo Pinochet, trocando a máscara fria da principesca “democracia” pelo fogo do inferno bonapartista. Ao final, porém, quando já é muito tarde, o Estado burguês se transmuta em uma ditadura militar para defender a ditadura do capital.

Há muito tempo que a social-democracia vem prostituindo a teoria marxista do Estado.

Porém, uma parte da esquerda (inclusive stalinista, e nem falar da esquerda trotskista) sempre denunciou a “democracia” burguesa como uma forma de Estado hostil ao proletariado. Infelizmente, agora até alguns “trotskistas” estão mudando sua opinião sobre o Estado burguês. Vejamos como se coloca o tema em um documento do SU:

“...se discute a questão de saber qual é hoje o papel do Estado nacional.. o Estado constituiu desde o início e com mais razão agora, um marco político institucional geralmente artificial, inadequado e pouco viável. Ocorre, no entanto, que não se criaram em nenhuma parte marcos institucionais supranacionais, e que então o Estado nacional deve seguir garantindo uma série de funções *necessárias*, sociais e políticas, e inclusive econômicas. De qualquer forma, frente aos estragos da internacionalização neoliberal, o Estado nacional pode representar um porto de tranquilidade ou, pelo menos, em um promotor de políticas neoprotecionistas.” (Texto sobre a situação mundial do SU, ponto 12, terceiro e quarto parágrafos).

Esta é uma defesa encoberta do Estado burguês que rompe com toda tradição marxista sobre o tema. O Estado capitalista continua sendo, na essência, o que diz o Manifesto Comunista (“comitê de homens armados para defender os interesses da classe dominante”) e não “um porto de tranquilidade”. A continuidade da militarização da União Européia (e cada um dos seus Estados), é a prova disso. É muito grave este erro. Porém, é completamente natural para quem começa a transpor as barreiras de classe. Acontece igualmente com a reivindicação que faz o SU da ONU como “possível instituição supranacional progressista”.

Uma proposta do mesmo calibre foi defendida por Hugo Haase, um dos dirigentes centristas mais destacados da social-democracia alemã, que se orgulha, em um artigo publicado no jornal *A Internacional* de 4 de maio de 1919, de haver proposto uma resolução sobre o problema das colônias, dizendo que “a Liga das Nações, organizada a partir da proposta da II Internacional, tem a tarefa de governar as colô-

nias até a realização do socialismo, em primeiro lugar em benefício dos aborígenes e, depois, em benefício de todos os povos agrupados na Liga das Nações”.² Até nisso o SU segue os piores exemplos da II Internacional, quando semeia ilusões sobre a ONU (a Liga das Nações de hoje) como espaço possível de instituição supranacional progressiva, inclusive apoiando as ocupações da ONU em determinados países.

A luta dos trabalhadores tem de separar-se de tudo que é ilusão. Acreditar em ilusões, distanciar-se da verdade, é a derrota segura de toda revolução. A verdade é que a burguesia, por intermédio dos meios de comunicação, de seus homens, seus “doutores” e seus agentes no interior do nosso movimento, trata de camuflar, confundir, desviar, a luta revolucionária quando passa, de quebra, o conto das “instituições” democráticas: o parlamento, as eleições ou inclusive a Assembléia Constituinte. Os processos revolucionários que se desenvolvem hoje e muitos outros que vão surgir têm que enfrentar de cara o problema: o centro da questão é quem detém o poder de Estado. 



Notas

1 Lenin, O. C. tomo 31 p. 44

2 Citado por Lenin, O. C. tomo 38 p. 422



Insurreição e órgãos de poder operários

Durante a Primeira Guerra Mundial, enquanto os partidos da II Internacional, cada um por si, saíam em “defesa da sua pátria”, Lenin e os bolcheviques tratavam de transformar a guerra imperialista em guerra civil. Essa era a posição da II Internacional, que ficou no papel. Porém, os bolcheviques aproveitaram a guerra e o armamento de uma grande parte da população para fazer agitação e propaganda a serviço da revolução. Por isso, os deputados bolcheviques, na Rússia, foram enviados para a Sibéria, enquanto os deputados do partido alemão mantinham todos os seus postos “legais”, exceto Liebknecht que, por recusar-se a votar a favor dos créditos de guerra, foi preso e enviado ao front.

Depois de três anos de guerra (que levou à morte 10 milhões de pessoas e deixou 20 milhões mutiladas), na Rússia, em fevereiro de 1917, começa a revolução. Na Rússia aconteceu a primeira revolução, produto da guerra imperialista, que inaugurou a época de grandes enfrentamentos.

“A peculiaridade do momento atual na Rússia (abril de 1917) consiste na *passagem* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por carecer o proletariado do grau necessário de consciência e de organização; na sua *segunda* etapa que deverá colocar o poder nas mãos do proletariado e dos setores pobres do campesinato. Nenhum apoio ao Governo Provisório; explicar a completa falsidade de todas as suas promessas... Desmascarar *este* governo, que é um governo de capitalistas, em vez de propagar a inadmissível e ilusória “exigência” de que *deixe de ser* imperialista... Reconhecer que na maior parte dos Soviets nosso partido está em minoria frente ao *bloco de todos os* elementos pequeno-burgueses e oportunistas... Explicar às

massas que os Soviets são a *única* forma possível de Governo revolucionário... Enquanto estejamos em minoria, faremos um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, defendendo ao mesmo tempo a necessidade de que todo o poder de Estado passe aos Soviets, a fim de que, sobre a base da experiência, as massas corrijam seus erros.”¹

Como na Revolução de 1905, surgem espontaneamente os Soviets, Conselhos que reuniam operários, soldados e depois, camponeses. Em todas as revoluções, como foi o caso da Comuna de Paris, já se havia notado o surgimento desse tipo de organismos como instrumentos de unificação dos pobres para lutar. Inclusive, em algumas circunstâncias, estes organismos assumiam a tarefa de organizar o poder operário, alternativo ao da burguesia.

Uma contribuição fundamental de Lenin ao marxismo foi justamente a compreensão do papel destes organismos “especiais” que surgem na grande maioria das revoluções.

Em 1906, poucos meses depois da revolução, Lenin escrevia:

“Porém, agora o mais interessante é outro aspecto da questão: os Soviets de deputados operários *foram de fato um* embrião de um governo provisório; se a insurreição tivesse triunfado, o poder haveria passado *inevitavelmente* a suas mãos. A atenção deve centrar-se agora no estudo desses órgãos embrionários do novo poder, criados pela história, no estudo das condições de sua atividade e de *seu* êxito.”²

Sintetizando as lições de 1905 sobre os órgãos de poder (Soviets) Lenin escrevia em 1915:

“Os Soviets de Deputados Operários e outras instituições análogas devem ser consideradas como órgãos da insurreição, como órgãos

do poder revolucionário. Essas instituições poderão ser realmente úteis somente em relação ao desenvolvimento da greve política de massas e a insurreição...”

Porém, o que ficou demonstrado na história (que veremos no próximo ponto) é que os soviets são somente organizações da classe trabalhadora, como quaisquer outras, que permite unir, no processo revolucionário, a vanguarda revolucionária com os pobres da cidade e do campo, inclusive com os soldados. A garantia de que esses organismos se transformem efetivamente em organismos de poder vai depender sobretudo da direção de um partido revolucionário. Neste caso, foi a direção do partido bolchevique que garantiu este papel de organismo de poder para os Soviets. A prova histórica é que os Soviets, de abril a setembro de 1917 na Rússia, cumpriam um papel figurativo de suporte do governo burguês, porque sua direção eram os reformistas. A existência do partido bolchevique, com Lenin a frente, permitiu elevar os Soviets à condição de órgãos de poder operário.

Entre fevereiro e setembro, quando o Partido Bolchevique era ainda minoria nos Soviets, sua tática foi a de “explicar pacientemente” às massas que o governo provisório era burguês e que era necessário entregar o poder aos Soviets para garantir a Paz, o Pão e a Terra.

Em setembro, a situação muda e Lenin escreve ao CC, da clandestinidade: “Depois de haver conquistado a maioria nos Soviets de deputados operários e de soldados de ambas as capitais, os bolcheviques podem e *devem* tomar em suas mãos o poder de Estado.”³

Em seguida explica:

“Agora os bolcheviques têm *assegurada* a vitória da insurreição: 1) podemos (se não esperamos o Congresso dos Soviets) atacar *subitamente* a partir de três pontos: Petrogrado, Moscou e a frota do Báltico; 2) temos as palavras de ordem que nos asseguram o apoio: abaixo o governo que reprime a insurreição camponesa contra os latifundiários! 3) temos a maioria *no país*; 4) A desorganização dos mencheviques e socialistas revolucionários é total; 5) temos possibilidades técnicas de tomar o poder em Moscou (que poderia inclusive começar a insurreição para derrotar pela surpresa o inimigo); 6) temos *milhares* de soldados e operários armados em Petrogrado que podem tomar *de uma só vez* o Palácio de Inverno, o Estado Maior, a Central Telefônica e todas os jornais importantes. Não tomar agora o poder, ‘esperar’, discutir no Comitê Executivo do Soviet, limitar-se a ‘lutar pela direção’ (do Soviet), ‘lutar pelo Congresso’, significa *derrotar a revolução...*”⁴

Desesperado, um dia antes da tomada do poder, escreve:

“Escrevo estas linhas ao anoitecer do dia 24 de outubro de 1917. A situação é extremamente crítica. Está claro que adiar a insurreição é a morte. Tudo se sustenta por um fio. É necessário atuar, esta tarde, esta noite.”



O desespero de Lenin refletia sua convicção, apoiada nas opiniões de Marx, sobre a insurreição:

“A insurreição é uma arte, igual que a guerra ou qualquer outra arte. Está submetida a certas regras que, se não são obedecidas, destroçam o partido que as despreza. Essas regras, lógica dedução da natureza dos partidos e das circunstâncias com que cada um tratará em cada caso, são tão claras e simples que a breve experiência de 1848 deu a conhecer de sobra aos alemães. A primeira é que jamais se deve brincar com a insurreição, a não ser que se esteja completamente preparado para enfrentar as consequências do jogo. A insurreição é uma equação com magnitudes muito indeterminadas, cujo valor pode mudar a cada dia; as forças opostas têm todas as vantagens de organização, disciplina e autoridade habitual; se não se pode opor-lhes forças superiores, será derrotado e aniquilado. A segunda é que, uma vez começada a insurreição, é necessário atuar com a maior decisão e passar à ofensiva. A defensiva é a morte de todo levantamento armado, que está perdido antes de começar a medir forças com o inimigo. É necessário atacar de surpresa o inimigo enquanto suas forças ainda estão dispersas e preparar novos êxitos, ainda que sejam pequenos, porém diários; manter bem alto a moral que o primeiro êxito proporcione; atrair os elementos vacilantes que sempre se põem do lado que oferece mais segurança; obrigar o inimigo a retroceder antes que possa reunir forças; em suma, é necessário atuar segundo as palavras de Danton, o maior mestre da tática revolucionária que já se conheceu: audácia, audácia e mais audácia!”⁵

Essa revolução e essa insurreição só foram possíveis graças à existência do partido bolchevique e a direção de Lenin. E a vitória da revolução se deu contra todas as organizações reformistas e contra uma parte importante do partido bolchevique, que vacilou durante todo o processo. As vacilações da direção bolchevique começaram com a própria revolução. Entre fevereiro e março, a linha da direção que estava na Rússia era, objetivamente, de apoio ao governo provisório. Nesse momento, os bolcheviques não

se diferenciavam muito dos mencheviques, a tal ponto que havia várias células mistas de bolcheviques e mencheviques. Lenin, de volta do exílio, submete à discussão do partido suas teses (conhecidas como Teses de Abril) nas que chama a enfrentar o governo provisório e a orientar todo o processo na direção da tomada do poder pelos Soviets. Arma-se uma polêmica feroz e Lenin fica em minoria.

O argumento de seus opositores era não romper a frente “democrática” e esperar a “Assembleia Constituinte”. Lenin considerava essa posição e a corrente que a defendia como uma “fração intelectual pequeno-burguesa” no interior do partido.

O papel dos mencheviques e socialistas revolucionários na Revolução Russa foi travar os Soviets, convertendo-os em “auxiliares”, “fiscalizadores” da democracia. A ala intelectual do partido bolchevique capitulava a este setor. Essa orientação não prosperou graças à batalha feroz dada por Lenin no interior do partido e no movimento.

Referindo-se à capitulação da direção bolchevique, em fevereiro-março de 1917, Lenin escreve:

“Os bolcheviques tiveram uma atitude errônea em relação ao parlamentarismo em momentos de crises revolucionárias (e não ‘constitucionais’), uma atitude errônea em relação aos socialistas revolucionários e mencheviques. O partido teve dificuldades para seguir o ritmo incrivelmente rápido deste giro histórico. O Partido se deixou atrair, momentaneamente, pela armadilha de um blá blá bla desprezível. O camarada Kamenev cometeu um erro ao pronunciar seu primeiro discurso na Conferência em um espírito puramente ‘constitucional’, quando levantou a ridícula questão da confiança ou ‘desconfiança’ no governo.”⁶

A Conferência Democrática de Toda a Rússia foi convocada pelo Soviet dirigido pelos mencheviques e socialistas revolucionários, em setembro de 1917, para resolver o problema do poder. Assistiram a ela mais de 1.500 pessoas, com o objetivo de constituir um pré-parlamento, preparatório à Assembleia Constituinte. A participa-

ção ou o boicote a este pré-parlamento foi motivo de grandes polêmicas no Comitê Central bolchevique. Trotsky defendeu o boicote e perdeu a votação. Lenin, na clandestinidade, não participou da reunião. Mais tarde, ao tomar conhecimento da resolução (que foi de participar em dito pré-parlamento), exigiu categoricamente que os bolcheviques abandonassem tal instituição e ressaltou a necessidade de consagrar todas as energias para preparar a insurreição, que se realizaria em algumas semanas. Este episódio mostra a atuação insubstituível de Lenin para garantir o rumo revolucionário do partido bolchevique.

Lenin extrai suas conclusões:

“Nem tudo anda bem nas altas esferas ‘parlamentares’ do nosso Partido; é necessário prestar-lhes maior atenção, é preciso aumentar sua fiscalização por parte dos operários: é necessário determinar com maior rigor as atribuições das minorias parlamentares.”⁷

O Comitê Central chegou a boicotar e censurar os artigos que Lenin enviava da clandestinidade para sair no jornal do Partido. Por isso, Lenin ameaçou:

“Me vejo obrigado a me *demitir do Comitê Central*, coisa que faço agora, e a reservar-me a liberdade de fazer agitação *nas organizações de base* do Partido e no Congresso.”⁸

Disse isso no dia 29 de setembro de 1917, a menos de um mês da tomada do poder.

Era uma divisão tão importante no partido que a resolução da tomada do poder se fez apesar de a fração de Zinoviev e Kamenev ter votado contra a insurreição e, pior, publicado artigos nos jornais dos oportunistas tornando pública a data da insurreição, que havia sido votada no CC do Partido Bolchevique de forma secreta. Lenin exigiu a expulsão desses dois dirigentes do partido por serem “fura greves”.

Sobre a importância do papel de Lenin na revolução russa, escreveu Trotsky, 10 anos depois, já no exílio:

“Se eu não estivesse em 1917 em Petrogrado, a revolução de Outubro teria ocorrido, com a condição de que Lenin estivesse presente e no comando. Se não estivéssemos, nem Lenin nem eu, em Petrogrado, não teria ocorrido a revolução de Outubro: a direção do Partido Bolchevique teria impedido que isso ocorresse.”⁹

O erro da corrente bolchevique capituladora, como de todos os reformistas, foi não compreender, ou não querer compreender, a impossibilidade de unir o poder soviético com o parlamento burguês, a ditadura do proletariado com a democracia burguesa. 🌐

Notas

1 Lenin, O. C. tomo 31 p. 121

2 Lenin, O. C. tomo 13 p. 348.

3 Lenin, O. C. tomo 34 p. 247

4 Lenin, O. C. tomo 34 p. 290

5 Karl Marx, *Revolución y Contrarrevolución en Alemania*, p. 118

6 O.C. tomo 34 página 262

7 Lenin, O. C. tomo 34 p. 272

8 Lenin, O. C. tomo 34 p. 291.

9 L. Trotsky, *Diario del Exilio*.



Ditadura do proletariado e democracia “pura”

A luta de classes tem períodos de calma e de turbulência; períodos de relativa “paz” e períodos insurrecionais. Quem concorda com o princípio da divisão da sociedade em classes e a luta entre elas, tem de reconhecer como natural a guerra civil.

Com esta compreensão, Lenin afirma:

“A ditadura do proletariado é a continuação da luta de classes do proletariado, sob *novas* formas.”¹

E completa:

“O socialismo conduz à extinção de *tudo* Estado e, por isso, de toda democracia; porém, o socialismo só é realizável *por meio* da ditadura do proletariado, que une a violência contra a burguesia, quer dizer, contra a minoria da população, com o desenvolvimento *integral* da democracia, quer dizer, a participação realmente geral e em igualdade de direitos de *toda* a massa da população em todos os assuntos *estatais* e em todos os complexos problemas que implica a liquidação do capitalismo. Além disso, a guerra civil contra a burguesia é uma guerra, organizada e feita *democraticamente*, das massas pobres contra uma minoria rica. A guerra civil é também uma guerra; por isso, ela também deve colocar a violência no lugar do direito.”²

Esse poder, apoiado em todo o povo armado, não se baseia “na lei nem na vontade formal da maioria” e sim na violência como instrumento de poder.

A sociedade burguesa necessita do parlamento para controlar melhor a população. Porém, é uma democracia formal que se limita basicamente a eleições a cada dois ou três anos para eleger “representantes” do povo tão viciados que os parlamentos parecem mais “antros de bandidos” que uma organização que representa todo o povo.

Os oportunistas (criticando o poder soviético e o regime de ditadura revolucionária do proletariado instalado na Rússia), defendem a democracia burguesa em contraposição à “ditadura” russa. Lenin contesta nos seguintes termos:

O poder soviético é “a substituição da ditadura efetiva da burguesia (ditadura que encobre hipocritamente formas de república democrática burguesa) por ditadura do proletariado. Será a substituição da democracia para os ricos pela democracia para os pobres. Será a substituição da liberdade de reunião e de imprensa para a minoria, para os exploradores, pela liberdade de reunião e de imprensa para a maioria da população, para os trabalhadores. Será uma ampliação gigantesca, de importância histórica mundial, da democracia, sua conversão de mentira em verdade, a liberação da humanidade das cadeias do capital, que deforma e relativiza toda democracia burguesa, inclusive a mais “democrática” e republicana. Será a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário, substituição que é o único caminho em direção à extinção absoluta do Estado.”³

De fato, nunca se viu na história da humanidade tal participação na vida política e nas decisões de governo por parte das massas trabalhadoras, como se viu na Rússia entre os anos 1917-1924. Uma verdadeira “democracia para os pobres” que constituía mais de 90% da população. O terror stalinista teve de assassinar a milhões de militantes revolucionários para impor sua ditadura brutal e afogar em um rio de sangue a vigorosa “democracia operária” que em seus poucos anos de vida demonstrou toda sua legitimidade histórica.

Toda a linha dos reformistas na revolução russa levava a que o povo ficasse imobilizado, “esperando” a convocatória da Assembléia Cons-

tituinte, que a burguesia postergava e postergava. Seu eixo político era utilizar os Soviets como suportes da Assembléia Constituinte. Os reformistas semeavam ilusões constitucionais entre o povo, tratando de derrotar a revolução e que os operários depusessem suas “armas” de classe. Lenin disse, então, que se os bolcheviques concordassem com isso seriam uns “traidores miseráveis”.

Os bolcheviques opuseram os Soviets à Assembléia Constituinte e exigiram que ela reconhecesse o poder dos Soviets e a expropriação dos latifundiários, a paz e o decreto sobre a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. A maioria reformista se opôs terminantemente, e a Assembléia Constituinte foi dissolvida pelo poder soviético.

Fazendo um balanço retrospectivo, Lenin disse em novembro de 1918:

“Nos vimos obrigados a desfazer a ilusão pequeno-burguesa de que o povo é um todo único e de que a vontade popular pode ser expressa em algo que não seja a luta de classes. Tivemos absoluta razão ao não aceitar nenhum compromisso nesse ponto. Se tivéssemos sido indulgentes com as ilusões pequeno-burguesas, com as ilusões na Assembléia Constituinte, teríamos malogrado toda a obra da revolução proletária na Rússia”.⁴

Na Rússia se demonstrou a saída positiva para os operários e camponeses. A Alemanha demonstrou a experiência negativa, onde os Conselhos terminaram como supervisores parlamentares da Assembléia Constituinte, em uma situação de domínio completo do poder pelos operários, soldados e marinheiros.

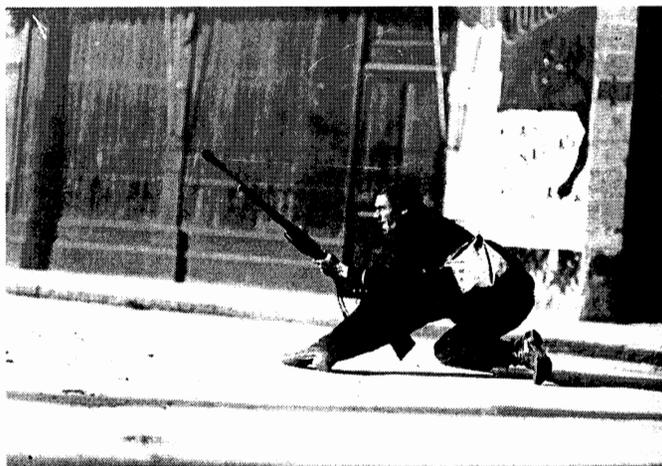
A experiência da Alemanha foi o contrário da russa. Nela predominou a linha oportunista e com o poder da Assembléia Constituinte ganhou a burguesia.

Em 3 de novembro de 1918 começou a revolução alemã com uma insurreição na marinha de guerra que se estendeu a outras partes do país. Surgem Conselhos (soviets) em todas partes. Cai a monarquia. O governo provisório se compõe de social-democratas de direita e kautskistas (centristas). Seu programa não ultrapassa os limites das reformas sociais. No I Congresso dos Conselhos de toda Alemanha, em dezembro de 1918, os líderes reformistas e ‘centristas’ conseguiram que se aprovasse uma resolução sobre a entrega do poder legislativo e executivo ao Governo e a realização de eleições para uma Assembléia Constituinte. Isso significou, na realidade, a liquidação dos Conselhos.

A polêmica entre ditadura do proletariado ou democracia burguesa, entre los Soviets ou Assembléia Constituinte foi o debate central, em âmbito mundial, em 1919. Como disse Lenin:

“Poder soviético ou Parlamento burguês, seja qual for seu rótulo (Assembléia ‘Nacional’ ou ‘Constituinte’). Assim está posta a questão *pela história no mundo inteiro*. Agora isto pode e deve afirmar-se, sem temor a exagerar.”⁵

E conclui a polêmica da seguinte maneira:



“Resumir-se ao parlamentarismo burguês, resumir-se à democracia burguesa, pintar esta democracia de cor-de-rosa, como ‘democracia’ em geral, velar seu caráter burguês significa trair ignominiosamente o proletariado, passar para o lado de seu inimigo de classe, da burguesia, ser um traidor e um renegado.”⁶

A experiência dos bolcheviques demonstrou que a ditadura do proletariado é o mesmo que democracia proletária, quer dizer, democracia socialista.

Hoje em dia, o Secretariado Unificado da IV Internacional resolveu retirar do seu programa toda e qualquer referência à “ditadura do proletariado”. Expressando a opinião da LCR, seção francesa do SU, François Olivier, informa que 85% dos delegados ao Congresso votaram a favor de retirar a referência à “ditadura do proletariado” do programa. Partindo da trágica experiência da burocratização da URSS, patrocinada pelo stalinismo, conclui:

“É impossível apresentar nossas concepções de poder dos trabalhadores ou da democracia socialista como o regime da ditadura do proletariado. A palavra “ditadura”, com ou sem qualificativos, é aborrecida. Em primeiro lugar, para nós mesmos.”

É assombroso este raciocínio: então um revolucionário não defende mais as greves porque alguma foi traída no passado?, ou não atua mais em um sindicato porque alguma vez foi dirigido por uma quadrilha burocrática? Fica evidente que o termo “ditadura do proletariado” como armadura de guerra de classes é muito pesada para estes intelectuais alheios à classe operária, principalmente para poder transitar nos salões do parlamento europeu ou nos corredores ministeriais de Brasília.

Agora o SU tem “novas” vestimentas programáticas:

“Nosso projeto? O socialismo autogestionário, a democracia sem limites, o poder dos trabalhadores e das trabalhadoras, da imensa maioria da população contra a ditadura dos acionistas”.⁷

Socialismo “autogestionário” é a palavra de ordem do anarquismo (que está contra *todo* poder, inclusive o poder proletário e por isso os

anarquistas foram os principais inimigos do marxismo no século XIX e se enfrentaram justamente com o eixo do marxismo que se sintetiza na ditadura do proletariado). O anarquismo, sob a aparente negação da política, termina sempre por subordinar a classe operária à política burguesa. A história demonstrou que o anarquismo, posto frente ao dilema do poder, não pode dizer: Obrigado, não fumo!, e por isso os anarquistas se tornaram ministros de gabinetes burgueses, como na Espanha em 1936. Este passo do SU é um “giro” da intelectualidade europeia que capitula ao sentimento antipartido e antipoder disseminado na “opinião pública” burguesa. Essa é a idéia da burguesia que, para dourar a pílula, apaga os “limites” da democracia, que perde o caráter de classe. Justamente aí é onde reside a armadilha dos reformistas que querem apresentar a velha e podre democracia burguesa como uma democracia para todos. Que faz o SU? Apaga o conteúdo de classe (burguesa) da democracia (real, existente) e radicaliza em palavras, no adjetivo “sem limite”, que é uma pílula que faz para seguir com esta linda máscara de “extrema esquerda”.

Quem abandona a defesa da ditadura do proletariado abandona o socialismo, porque a única forma de chegar ao socialismo passa por um período de ditadura do proletariado para aniquilar a dominação dos exploradores. Esta é a lição prática mais profunda da revolução russa.

O SU abandona os princípios do marxismo revolucionário:

“Os princípios do comunismo consistem no estabelecimento da ditadura do proletariado e no emprego da coação pelo Estado durante o período de transição.”⁸

A suposta defesa da “democracia como valor universal” termina caindo na defesa da democracia burguesa, que é a ditadura do capital. Alguma dúvida? O ministro “trotskista” de Lula, Miguel Rosseto, perguntado como via a ocupação de latifúndios por parte dos Sem Terra, disse o seguinte:

“Eles (os Sem Terra) têm autonomia. É parte do ambiente democrático respeitar os movimentos, as atividades sindicais, ainda não con-

cordando. É parte da maturidade democrática do País. Evidentemente, todas as ações que ultrapassem estes limites democráticos vão ser tratadas dentro da lei, que vai ser cumprida integralmente.”

Mais dúvidas? O Brasil (e seu ministro Celso Amorim) foram felicitados por Colin Powel pelo envio de tropas ao Haiti para centralizar as forças da ONU e garantir a “paz”. Este mesmo ministro, que é conhecido como de “esquerda” disse que os Estados Unidos não podiam retirar suas tropas do Iraque enquanto permaneça a crise provocada pela “violência” da resistência no país. Isso é a demonstração de que a defesa da “democracia” nos tempos do imperialismo termina sempre inevitavelmente na defesa da “ordem” e do “sistema” dominante: a ordem imperialista.

O SU prepara sua argumentação para unir, teoricamente, o sistema de soviets com a democracia burguesa, como fizeram seus avós kautskistas. Dizem, no texto de Olivier citado anteriormente, reivindicando supostamente a Comuna de Paris, a seguinte frase: “A Comuna também constituía uma tentativa de combinar democracia direta e sufrágio universal”. (Idem, Jornal Rouge 2040).

As novas gerações têm de aprender da história para desmascarar a estes trânsfugas “trotskistas” que se preparam para desviar a revolução européia que se avizinha e no caso em que não consigam detê-la, vão tentar degolá-la com a espada da “democracia”, junto com todos os reformistas que são uma legião de funcionários comprados pela burguesia.

A posição do SU hoje significa um abandono, não só do leninismo e do trotskismo, como também do marxismo revolucionário, pois a ditadura do proletariado é o centro de toda a estrutura do marxismo revolucionário, é o pilar no qual se apóia todo o edifício:

“O fundamental na doutrina de Marx é a luta de classes. Assim se afirma e se escreve com muita frequência. Porém, não é exato. Desta inexatidão brota a cada passo uma adulteração oportunista do marxismo, sua falsificação num sentido aceitável para a burguesia. Porque a teoria da luta de classes *não* foi criada por Marx, *e sim* pela burguesia, *antes* de Marx. E é, em termos gerais, *aceitável* para a burguesia. Só é marxista quem *une* o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da *ditadura do proletariado*. Neste ponto central é que deve contrastar-se a compreensão e o reconhecimento *verdadeiros* do marxismo.”¹⁰

Olivier se apoia em supostos “erros” do leninismo, como a limitação das liberdades democráticas inclusive no interior do partido e dos soviets para arremeter contra a “ditadura do proletariado”. Velha história. Não querem compreender que a amplidão da democracia proletária depende da situação concreta em que se encontra tal ditadura proletária. Se está isolada, “sitiada” pelo imperialismo em um único Estado operário, se permite determinado grau de democracia mais restrito ou, ao contrário, ampla democracia proletária se existem muitos Estados operários no mundo, particularmente nos países adiantados, deixando “sitiado” ao imperialismo em algum país ou região.

É mais ou menos o caso de uma senhora que vive com seus filhos em uma região muito perigosa, cerca-



da por bandidos, traficantes, policiais corruptos etc. Não pode permitir muita “democracia”. É tão elementar que qualquer pessoa pode compreender essa atitude. Porém, intelectuais que conhecem toda a história da humanidade se recusam a fazê-lo porque querem subir na onda da “moda”, a “democracia sem limites”.

A atitude frente à democracia burguesa e a relação com os germes de poder operário são tão atuais que, por exemplo, uma parte considerável da esquerda latino-americana se enfrentou a todas as revoluções recentes não com um programa de poder operário, ainda que fosse embrionário, mas com um programa “democrático” de antecipação das eleições ou o chamado à Assembléia Constituinte sem poder operário.

Esses dirigentes não compreendem que a dinâmica da luta de classes vai colocar na ordem do dia o poder da classe operária ou o poder da burguesia por meio da democracia. Nessa questão não há meio termo e a prova é o PT, no Brasil, que começou seu giro para o lado do poder da burguesia quando mudou seu programa e abraçou a “teoria” da democracia como valor “universal”. Com essa palavra de ordem, o PT mudou e se preparou para o poder: chegando aí se converteu em, além de burguês, pró-imperialista. E é normal isso porque, tendo a

“democracia” um caráter burguês (igualdade formal perante a lei, quer dizer, no papel, e desigualdade de fato), na época imperialista, só pode expressar-se como “democracia” imperialista, subordinada totalmente ao domínio totalitário dos monopólios. Inclusive a democracia no “terceiro mundo” assume, cada dia mais, uma cara de “democracia” colonial. 🌐

1 Lenin, O. C. tomo 39 p. 271

2 Lenin, O. C. tomo 30 p. 76

3 Lenin, O. C. tomo 37 p. 402

4 Lenin, O. C. tomo 37 p. 221

5 Lenin, O. C. tomo 37 p. 471

6 Lenin, O. C. tomo 37 p. 472

7 Jornal Rouge, 2040.

8 Lenin, O. C. tomo 44 p. 23

9 O Estado de S.Paulo, 10/04/2004

10 Lenin, O. C. tomo 33 p. 35



Partido revolucionário leninista ou partido de “simpatizantes” filiados?



O tema da construção do partido revolucionário e as polêmicas sobre isso abundam no movimento socialista. O caráter do partido “leninista” foi e é alvo de ataques brutais desde todos os ângulos e direções.

Se diz inclusive, e com razão, que a principal contribuição de Lenin ao marxismo foi a teoria e a prática da organização do partido revolucionário. Lenin dava um papel primordial à **organização** frente a todas as outras tarefas, de agitação ou propaganda.

Ele expressa, inclusive, que a tarefa de organização tem mais importância que a utilização da violência revolucionária no processo da revolução, e afirmou, no enterro de Sverdlov, o mais importante organizador que teve o partido bolchevique, em 1919:

“Camaradas: na opinião das pessoas que julgam superficialmente, na opinião dos múltiplos inimigos da nossa revolução ou dos que até hoje vacilam entre a revolução e seus adversários, na opinião dessas pessoas o que mais salta à vista é a característica da revolução que se expressou na repressão enérgica e implacavelmente firme contra os exploradores e inimigos do povo trabalhador. Não cabe dúvida de que a violência revolucionária foi um procedimento necessário e lógico da revolução só em determinados momentos de seu desenvolvimento, só frente a condições determinadas e particulares, enquanto que foi e segue sendo uma propriedade muito mais profunda e constante desta revolução e condição das suas vitórias, a organização das massas proletárias, a organização dos trabalhadores.”¹

E arredonda o raciocínio dizendo: “A principal tarefa da revolução proletária é, precisamente, *uma tarefa de organização*.”²

Isso é assim porque à diferença dos reformistas, os marxistas querem exercer o poder junto com as massas organizadas, e isso não é obra de alguns grandes “líderes” parlamentares. O sintoma mais grave e a forma em que se expressa cotidianamente a capitulação aos aparatos, sejam estes reformistas ou parlamentares burgueses, é o abandono ou a secundarização da organização das massas (em suas organizações) e da vanguarda no partido revolucionário. As tarefas mais agradáveis sempre são as de grande audiência, nas que mais rapidamente uma pessoa pode comprovar frente as outras suas aptidões individuais. A simples tarefa “cinza” de organização, captação e divulgação da orientação do partido através da sua imprensa, por exemplo, é muito mais difícil e tedioso. Porém, passar a um segundo plano a tarefa de organização é ceder à pressão da

burguesia e capitular aos aparatos, onde alguns poucos dirigentes “substituem” o trabalho das massas e da vanguarda.

Isto é tão importante que, dar-lhe prioridade e construir um partido revolucionário na Rússia foi a razão da vitória e, ao contrário, sua secundarização levou à derrota da revolução alemã em 1918.

O segredo do partido bolchevique e sua lição **mais importante** para a construção de partidos revolucionários em todo o mundo foi que, entendendo a importância da organização, se apoiou em um tripé que permitiu (e permitirá) garantir força e invencibilidade a qualquer partido revolucionário: a utilização da teoria marxista, a ligação com a Internacional e sua inserção no movimento operário.

“Só apoiando-nos na teoria do marxismo revolucionário e na experiência da social-democracia internacional, podemos fundir nosso movimento revolucionário ao movimento operário.”³

Partindo desse tripé, o bolchevismo se organizou como um novo tipo de partido, já refletindo a nova época histórica de guerras e revoluções, além de refletir as especificidades da Rússia czarista. Lenin extrai da análise do imperialismo a visão de um novo tipo de partido, combativo, de ação, para a tomada do poder:

“O imperialismo é um estado do capitalismo no qual este, depois de haver realizado tudo que podia realizar, dá um giro para a decadência. Pode haver muitas guerras semelhantes. Para cumprir estas novas tarefas, o partido proletário pode necessitar organizações de um tipo totalmente distinto. É difícil dizer agora qual deverá ser a nova forma de organização que corresponda a esta fase.”⁴

Já em 1900, defendendo um partido formado em seu núcleo duro, basicamente, por revolucionários profissionais, diz:

“É necessário preparar homens que consagrem à revolução toda a sua vida e não somente suas tardes livres.”⁵

Defende que o partido tem que ter uma estrutura flexível para definir quando quer o combate frontal ou quando quer recuar frente a forças muito superiores. Defende que a cen-

tralização incondicional e a disciplina mais severa do proletariado em seu partido constituem uma das condições fundamentais da vitória sobre a burguesia.

Trabalha com o critério de que a base do partido seja de militantes ativos, e no qual todos os membros do partido sem exceção participem na luta, no movimento e na vida diária das massas.

Depois da tomada do poder, a disciplina e a centralização, são ainda mais necessárias:

“São necessárias uma centralização e uma disciplina severíssimas no partido político do proletariado para permitir que o proletariado exerça acertada, eficaz e vitoriosamente sua função *organizadora* (que é sua função *principal*). A ditadura do proletariado é uma luta tenaz, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças e as tradições da velha sociedade. A força do costume de milhões e dezenas de milhões de homens, é a força mais terrível. Sem um partido férreo e temperado na luta, sem um partido que goze da confiança de toda a parte honrada dentro da classe, sem um partido que saiba pulsar o estado de espírito das massas e influir sobre ele, é impossível desenvolver com êxito esta luta.”⁶

O partido bolchevique desde o começo, quando estava composto por um pequeno grupo de intelectuais atuando na ilegalidade, priorizou a inserção na classe operária industrial. Esta orientação se baseia na visão marxista sobre a centralidade da classe operária industrial e a experiência de Marx e Engels que trataram, de todas as maneiras, de levar as idéias socialistas ao movimento real de luta da classe operária. Já em 1893, Lenin estabelece contato com operários avançados de São Petersburgo e em 1902 escreve:

“Nosso trabalho está dirigido, antes de tudo e sobretudo, aos operários fabris da cidade. A socialdemocracia russa não deve dispersar forças, e sim concentrar sua atividade entre o proletariado industrial... consideramos inoportuno *orientar* suas forças para os artesãos e operários agrícolas...”⁷

Depois, quando o partido cresceu, Lenin deu a orientação de intervir em outros setores sociais porém, sem jamais abandonar essa prioridade. A priorização de setores sociais de vanguarda se demonstrou correta, pois em outubro de 1917 Lenin defendeu a tomada do poder quando conseguiu a maioria nos soviets das duas mais importantes cidades operárias: São Petersburgo e Moscou. É necessário complementar que a classe operária industrial da Rússia nesse período tinha 3 milhões de almas, altamente concentradas em grandes fábricas, no meio de 150 milhões de habitantes. Conseguiram o prodígio de dirigir dezenas e dezenas de milhões, a partir de ser uma fortaleza na classe operária industrial.

Lenin dava um peso excepcional aos jornais do partido. É célebre seu livro *Qué hacer?* onde desenvolve a visão de um jornal do partido como *centralizador organizativo e político de todo o partido*. Assim, em 1912, frente aos primeiros sinais de luta do movimento operário, cria um jornal legal, o Pravda (A Verdade), cujo lançamento foi precedido por uma larga campanha de vários meses pedindo aos operários nas fábricas sua colaboração financeira. As contribuições chegaram a dezenas de milhares e junto a isso, se fez uma campanha de assinaturas. Pravda estava respaldado por dezenas e centenas de milhares de operários, que com suas modestas coletas, garantiram sua publicação.

Refletindo diretamente a situação da luta de classes, ascensos e reflexos, vitórias e derrotas, assim como as distintas fases de construção do partido, houve grandes oscilações no número de militantes. Um partido de algumas dezenas de quadros e militantes em 1901 e em 1903 de algumas centenas: era um grupo fundacional, como dizia Lenin, um “núcleo comunista cuja tarefa central é inserir-se nas massas operárias”. Em 1905, no começo da revolução, um partido de vanguarda com 8.000 militantes, a maioria já inseridos nos centros industriais, um partido em “transição da propaganda e agitação comunista à ação”. Em 1907, no congresso de reunificação com os mencheviques, 77 mil militantes com uma pequena maioria bolchevique, já em um “partido de massas” que, como dizia Lenin, tem a tarefa central de “tomar a iniciativa nas ações de massas”. Em um momento de refluxo na luta, de derrotas, em 1910, na ampla maioria das regiões, o partido se desagregou e ficaram umas poucas dezenas de militantes. Em 1916 começa o ascenso, a fração bolchevique contava com no máximo 5.000 membros e poucos quadros. Começa a revolução, milhares e milhares de operários ingressam na luta política e nos partidos de esquerda, em abril de 1917 o partido já tem 79 mil membros, em julho salta para 170 mil, em março de 1919 vai para 250 mil, em março de 1920 já conta com 610 mil membros e alcança 730 mil em março de 1921.

O bolchevismo combinava uma inflexibilidade grande nos princípios e uma flexibilidade muito grande nas táticas (formas de luta) mais di-



versas e variadas: por exemplo, a defesa da utilização do parlamento e depois o boicote às eleições, a defesa de participar de todas as organizações operárias (sindicatos etc.) porém, condenando o sindicalismo amarelo, a utilização do terrorismo (asim como de ações guerrilhereiras) unificando, obrigatoriamente, sua utilização ao serviço e como parte do movimento de luta da classe trabalhadora.

Isso é absolutamente central na construção de partidos revolucionários porque o erro do oportunismo ou do ultraesquerdismo é priorizar, exagerar, isolar e absolutizar um único procedimento de luta (por exemplo, a utilização do parlamento). Aqui vale o dito popular, profundamente dialético, que “tudo demais é veneno”

Lenin expressa assim essa visão:

“O bolchevismo, surgido sobre esta base teórica granítica (do marxismo), teve uma história prática de quinze anos (1903-1917) que, pela riqueza da experiência que representa, não pode ser comparada a nenhuma outra no mundo. ... uma rapidez e uma variedade tais da sucessão das distintas formas de movimento, legal e ilegal, pacífico e tempestuoso, clandestino e aberto, de propaganda nos grupos restritos e de propaganda entre as massas, parlamentarista e terrorista...”⁸

Se o bolchevismo pôde triunfar na revolução é porque soube desmascarar os oportunistas na Rússia e na II Internacional, essa foi uma das causas fundamentais da vitória.

O partido de militantes ativos, baseado nos militantes profissionais, permitia construir um partido de massas para o combate e a tomada do poder. Isto se expressava, por exemplo, na maneira em que Barmin, um jovem dirigente bolchevique, captava novos membros nas fábricas: “Venham ao partido que não lhes promete privilégios nem vantagens. Se alcançamos a vitória, construiremos um mundo novo. Se somos derrotados lutaremos até o último homem.”

Porém, para construir um partido que aguente a pressão da burguesia, a enfrente e a derrote é necessário temperar um partido e dirigentes que aprendam com seus erros:

“A atitude de um partido político frente aos seus erros é uma das provas mais importantes e

mais fiéis da seriedade desse partido e do cumprimento *efetivo* de seus deveres para com sua *classe* e para com as *massas* trabalhadoras. Reconhecer abertamente os erros, colocar em evidência suas causas, analisar a situação que gerou esses erros e examinar atentamente os meios de corrigi-los: isto é o que caracteriza a um partido sério, nisto é o que consiste o cumprimento de seus deveres, isto é educar e instruir a *classe*, primeiro, e, depois, *as massas*. Como não cumprem essa obrigação, como não põem toda a atenção, todo o zelo e cuidados necessários para estudar seu erro manifesto, os “esquerdistas” da Alemanha (e da Holanda) mostram que não são *o partido de uma classe*, e sim um círculo, que não são *o partido das massas*, e sim um grupo de intelectuais e um reduzido número de operários que imitam as piores características dos intelectualóides.”⁹

Porém, Lenin não se contentava somente em identificar o erro. Raciocinando de forma marxista, entendendo que as pressões no interior do partido refletem as pressões da sociedade burguesa, sempre tratava de propor *medidas concretas no terreno da organização* do partido para corrigir o desvio ou o problema do momento.

Assim, no começo de 1905, em plena revolução, como via muitas vacilações na direção da sua fração, propunha medidas claras: que os comitês do partido tivessem maioria de operários (“oito operários para cada dois intelectuais, já que os operários têm instinto de classe”). Perdeu a votação. Já em novembro de 1905, em plena crise revolucionária, pediria várias centenas de operários para cada intelectual.

Depois da tomada do poder, e com o fim da guerra civil em 1921, chove arrivistas querendo entrar no partido. Lenin propõe:

“Aconselharia condições mais rigorosas de admissão no Partido: um período de candidato a membro de 3 anos para os operários (considerando operário a quem haja trabalhado não menos de 10 anos na grande indústria como simples operário assalariado e agora trabalha há não menos de 2 ou 3 anos); para os camponeses e combatentes do Exército Vermelho, 4 anos e para o restante, 5 anos.”¹⁰

Frente ao perigo da burocratização da URSS, em seus últimos escritos defende que:

“A incorporação de muitos operários ao Comitê Central ajudará aos operários a melhorar nosso corpo administrativo... Os operários que passem a compor o CC devem ser principalmente, não os que estão atuando muito tempo nos organismos dos Soviets... porque neles já se arraigaram certas tradições e certos preconceitos que é desejável combater.” ¹¹

Quanta diferença entre esse partido com o partido alemão! Este, aferrado às táticas de intervenção legais (parlamentares), com filiados que não tinham uma participação ativa e cotidiana na vida do partido e nas lutas operárias. Este partido “gigante” tinha, nas vésperas da guerra, 1 milhão de membros, 90 jornais diários e conseguiu 4 milhões de votos nas eleições parlamentares, tinha revistas, escolas, universidades, incorporava 2,5 milhões de operários nos sindicatos dirigidos pela social-democracia. Na hora da guerra, quebrou-se como um cristal frente ao primeiro impacto de bala. Porém, era tão profunda essa rotina na forma de organização que essa estrutura carcomida e gelatinosa também se refletiu nos Espartaquistas (dirigidos por Rosa Luxemburgo) que, em 1914, romperam *politicamente* com os reformistas, porém, tardaram muito em romper *organizativamente*. E isso foi mortal para a revolução alemã. Rosa Luxemburgo não tinha compreendido que a nova época requeria um tipo novo de partido. Sua organização, tendo que formar-se no meio da guerra e na completa clandestinidade, não teve tempo de amadurecer: seus membros não tinham disciplina e a maioria dos militantes se negava a participar das eleições ou nos sindicatos, como reação ultra-esquerdista à capitulação oportunista dos social-democratas. Lenin diz, mais tarde, que o erro fundamental dos comunistas na Alemanha foi não terem rompido antes com os oportunistas, inclusive antes da guerra.

Já em 1921 diz:

“É necessário expor com mais detalhes que isso não existe na maioria dos partidos legais do Ocidente. Não há um trabalho *cotidiano* (trabalho *revolucionário*) de *cada* membro do partido.” ¹²

Hoje há uma grande polêmica no movimento operário sobre as características que deve ter a organização e a estrutura do partido revolucionário. A maioria recusa terminantemente o centralismo democrático “leninista”, como anti-democrático, optando pela forma organizativa de “filiados”, organização frouxa, por sua “ampla democracia” para as bases.

A discussão sobre a centralização ou não do partido revolucionário depende do fim (objetivo) para o qual se constitui.

Se é para a tomada do poder e para instaurar a ditadura do proletariado e vencer, pela força, a resistência do imperialismo, tem *necessariamente* que organizar um partido centralizado, no qual 100% de seus militantes são ativos e abnegados militantes da causa operária. A história demons-



trou que sem este tipo de partido não se garante a vitória.

Por outro lado, se se quer ter um partido cujo centro é a atividade parlamentar, as eleições, uma ou outra luta sindical (estritamente legal), para conquistar uma maioria de votos e chegar ao poder via as eleições, para isso não é necessário ter um partido com centralismo democrático. A estrutura boa para isso é a estrutura dos partidos social-democratas.

Porém, se engana a gente do povo, simples, que não conhece de política, quando se diz que a estrutura de “filiação” é mais democrática: isso é falso! Quem decide tudo neste tipo de partido é a direção oportunista (em geral os parlamentares, governadores, presidentes, burocratas sindicais) e os filiados tomam conhecimento da linha do partido pela televisão, como acontece com o PT no Brasil, que se converteu em neoliberal sem fazer nenhuma consulta a seus ex-centenas de milhares de trabalhadores filiados.

Pelo contrário, a estrutura da centralização democrática leninista, com seus militantes ativos, que participam da luta cotidiana da classe e da vida do partido, discute tudo livremente no seu interior, gozando de uma ampla democracia e depois, centralizadamente, todos, do mais novo até o mais velho militante, têm de defender a linha votada pela maioria.

Essa é a única forma de que os operários impeçam que suas direções sejam corrompidas pela burguesia.

“E se o partido operário é verdadeiramente revolucionário; se é verdadeiramente operário (quer dizer, se está vinculado às massas, à maioria dos trabalhadores, aos setores básicos do proletariado e não só a seu setor elitizado); se é verdadeiramente um partido, ou seja, se é uma organização de vanguarda revolucionária, forte, coesionada seriamente e capaz de efetuar por todos os meios possíveis um trabalho revolucionário entre as massas, então, esse partido saberá, sem dúvida, ter controle dos seus parlamentares...”¹³

“Quanto mais destacados são os fura-greves e renegados (se refere a Kamenev e Zinoviev) tanto mais obrigatório é castigá-los sem demora com a expulsão. Só assim é possível sa-

near o partido operário, depurar-se de uma dezena de intelectualóides pusilânimes, coesionar as fileiras revolucionárias, marchar com os *operários revolucionários*...”¹⁴

A história, com milhares de exemplos pela negativa, demonstrou a necessidade absoluta do partido leninista e hoje a perda de muitas revoluções se deve a que o proletariado não conta com uma ferramenta desse tipo e cai prisioneiro da direção de demagogos socialistas e “democratas”.

O Secretariado Unificado da IV Internacional há muito tempo vinha abandonando a estrutura centralista democrática na organização dos seus partidos e da Internacional. Porém, agora avança e faz um chamado para unir a esquerda anticapitalista, chamado que foi aprovado pelo XV Congresso da LCR (França) de:

“...construir uma nova força política, ampla e pluralista, radicalmente anticapitalista e resolutamente democrática. Este reagrupamento em um mesmo partido é necessário e urgente para atuar juntos nos grandes eixos que poderiam, de acordo a nossa opinião, resumir-se em alguns pontos: a oposição ao imperialismo, à guerra, à globalização capitalista... a perspectiva de uma ruptura com o capitalismo...”¹⁵.

Esta resolução é uma “jóia” de oportunismo em todos os terrenos. Haveria de escrever um livro inteiro para desmascarar todo o veneno que tem aí.

Começando pelo termo “oposição ao imperialismo”. “Oposição” é um termo parlamentar, qualquer pessoa, até cego de porta de igreja, está em “oposição ao imperialismo”. “Oposição à guerra”, sim, todos estamos contra a guerra e a invasão imperialista do Iraque, porém, estamos a favor da guerra anticolonial que a resistência iraquiana empreende hoje, e inclusive, se for necessário defender o envio de armas?

Sigamos com a “perspectiva” de ruptura com o capitalismo. Isto não obriga a nada, põe a ruptura para o futuro, até Rosseto (o ministro da Reforma Agrária do governo Lula) pode assinar embaixo. Ademais, romper com o capitalismo para substituí-lo por... não se diz. Desta maneira, cabe no partido qualquer democrata

antineoliberal do tipo que dirige o Fórum Social Mundial, que defendem que “outro mundo é possível” sob o sistema imperialista ou a democracia “sem limites” – que também agrada a todos – principalmente ao imperialismo e a suas empresas que exploram e governam o mundo “sem limites”.

Para entrar no reino da democracia não se necessita de um partido disciplinado, de proletários convencidos e dispostos a morrer por sua classe. Só se necessita “ser amplo e pluralista”. Isto é assim porque evidentemente não se trata de uma organização para dirigir uma insurreição e uma revolução, e sim para formar “ministeriáveis” socialistas ou parlamentares dedicados a atenuar a pobreza dos “excluídos” por meio de “medidas compensatórias” e de garantir uma “lei” que exija que o capital reparta seus lucros (através de impostos aos especuladores) vociferando da tribuna parlamentar contra o capitalismo. Para que um partido centralizado, organizado e educado para a tomada do poder, se do que se trata é de fazer uma “oposição” civilizada à sua majestade, a burguesia? Convém fazer um partido “amplo e plural” com parlamentares, assessores, dirigentes de sindicatos, no qual prima a liberdade, que inclusive, permita... ser ministro de um governo capitalista!

Não é um problema de princípios participar ou não de um partido “anticapitalista”. Muitas vezes os revolucionários têm a obrigação de estar aí para combater os reformistas em seu interior. Mas o SU defende a dissolução de suas organizações no seio de tais partidos, diluindo as fronteiras entre revolucionários e reformistas.

Não importa o que se diga mas o que se faz. A palavra o vento leva e o que fica são as leis burguesas de defesa do latifúndio brasileiro sendo aplicadas contra os pobres do campo por um ministro “trotskista”. É uma vergonha para a IV Internacional! Quem aceita esta traição é cúmplice de manchar a bandeira da IV Internacional, do leninismo e do marxismo revolucionário. 🌐



- 1 Lenin, O. C. tomo 38 p. 81
- 2 Lenin, O. C. tomo 38 p. 158
- 3 Lenin, O. C. tomo 7 p. 59
- 4 Lenin, O. C. tomo 26 p. 30
- 5 Lenin, O. C. tomo 4 p. 396
- 6 Lenin, Izquierdismo, enfermedad infantil del comunismo
- 7 Lenin, O. C. tomo 2 p. 486
- 8 Lenin, Izquierdismo, enfermedad infantil del comunismo
- 9 Lenin, Izquierdismo, enfermedad infantil del comunismo
- 10 Lenin, O. C. tomo 45 p. 7
- 11 Lenin, O. C. tomo 45 p. 363
- 12 Lenin, O. C. tomo 44 p. 14
- 13 Lenin, O. C. tomo 39 página 173
- 14 Lenin, O. C. tomo 34 página 439.
- 15 Periódico Rouge 22/11/2003



O movimento operário é internacional por natureza. Viva a Internacional!

O partido bolchevique já nasceu formando “um todo único” com a II Internacional.

Em 1902 Lenin escrevia:

“O movimento social-democrata é internacional por natureza... Significa também que um movimento incipiente em um país jovem só pode desenvolver-se com êxito com a condição de que aplique a experiência de outros países...”¹

Os bolcheviques tiveram claro, sempre e desde o início da revolução que ela representava somente o prólogo da revolução europeia e mundial, que sem uma vitória do proletariado nos países imperialistas, a URSS necessariamente ia sucumbir.

“Não cabe dúvida de que a revolução socialista na Europa deve estourar e estourará. Todas nossas esperanças na vitória *definitiva* do socialismo se fundam precisamente nesta segurança e nesta previsão científica.” “... compreende-se que a salvação (da revolução russa) só é possível seguindo o caminho da revolução socialista internacional que já começamos a percorrer.”²

O movimento operário já nasceu internacional. A fundação da I Internacional veio *antes* da fundação dos partidos nacionais. A Associação Internacional dos Trabalhadores “lançou os alicerces do edifício da república socialista mundial...”. Preparou as bases para uma visão do mundo marxista, gerando as condições ideológicas para a construção dos grandes partidos nacionais.

Com a II Internacional se formam os grandes partidos de massas nacionais. Mas ela capitulou ao nacionalismo de cada um dos seus partidos. E não enfrentou as pressões nacionais que

sofriam seus partidos, estes se adaptaram | a época “pacífica” e a atividade legal parlamentar e sindical (reformas do sistema) e capitularam a “sua” respectiva burguesia nacional na guerra e chamaram os operários de “sua” pátria a matar seus irmãos estrangeiros, rompendo com a máxima do Manifesto Comunista de que “os trabalhadores não tem pátria”.

“Seria uma ilusão daninha confiar na reconstrução de uma Internacional socialista de verdade sem separar-se pôr completo dos oportunistas no terreno da organização.”³

E dizia em abril de 1917, antes da tomada do poder:

“Estamos obrigados, nós (os bolcheviques) precisamente, e agora mesmo, sem perda de tempo, a fundar uma *nova* Internacional, revolucionária, proletária...” O. C. tomo 31 p. 187. “A situação do nosso partido frente a todos os partidos operários do mundo inteiro é hoje tal, que *temos o dever de fundar* imediatamente a III Internacional. Fora nós, ninguém poderá fazê-lo *agora*, e os adiamentos são prejudiciais.”⁴

A III Internacional é fundada em 1919 como superação dialética da II Internacional: contava com vários partidos nacionais de massas em uma Internacional centralizada democraticamente.

A defesa do centralismo democrático por parte da Internacional era consequência lógica do desenvolvimento da luta contra os oportunistas “nacionalistas”.

Por exemplo, Lenin defendia abertamente, contra as tradições da II Internacional, a definição centralizada das grandes linhas, inclusive li-

nhas táticas fundamentais como a participação obrigatória dos comunistas nos sindicatos ou nos parlamentos, na discussão com os ingleses, e dizia que não fazer isso, deixar por conta de cada um significava “imitar os piores defeitos da II Internacional”.

“O Comitê Executivo da III Internacional deve, na minha opinião, condenar abertamente e propor ao próximo Congresso da Internacional Comunista que condene tanto a política de não-participação nos sindicatos reacionários (motivando detalhadamente a insensatez desta não-participação e o grave dano que provoca a causa da revolução proletária com semelhante atitude) e, de um modo particular, a linha de conduta de alguns membros do Partido Comunista Holandes, os quais (direta ou indiretamente, aberta ou camufladamente, geral ou parcialmente, dá no mesmo), têm sustentado esta política errada. A III Internacional deve romper com a tática da Segunda e não fugir das questões escabrosas, não ocultá-las, e sim colocá-las diretamente. Dissemos a verdade cara a cara aos “independentes” (Partido Social-democrata Independente da Alemanha); do mesmo modo é necessário dizer toda a verdade cara a cara aos comunistas “de esquerda”... “Não levar em conta esta experiência e pretender ao mesmo tempo pertencer à *Internacional* Comunista, que deve elaborar *internacionalmente* sua tática (não uma tática estreita ou exclusivamente nacional, e sim precisamente uma tática internacional), significa incorrer no mais profundo dos erros e precisamente separar-se de fato do internacionalismo, ainda que este seja proclamado de palavra.” ⁵



O terceiro Congresso da Internacional Comunista decidiu as condições de ingresso na Internacional. A vigésima primeira condição: “Os membros do Partido que recusam por princípio as condições e as teses formuladas pela Internacional Comunista devem ser expulsos do Partido...”⁶

A grande lição histórica da construção dos partidos nacionais se resume no seguinte: não tem como enfrentar as enormes pressões da burguesia e do imperialismo, nesta época, dentro das fronteiras nacionais. É necessário aprender com a falência da II e da III Internacionais, cujos partidos principais capitularam ao nacionalismo.

“A importância histórica universal da III Internacional, a Internacional Comunista, reside em que começou à prática a palavra de ordem mais importante de Marx, a palavra de ordem que resume o desenvolvimento secular do socialismo e do movimento operário, a palavra de ordem expressada neste conceito: ditadura do proletariado.”⁷

A degeneração da III Internacional foi produto de uma degeneração “nacionalista”, cuja teoria era foi o “socialismo em um só país”. Este desvio oportunista levou a dissolução da Internacional Comunista por Stalin em 1943. Justo no momento onde havia a possibilidade da tomada do poder em todo o mundo, em especial na Europa. O estalinismo freiou a revolução europeia, ficando com a metade da Alemanha, erguendo o Muro de Berlim.

A IV Internacional surgiu reivindicando a III Internacional (seus 4 primeiros congressos, sob a direção de Lenin) que resume toda a experiência revolucionária desde o lançamento do Manifesto Comunista em 1848, incorporando novas lições produto da burocratização dos primeiros Estados Operários construídos na história.

Hoje existe um fortalecimento do trotskismo em todo o mundo: na Argentina, Brasil, Europa, Estados Unidos, etc. No Fórum Social Mundial ou na luta contra a guerra. A globalização acentua a necessidade de uma internacional centralizada. O SU, na contra mão, abandona sua centralização internacional, cedendo às pres-

sões burguesas que levam à destruição de toda internacional operária. Chega a vergonhosa situação de ter um militante de sua seção brasileira (Democracia Socialista) como ministro do governo burguês de Lula e sua direção internacional não faz nada. Fica impotente ante tal fato, temendo a divisão e a ruptura de sua ala mais de direita.

A única forma de “defender” o patrimônio marxista revolucionário é utilizar o centralismo democrático internacional para fazer frente à pressão “nacional”, como a que hoje sofre o SU e toda organização marxista revolucionária, se não é uma seita desligada do movimento de massas. O enfermo, no leito de morte, despreza seu remédio porque, à primeira vista, é demasiado amargo e “antiquado” à opinião pública burguesa.

As lições da história (e agora, do Brasil) determinam que não tem nenhuma possibilidade de construir um partido verdadeiramente revolucionário que não seja parte de uma internacional proletária, centralizada democraticamente. Esta é uma grande lição do leninismo, plasmada na III Internacional e utilizada por Trotsky na fundação da IV Internacional.

Romper com o leninismo é romper com o marxismo

“O marxismo encontrou sua expressão histórica mais grandiosa no bolchevismo. Sob a bandeira do bolchevismo o proletariado obteve sua primeira vitória e fundou o primeiro Estado operário. Nenhuma força será capaz de varrer este fato histórico.”⁸

O leninismo é o marxismo da época de guerras e revoluções. Romper com o leninismo é romper com o marxismo.

Não existe marxismo “puro”. Não se pode voltar a 1848 ao lançamento do Manifesto Comunista, tirando do meio o leninismo, porque este é a continuidade daquele, acrescentado com a experiência dos novos fatos que mudaram o mundo. O imperialismo, as guerras, etc.

Não se pode “voar” à I Internacional e “congelar” o tempo porque não se pode voltar ao

capitalismo sem monopólios, do livre comércio. Tem que ver a cara feia do imperialismo tal como é, o oportunismo existe, o estalinismo, a degeneração dos Estados Operários Burocratizados, as guerras e as revoluções existem e os revolucionários marxistas temos que construir estes partidos revolucionários de massas e uma internacional de massas partindo da realidade que existe, tal qual existe, só isso pode garantir um ação revolucionária para abreviar a dor da classe trabalhadora e da humanidade que sofre e vai sofrer muito mais com os estertores de morte do imperialismo.

“Correntes dogmáticas”, “sectarismo petrificado”, são os epítetos que os dirigentes do SU reservam aos militantes revolucionários que não renunciaram a herança do leninismo e do trotskismo. É fácil dar de ombros e criticar a um “punhado de sectários”. A história demonstrou várias vezes que um “punhado” de revolucionários fiéis ao marxismo, com uma orientação correta, de acordo ao curso dos acontecimentos, pode converter-se em milhões. A social-democracia tinha milhões de adeptos, o bolchevismo alguns milhares. O estalinismo dominou com mil grilhões ao movimento operário mundial, com milhões de adeptos em todo o mundo. Porém, se comprovou a máxima de Trotsky: uma idéia correta tem mais força que qualquer aparato, por maior que seja. Todos queremos ser “muitos”, ter partidos de massas e uma Internacional de massas, ninguém gosta de ser uma “seita”, porém, faremos isso sem mudar os princípios do marxismo revolucionário por 30 moedas de ouro. Os que não sabem permanecer fiéis a seus princípios enquanto chega “sua” vez, jamais serão capazes de aproveitar “seu” momento, quando chegar, para mudar o mundo. 🌐



ПРАВДА
ЛИЕНЕННАЯ РАБОЧАЯ ГАЗЕТА.

Год издания первый.

№ 1. Воскресенье, 22 апреля 1912 г. ЦЕНА 2 коп.

ОТКРЫТА ПОДПИСКА НА ЕЖИДНЕВНУЮ РАБОЧУЮ ГАЗЕТУ "ПРАВДА"

В течение года по 1 рублю в год, по 1 рублю в квартал, по 1 рублю в полугодие, по 1 рублю в три месяца, по 1 рублю в месяц, по 1 рублю в неделю, по 1 рублю в день.

От редакции.

Ваше внимание обращаем на то, что в настоящее время в Москве и в других городах идет борьба за свободу печати. Мы поддерживаем эту борьбу и просим вас прислать нам свои отзывы и предложения.

Наши цены.

За подписку на газету "Правда" в Москве и в других городах взимается плата в размере 1 рубля в год, по 1 рублю в квартал, по 1 рублю в полугодие, по 1 рублю в три месяца, по 1 рублю в месяц, по 1 рублю в неделю, по 1 рублю в день.

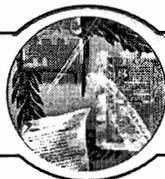
По извещениям от издателя.

В связи с увеличением тиражи газеты "Правда" мы просим вас прислать нам свои отзывы и предложения.

Notas

- 1 Lenin, O. C. tomo 6 p. 26
- 2 Lenin, O. C. tomo 36 p. 84.
- 3 Lenin, O. C. tomo 26 p. 172
- 4 Lenin, O. C. tomo 31 p. 196
- 5 Lenin, Izquierdismo, enfermedad infantil del comunismo
- 6 citado en las O. C. De Lenin, tomo 43 p. 445
- 7 Lenin, O. C. tomo 38 p. 323.
- 8 L. Trotsky en *Bolchevismo y Stalinismo*.

Documentos



PRT - ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

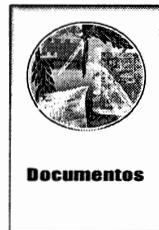
Declaração sobre os atentados ocorridos em Madri 117

PST - COLOMBIA

Atentados em Madri: atos de guerra 119



Declaração sobre os atentados ocorridos em Madri em 11 de Março



PRT - ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA
Seção espanhola da LIT-QI

Tradução Raimundo Alves

Ante o brutal atentado que, até agora, matou 192 pessoas e deixou 1421 feridos, queremos manifestar:

1º Nossa mais completa solidariedade com todas as vítimas. Contra a versão dada pelo governo, temos a dizer que estamos diante um atentado nada indiscriminado. O alvo foi a classe operária. Foi um atentado em um meio de transporte usado diariamente por centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, por imigrantes e estudantes para deslocar-se a seus locais de trabalho e estudo. Gente humilde que vinha de bairros e cidades com longa tradição de luta operária e popular e onde a esquerda tem grande inserção social. Um massacre perpetrado no emblemático bairro operário de Vallecas e no entroncamento (Atocha) mais utilizado pelos trabalhadores e trabalhadoras dos cordões industriais de Madri.

Condenamos, portanto, este atentado canalha que atingiu em cheio os trabalhadores e trabalhadoras, muitos deles imigrantes. Seus autores elegeram um método próprio dos sinistros bandos fascistas. Atentados como estes só contribuem para **fortalecer a direita, reforçar as políticas reacionárias do PP e dividir os povos.**

2º **Manifestamos nossa indignação contra o Governo da Guerra** que vem, desde o primeiro minuto, manipulando vergonhosamente os acontecimentos. O Governo responsabilizou o ETA sem investigação alguma do atentado. De onde o Governo tirou tanta certeza, quando não tinha um só dado objetivo? Não ouviu o repúdio imediato ao atentado feito por Otegi em nome da esquerda abertzale? Uma organização que perdeu um furgão que se acidentou sozinho em Cuenca tem, apenas uma semana depois, capacidade técnica para detonar 13 bombas de uma vez? Nesta mesma tarde, pelo do jornal árabe com sede em Londres, *Al Quds Al Arabi*, a Al Qaeda assumiu o atentado. Poucas horas

depois apareciam indícios de material desta organização em Alcalá de Henares, lugar de onde partiram os trens.

O governo pretendeu evitar dar a única explicação deste ato bárbaro: é uma **“ação de guerra”** contra um Estado, cujo Governo, junto com Blair e Bush, **declarou guerra ao Iraque** e forma parte das tropas de ocupação. Estamos ante a crônica negra do anunciado, o **Governo nos mete na guerra e, nós trabalhadores, colocamos os mortos.**

3º Manifestamos **nosso completo desacordo com o lamentável papel dos dirigentes do PSOE, IU, CCOO e UGT.** Não questionaram minimamente a explicação interessada e manipuladora que deu o governo do PP. Não entrou nos cálculos de Zapatero e Llamazares que um país que está em guerra pode passar por estas coisas? Eles, que denunciaram e opuseram-se à guerra, por que saíram correndo a avalizar as teses do governo sem por o menor reparo? O arremate desta lamentável atitude é o apoio às manifestações convocadas pelo Governo.

4º **O PRT – ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA não irá às manifestações convocadas pelo Governo e chamamos os tra-**

balhadores e trabalhadoras e a juventude estudantil a não comparecer aos mesmos. O lema eleito **“com as vítimas, com a Constituição”** mostra que não há outro interesse que converter as manifestações em um grande ato de apoio à política do PP, a seu indigesto **“patriotismo espanhol”**, ainda que os mortos sejam muitos trabalhadores imigrantes.

As manifestações de amanhã estão a serviço de apoiar o verdadeiro responsável político desta matança, o Governo da guerra; está a serviço de fortalecer um Governo que vai utilizar esse respaldo para arremeter contra as liberdades democráticas e contra as nacionalidades.

5º Nossa solidariedade com as vítimas será manifestada exigindo do Governo, desde todas as instâncias operárias e democráticas, em primeiro lugar, **ajuda econômica e material para todas as pessoas afetadas pelo atentado.**

A solidariedade com as vítimas exige também rechaçar a guerra imperialista e a quem nos mete nela. Por isso em 14 de março temos que votar contra o PP e em 20 de março encher as ruas exigindo o fim da ocupação do Iraque e a retirada imediata das tropas.

11 de março de 2004.

Atentados em Madri: atos de guerra



PST - PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES DA COLÔMBIA

Desde 11 de março passado, toda a imprensa mundial falada e escrita enca-beçam suas notícias condenando o atentado com bombas nos trens que ligam os arredores com o centro de Madri e que deixaram um saldo de 192 mortes e cerca de 1500 feridos. Da mesma maneira que no 11 de setembro de 2001, quando dos atentados às torres gêmeas em Nova York e ao Pentágono nos Estados Unidos, os meios de comunicação de massa, a uma só voz, chamavam a fortalecer a cruzada mundial contra o “terrorismo”.

Este fato, em que as vítimas foram operários, estudantes e imigrantes, todos eles habitantes dos bairros operários que trabalham nos cordões industriais de Madri, põe sobre o tapete a responsabilidade política e material dos atentados e a posição que os trabalhadores e os revolucionários devem assumir ante fatos como estes.

O que primeiro chama a atenção é que os atentados deram-se a apenas três dias das eleições presidenciais, cujas pesquisas eleitorais previam um empate técnico entre o Partido Popular (PP), do presidente Aznar e o socialdemocrata PSOE. O ponto central da campanha era o debate sobre a participação do exército espanhol na guerra e a posterior ocupação do Iraque, na qual se selou a aliança imperialista, Bush-Blair-Aznar, e que foi respondida com multitudinárias mobilizações e protestos por parte do povo e dos trabalhadores destes três países e de todo o mundo. Na Espanha as mobilizações contra a guerra haviam feito balançar o governo de Aznar que não caiu pela valiosa ajuda de seu adversário, o PSOE, que, colocando-se à cabeça das mobilizações, impediu que os trabalhadores chegassem até a greve geral como tinham anunciado, canalizando o descontentamento para as eleições. Também chama a atenção que o governo de Aznar saiu de maneira imediata acusando o ETA como responsável pelo fato, mentindo de maneira descarada e omitindo as declarações do mesmo negando sua participação nos atentados. E chama a atenção que os autores tenham atentando contra os operários e imigrantes dentro dos quais há seguramente, não apenas latinos, mas também árabes que foram parte fundamental do movimento contra a ocupação ao Iraque e a agressão permanente contra os países semicoloniais.

Aznar, Bush e Blair são os responsáveis

A burguesia imperialista desatou uma guerra contra os países semicoloniais do mundo e hoje aponta seus mísseis e suas bombas contra os do Oriente Médio. O povo palestino não cessa de receber balas desde que a “democrática ONU” resolveu instalar um enclave imperialista em seu território com a criação do estado artificial de Israel em 1948. A república socialista da Iugoslávia foi desmantelada com a intervenção militar imperialista que, apoiando-se no ódio das massas contra a burocracia outrora governante, terminou por destruir, com um saldo de milhares de mortos, o estado operário. O Afeganistão governado pelos talibans, antigo aliado dos americanos na guerra contra a invasão soviética, foi bombardeado e segue ocupado por soldados norte-americanos. O Iraque, bombardeado duas vezes na última década, suporta e resiste a mais recente das invasões imperialistas. O Haiti acaba de ser também ocupado por tropas norte-americanas, depois de um golpe no qual o governo norte-americano teve medidas suas mãos sujas. Os países latino-americanos são monitorados militarmente desde as bases americanas e têm seus governos apoiados com o imperialista Plano Colômbia. Na África há a permanente presença de tropas americanas, às quais a resistência expulsou em mais de uma ocasião. O “onipotente” governo norte-americano e seus aliados, os governos imperialistas da Europa ameaçam o Irã, a Coreia do Norte e a Líbia, e a todo país em que a burguesia governante atreve-se a questionar as suas políticas ou a cometer o atrevimento de ter armas nucleares para sua defesa. O imperialismo quer um mundo “livre e democrático”, livre de toda a resistência a seu poder e democrático para que suas transnacionais possam entrar livremente e saquear as riquezas e a mão-de-obra.

Nós, trabalhadores e pobres do mundo, não podemos nos equivocar. Os maiores terroristas, assassinos e ladrões do planeta são os governos e as burguesias imperialistas dos chamados países “desenvolvidos” e seus cúmplices os governos dos países chamados “pobres” ou “emer-

gentes”, que se ajoelham e lambem a mão do amo às custas da pobreza, a morte e a miséria de seus povos. Os primeiros responsáveis pelos operários e os imigrantes mortos em Madri em 11 de março são os governos assassinos de Bush, Blair e Aznar que mataram mais de vinte mil iraquianos com suas bombas e mísseis durante o último ano. Eles iniciaram a guerra e a mantiveram, eles se negam a tirar suas tropas do Iraque apesar da forte resistência interna, eles justificam a guerra dentro das fronteiras do Iraque massacrando o povo e com isto envolvendo seus próprios povos na guerra. Não têm nenhum direito a levantar seu dedo acusador, não têm nenhum direito a utilizar a dor que nos causa a morte de nossos irmãos de classe, os operários e os imigrantes espanhóis, para justificar seu massacre contra nossos também irmãos de classe iraquianos, afegãos e haitianos. Só os trabalhadores e os explorados do mundo, aqueles que tem se mobilizado contra suas guerras e seus massacres, contra seus planos de fome, exploração e miséria, têm o direito a rechaçar os métodos que consideramos equivocados, se não servem a nossa causa.

Bush, Aznar, Blair e todos os governos do mundo que os apóiam são os verdadeiros terroristas. Basta ver como os noticiários de televisão apresentam a invasão ao Iraque e como apresentaram os atentados às torres gêmeas e agora aos trens de Madri, para descobrir sua dupla moral. A manipulação das imagens mostrava a primeira como uma grande cruzada contra o tirano Hussein, onde as cidades eram atacadas pelos avanços técnicos e científicos em matéria de armamento “inteligente” que destrói coisas e alvos específicos com a precisão própria dos filmes de ficção elaborados nos estúdios de Hollywood. No céu se via as centelhas das bombas mortais como se fossem fogos de artifício, mas isso, sim, tiveram o cuidado de mostrar os milhares de cadáveres reais dos velhos, mulheres e crianças que ficavam estendidos no solo de seu próprio país por ordens do invasor imperialista. Nos segundos, o protagonista central é o drama humano, os sentimentos, as lágrimas, a dor e o caos que produz a guerra. Os mortos

são apresentados como vítimas do “eixo do mal” e não como o que são na realidade, vítimas de uma guerra desatada pelos ricos burgueses em defesa de seus interesses, onde os que geralmente morrem não são nem seus filhos nem suas esposas, nem sua família. Atrás dos ladrões, os bufões!

Sem mencionar as mentiras fabricadas para justificar suas invasões e que pouco a pouco eles mesmos, por suas contradições, vão tendo que desmentir. A invasão ao Iraque estava programada por Bush desde antes dos atentados às torres gêmeas e as armas de destruição em massa em poder dos iraquianos não existiam, como tampouco os atentados terroristas são patrimônio exclusivo do desespero dos setores que resistem ao terror dos poderosos. A história pôs a nu uma enorme quantidade de casos em que eles mesmos, apoiados pelos bandos fascistas ou em seus organismos de segurança, prepararam atentados para justificar a repressão. Em 1886 quando a classe operária lutava pela jornada de 8 horas que deu origem ao primeiro de maio, na praça Haymarket de Chicago, a polícia pôs uma bomba como provocação para reprimir os protestos operários. Hitler, o fascista Hitler incendiou o Reichstag culpando os comunistas para justificar o golpe que o levou ao poder. Durante a segunda guerra mundial o presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, quando soube que a base de Pearl Harbor seria atacada pelos japoneses exclamou: Já ganhamos a guerra! E efetivamente não moveu um só dedo para impedir a morte de seus soldados pelo ataque. “Sacrificando a vida de uns quantos” com o propósito de converter-se no gendarme do imperialismo mundial. Quantos golpes de estado, quantas guerras, quantos milhões de mortos declarados e escondidos tem em seu passivo os países imperialistas! Os trabalhadores e os revolucionários temos a obrigação e o direito de desconfiar do dedo acusador dos imperialistas e não podemos sair fazendo coro à condenação aos “terroristas” que eles apontam. A colocação de Leon Trotsky, em seus escritos contra o terrorismo individual, mantém sua total vigência:

“Não há necessidade de insistir em que a social-democracia (partido revolucionário nessa época) nada tem a ver com esses moralistas a soldo que, em resposta a qualquer ato terrorista, falam somente do ‘valor absoluto’ da vida humana. São os mesmos que em outras ocasiões, em nome de outros valores absolutos – por exemplo, a honra nacional ou o prestígio do monarca – estão dispostos a levar a milhões de pessoas o inferno da guerra ... amanhã, quando a mão desesperada do operário desocupado sacuda um punhal ou empunhe uma arma, falarão sandices acerca da inadmissibilidade da violência em qualquer de suas formas”.



Terrorismo puro ou atos de guerra?

A diferenciação e o repúdio aos atos terroristas individuais e às organizações que converteram este método em sua divisa contra a opressão capitalista imperialista que fizeram Lênin e Trotsky no início do século XX não tem nada a ver com uma posição pacifista. Em seu momento, deu-se um ardente debate nas fileiras da classe operária contra os partidos pequeno-burgueses daquela época, como o partido *Social Revolucionário e Vontade do Povo* que pregavam a “propaganda pelos fatos” para justificar o aniquilamento de ministros ou funcionários do odiado regime czarista. Se opunham porque consideravam que a conta que deve o sistema capitalista à classe operária “é demasiada elevada para apresentá-la a um funcionário chamado ministro” e porque o terror individual “diminui o papel das massas em sua própria consciência, as faz aceitar sua impotência e voltam seus olhos para o grande vingador e libertador que algum dia virá cumprir com a sua missão”. O atentado terrorista cria confusão nas fileiras operárias e termina justificando a repressão capitalista contra elas.

Este debate tem total atualidade nas fileiras dos operários e setores camponeses e populares oprimidos pelo capitalismo. Mas hoje existe uma realidade que sai do marco da condenação do terrorismo individual. O imperialismo norte-americano e europeu declarou guerra a vários países semicoloniais. Primeiro os desarmou, com o concurso inestimável da ONU e a cumplicidade de seus governos, e depois os bombardeou e os invadiu com suas tropas. Estamos em meio de uma guerra de saque imperialista para abater a resistência dos países da Grande Bacia Islâmica onde estão as maiores reservas de petróleo e gás, principal fonte de abastecimento de combustíveis para os países imperialistas. É uma guerra de invasão entre dois bandos em completa desigualdade militar. Por um lado os países imperialistas com sua moderna e sofisticada máquina de guerra onde, depois do Vietnã, colocou a ciência e a técnica a serviço de ter o menor número de baixas em suas fileiras; atacam a população de maneira indiscriminada e

destroem a infra-estrutura destes países para ganhar a guerra. Na ONU discutem os negócios, dividem o bolo, e autorizam a suas transnacionais para que façam os “planos de reconstrução”. Satanizam a justa resistência dos povos do Afeganistão, Iraque, Palestina marcando-os como os principais “eixos do mal” e perseguem, encarceram e assassinam sem misericórdia aos imigrantes muçulmanos e árabes que vivem em seus países imperialistas. É uma guerra entre países e esta guerra está envolvendo seus povos. O povo espanhol assim o entende, por isso, três dias depois do atentado em Madri, votou majoritariamente contra o PP que os envolveu nela e em 20 de março saíram às ruas para exigir a retirada das tropas espanholas do Iraque e o fim da invasão.

Pela derrota militar do invasor

Nesta guerra, como em todas as guerras de agressão imperialista contra um país semicolonial, estamos do lado do país agredido. Estamos pela derrota militar do agressor e apoiamos a resistência do povo agredido. Esta não é uma guerra convencional onde dois exércitos em igualdade de condições enfrentam-se em um campo de batalha neutro. O imperialismo invadiu estes países e pretende circunscrever sua guerra desigual às fronteiras destes países para que não lhes escape das mãos. Mas a guerra já transcendeu as fronteiras nacionais. As mobilizações multitudinárias em todo o mundo, incluídos os países imperialistas, que se deram no ano passado contra a invasão do Iraque assim o demonstra, os atentados em Madri o ratificam e a resistência interna onde morreram mais de 400 soldados, o evidencia dia a dia.

Até o momento, e segundo as versões da imprensa oficial, o atentado foi atribuído às brigadas de Abu Hafs Masri – Al Qaeda e em seu comunicado colocam a pergunta: É legítimo que eles matem as nossas crianças, mulheres, idosos, e jovens no Afeganistão, Iraque, Palestina, Cachemira, enquanto que é pecado que os matem? Esta pergunta constata que os atentados em Madri são uma resposta à guerra e ao massacre que estão executando os exércitos imperialis-

tas. Seguramente se os países agredidos contassem com os exércitos, o armamento, os aviões e a técnica dos países imperialistas, outro galo cantaria. Seguramente veríamos então bombardeios e mortos de ambos os lados. Mas a desigualdade e a indigência em matéria militar é de tal força que os homens, mulheres e jovens, como ocorre na Palestina, se vêem obrigados a converter-se em armas, imolando-se e recorrendo a ações absolutamente defensivas.

A derrota militar dos exércitos invasores, assim como se fez no Vietnã, necessita de uma resistência armada e apoiada pelos trabalhadores e as massas em primeiro lugar dos países árabes, dos países imperialistas e de todo o mundo. Lamentavelmente a direção que está à cabeça da resistência burguesa está presa aos limites que estabelece o seu nacionalismo. Como a história tem demonstrado oscilam entre o heroísmo de seus povos e as negociações por cima para chegar a acordos. No entanto, a própria resistência, a mobilização e as greves que começam a dar-se no Iraque, sentam as bases para que essa resistência desborde a direção burguesa e unifique a luta antiimperialista de todo o mundo.

O presidente Rodrigues Zapatero, eleito na Espanha teve que ratificar sua posição de retirar as tropas espanholas do Iraque. Esta posição é produto inegável da forte pressão e as mobilizações do povo espanhol, mas deixa ver também a debilidade que ainda tem o movimento antiguerra por ser dirigido com a política pacifista do PSOE. Zapatero pôs um prazo para a retirada no final de junho, dando tempo à ONU para que se apodere do processo. Isto é, deixa em mãos do imperialista aparato da ONU a solução de uma guerra que não cessará até que os imperialistas se retirem.

Derrotaremos os imperialistas se a classe operária e as massas dos países imperialistas derrotarem seus próprios governos e se retomam os métodos de mobilização permanente, o boicote, as greves gerais e a resistência se fortalece com as milícias operárias. A tão desejada paz só poderá ser uma realidade quando nós trabalhadores, assumamos as rédeas de toda a sociedade e acabemos com o capitalismo – imperialismo, responsável pelas guerras, morte e miséria. ●



Entre em contato com
Marxismo Vivo



www.marxismalive.org



marxismalive@marxismalive.org

Marxismo Vivo

ISSN 1806-1591



9 770180 615912